

Diário do Legislativo de 27/09/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 45ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à realização da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, com o tema: "Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as Desigualdades"

1.3 - 46ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à realização da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos

1.4 - 47ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à realização da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos

1.5 - 43ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.6 - 44ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

1.7 - 32ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia Legislativa

2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º- SECRETÁRIO

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 25/9/2008

Presidência da Deputada Gláucia Brandão

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem a Deputada e os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Agostinho Patrús Filho - André Quintão - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - João Leite - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Falta de Quórum

A Sra. Presidente (Deputada Gláucia Brandão) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 45ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/9/2008

Presidência do Deputado Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Juliano Fiscaro Borges - Palavras da Sra. Emely Vieira Salazar - Palavras da Sra. Makota Djanganga Kiamaza - Palavras da Sra. Maria Teresa dos Santos - Palavras da Srta. Ayana Moreira de Assis - Palavras do Sr. José do Carmo Lana Marciano - Palavras do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi - 2º Painel: Composição da Mesa - Votação e aprovação do regulamento da conferência - Palavras do Sr. Menelick de Carvalho Netto - Palavras da Sra. Amelinha Teles - Palavras do Sr. José Luiz Quadros de Magalhães - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Doutor Viana - Adalclever Lopes - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Délio Malheiros - Durval Ângelo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - João Leite - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, com o tema: "Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as Desigualdades", preparatória para a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. Esta Conferência Estadual é uma realização conjunta do Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e tem os seguintes objetivos: avaliar a situação dos direitos humanos em Minas Gerais; propor diretrizes para a revisão e a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos; propor diretrizes para a revisão e atualização do Programa Mineiro de Direitos Humanos; eleger as delegadas e os delegados que representarão o Estado de Minas Gerais na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos; elaborar relatório sobre o tema proposto e encaminhá-lo ao Grupo de Trabalho da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em cumprimento à etapa estadual.

1º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Juliano Fiscaro Borges, Secretário Interino de Estado de Desenvolvimento Social; João Batista de Oliveira, Subsecretário de Estado de Direitos Humanos; as Exmas. Sra. Emely Vieira Salazar, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos - CONEDH -; Makota Djanganga Kiamaza, Representante da Comunidade Tradicional Terreiro de Candomblé Bakise Bantu Kasanje - Coletivo de Entidades Negras - CEN -, e Maria Teresa dos Santos, Presidente do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; e a Srta. Ayana Moreira de Assis, membro da comunidade religiosa de Matriz Africana Manzo Ngunzo Kaiano.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença do Exmo. Sr. César Vanucci, Ouvidor-Geral da Prefeitura de Belo Horizonte.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Sr. José do Carmo Couto, sanfoneiro do Coral do Instituto São Rafael.

O Sr. José do Carmo Couto - Senhoras e senhores, bom-dia. É com muita alegria que aqui me encontro pela segunda vez, participando da abertura deste evento. Gostaria de pedir um favor aos senhores. No ano passado eu toquei o hino, e ninguém cantou. Então, eu gostaria que todos os senhores cantassem comigo, para que esta abertura tenha maior brilhantismo.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, setembro de 2008. Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma comemoração muito especial para o resgate do humano e a superação da barbárie pela comunidade internacional e para a consternação do pós-guerra. Essa data tem um significado muito especial, quando os Estados do Brasil realizam suas conferências estaduais, trabalham seus planos estaduais de direitos humanos, e o governo federal, com entidades da sociedade civil, convida-nos, com a Comissão de Minorias e Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, para a 11ª Conferência Nacional. Realmente, o ano de 2008 tem um significado muito especial. Para quem acha que as datas não carregam em si apenas meras coincidências, mas um mistério a mais, vale lembrar que, além dos 60 anos, também celebramos neste ano os 160 anos do Manifesto Comunista, quando foi dado um grito contra a opressão causada pela exploração

econômica dos trabalhadores, em que a classe trabalhadora do mundo inteiro foi convocada para a grande missão de resgatar o humano na sociedade em que vivemos. Lembramos também os 40 anos das históricas greves operárias de Osasco, em São Paulo, e de Contagem, em Minas Gerais, do endurecimento do regime militar com o AI-5, com um novo ciclo de repressão, de violência, de tortura, de todo o lixo e entulho autoritário produzido pela ditadura militar.

Este é o ano também em que nos lembramos, no mês de abril, dos 40 anos do assassinato de Martin Luther King, grande na luta pelos direitos civis, e que resgatou a busca pela igualdade, a superação das injustiças dos negros nos Estados Unidos. Foi ele que disse a seguinte frase, entre tantos outros pensamentos, que é o norte para toda e qualquer luta pela universalidade dos direitos humanos: "A injustiça, em qualquer lugar, ameaça a justiça em todos os lugares".

Neste ano também comemoramos os 20 anos da nossa Constituição Federal, tenra flor que desabrochou após um período difícil dos anos de ditadura militar, o qual interrompeu tantos processos de desenvolvimento neste país. É a Constituição consagrada como cidadã, mas, com toda a certeza, se fossem cumpridos os seus seis primeiros artigos, talvez não precisássemos do resto dela; Constituição que, logo no art. 1º, define a nossa Nação como uma República Federativa constituída em um Estado Democrático de Direito. Aí está a chave da nossa compreensão de que falar de direitos humanos é falar de democracia, é falar de construção permanente de uma sociedade democrática. Nesse mesmo artigo são definidos pilares do Estado Democrático de Direito, com a soberania em primeiro lugar, porque, sem independência, sem soberania não vamos para frente. Estamos na semana da Pátria e nos lembramos de como a independência é um processo longo e difícil a ser construído neste país. Logo depois há dois incisos: a cidadania e a dignidade da pessoa como pilares fundamentais de qualquer defesa e de qualquer proclamação dos direitos humanos. Constituição que consagra, além dos direitos individuais e políticos, no art. 5º, também os direitos sociais e econômicos, que são estabelecidos de acordo com essa visão da indivisibilidade e da amplitude da expressão "direitos humanos".

Falando das chamadas coincidências de datas, celebramos, em julho, os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos filhos mais queridos da Constituição Federal. Existem aqueles que dizem que esse estatuto é de Primeiro Mundo, como se o Primeiro Mundo precisasse colocar no papel um estatuto como o nosso, que diz que criança tem de ser respeitada; não pode sofrer violência; não pode ter diminuída a sua dignidade; não pode ser ultrajada com trabalho escravo, violência sexual e tantas outras coisas. Nenhum país do mundo precisa incluir isso em nenhum texto legal.

Então, esperamos aproveitar essas energias positivas para definirmos as diretrizes para os planos estadual e nacional, e para que elas possam ser cumpridas e efetivadas nas políticas públicas, tendo claro que o poder público, por mais híbrido que possamos parecer, ao presidirmos uma comissão estatal, ao sermos Subsecretário de uma Secretaria de Direitos Humanos estatal e ao sermos dos movimentos sociais, só conseguirá modificar, traduzir e efetivar políticas quando a sociedade organizada participar, quando o povo der o seu grito. Há pouco, na TV Assembleia, eu e a Diretora Márcia Martini éramos entrevistados no programa "Panorama ao Vivo", e entrou uma reportagem com uma pergunta simples, dirigida a dezenas de pessoas na Praça Sete: O que são direitos humanos? Ficamos impressionados - e registramos isso no ar - com a consciência nas respostas. Como a população, cada vez mais, está se conscientizando acerca do que são direitos humanos. Fiz um comentário a esse respeito e registrei também que, quando iniciamos a luta aqui na Comissão, dos 853 Municípios de Minas, não tínhamos nem 30 com uma comissão específica de direitos humanos, ou nome análogo, em suas Câmaras. Hoje, esse número já passa de duas centenas. Também registrei que trabalhávamos com três ou quatro entidades - nos 14 anos que estou Deputado, estive 14 anos participando da Comissão de Direitos Humanos - e hoje o fazemos com centenas delas. Temos até entidades de policiais: o Luiz Gonzaga, da Aspra, aqui na minha frente, criou uma comissão de direitos humanos. Na semana retrasada, o Presidente da Amagis de Minas Gerais, o Dr. Nelson Messias, disse: "Entre as comissões da Amagis, criamos uma comissão de direitos humanos para ser parceira da sociedade e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia". Comentava sobre a mobilização da sociedade e o crescimento de mecanismos de controle e defesa da sociedade como um grande apoio para aqueles que, estando no poder público, querem fazer um trabalho sério na linha de defesa dos direitos humanos. E o segundo comentário que fiz foi o de que hoje violar direitos humanos está sendo um péssimo negócio. Quantos servidores públicos de Minas hoje estão presos ou afastados por denúncias de tortura? Quantos violadores de direitos humanos da sociedade estão presos depois de campanhas contra a pedofilia, a violência sexual de crianças e adolescentes, trabalho escravo, trabalho infantil e tantas outras formas de degradação da vida humana?

Termino com uma reflexão de Leonardo Boff, feita no programa em que estávamos agora: "O novo nome de direitos humanos hoje é a vida, e o fundamental para conquistar esses direitos é estabelecermos novas formas de convivência entre os humanos". Essa é a grande questão. Se esse for o norte de nosso caminho, o nosso percurso a ser trilhado, com toda a certeza, direitos humanos deixará de ser uma palavra restrita a acordos e pactos assinados ou a solenes declarações e, mais ainda, deixará de ser uma palavra vã na sociedade. Esperamos, então, muito desta conferência, que contou com uma presença das mais representativas, o que está no espírito da Comissão de Direitos Humanos, da Assembleia e da Subsecretaria de Direitos Humanos: se sozinhos fazemos bem, com toda a certeza, cantamos muito melhor com a sociedade, com a participação de todos.

Hoje, estamos aqui, nesta conferência que é fruto de 11 encontros regionais e um encontro municipal, na cidade de Pains. Nosso tempo é exiguo: tivemos de negociar com a Subsecretaria Nacional - entendemos os prazos que eles têm de seguir - uma prorrogação do prazo, mas realizamos 11 encontros regionais, esforço das entidades, da sociedade e da Subsecretaria de Direitos Humanos. Nos encontros, havia uma média de 150 delegados, mas houve encontros com mais de 200. Quem está aqui, além da grande tarefa que tem pela frente, representa muita gente e o que há de melhor daqueles que lutam pelos direitos humanos, pela dignidade, pela cidadania; que procuram fazer de sua vida um espelho dessa luta em Minas Gerais.

Muito obrigado pela presença de todos; muito obrigado à comissão organizadora, fundamental na coordenação dos grupos de trabalho; muito obrigado pela assessoria da Subsecretaria dos Direitos Humanos, da Sedese; e muito obrigado também pelo trabalho da assessoria da Assembleia, que assumiu essa tarefa num prazo exiguo e contribuiu para a realização deste encontro. Sejam bem-vindos.

O poeta Fernando Pessoa, em "Mar Português", diz que o sal daquelas águas eram lágrimas de Portugal e também dos povos conquistados por tanta exploração. Ele também nos diz que quem não atravessar o Bojador não vai além da dor e termina com versos brilhantes: "Tudo vale a pena se a alma não é pequena". Todos os que aqui estão têm grande alma e demonstraram isso na preparação desta 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos. Nosso sincero muito-obrigado.

Palavras do Secretário Juliano Físicaro Borges

Exmos. Srs. Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, Deputado Durval Ângelo, prezado amigo e companheiro João Batista de Oliveira, Emely Vieira Salazar, Makota Djanganga Kiamaza, Maria Teresa dos Santos e Ayana Moreira de Assis, bom-dia. Inicialmente agradeço a participação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, do CONEDH -, dos movimentos sociais e entidades de classe e, em especial, da equipe da Subsecretaria de Estado de Direitos Humanos, na pessoa do Subsecretário João Batista, pela realização e pela organização desta conferência estadual.

Esta conferência tem o objetivo não só de propor diretrizes e avaliações de políticas públicas do Estado, mas também de contribuir para a formulação do plano nacional de direitos humanos, especificamente. E possui um aspecto primordial, pois congrega vários segmentos temáticos na área de direitos humanos.

Desde 2003, realizamos 19 conferências estaduais e segmentos temáticos na área de direitos humanos. Mas esta, pela demanda que houve de

inscrições, demonstra sua importância. Os senhores terão oportunidade de, nestes dois dias, participar das discussões para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas não só do Estado, mas também de toda a sociedade.

Como bem disse o Deputado, a população amadureceu e está mais consciente no que diz respeito aos direitos humanos.

Não podemos deixar de falar sobre os avanços nessa área. No âmbito do governo, sobre o qual posso falar com mais propriedade, em 2003, foram criados a Subsecretaria de Direitos Humanos, o Observatório e o Escritório de Direitos Humanos; em 2007, a Coordenadoria Especial de Políticas Pró-Criança e a Coordenadoria Especial para Direitos da Mulher, todos segmentos temáticos, demonstrando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de políticas públicas na área de direitos humanos.

Logicamente, não temos a pretensão de esgotar todos os processos, mas sem dúvida progrediu-se muito no que diz respeito aos direitos da pessoa e à garantia desses direitos, evitando e combatendo momentos nefastos e repugnantes da recente história do Brasil.

Temos realizado alguns programas no Estado, principalmente no que se refere ao combate ao trabalho infantil, como o Promover e o Projeto Reciclando Oportunidades. Desenvolvemos o projeto de ampliação de vagas nas penitenciárias e os projetos de aperfeiçoamento e capacitação dos conselhos tutelares. Em parceria com o governo federal, desenvolvemos o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas - Provita - e o Programa de Proteção a Crianças Ameaçadas de Morte.

Mais uma vez, agradeço a participação da Assembléia Legislativa, fundamental na organização deste evento. Agradeço também a participação da sociedade. De vez em quando, pergunto aos meus alunos se já estiveram em alguma audiência na Assembléia Legislativa, se já participaram da discussão de reformulação de algum plano. O controle da sociedade e sua participação na formulação de políticas públicas são fundamentais para qualquer governo, quer federal, quer estadual, quer municipal.

Fico muito satisfeito, ao verificar a presença maciça da sociedade nesta conferência. Reafirmo o compromisso do governo em continuar criando mecanismos que, cada vez mais, garantam o direito e a dignidade das pessoas. Desejo a todos uma ótima conferência. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Emely Vieira Salazar

Cumprimento os companheiros integrantes da Mesa, as autoridades, esta bonita platéia de militantes, os companheiros do Conselho Estadual de Direitos Humanos e da Pastoral, e os representantes dos mais importantes segmentos das minorias dessa nossa sociedade perversa. Bom-dia a todos e às pessoas que se encontram nas galerias. É uma grande satisfação ver a resposta da sociedade ao apelo desta conferência. Surpreendeu-nos, de forma positiva, ver que, de fato, já se torna uma realidade o compromisso com os direitos humanos. Isso se comprova hoje com o empenho na preparação desta conferência. Graças à participação da Subsecretaria de Direitos Humanos, à estrutura desta Assembléia, ao trabalho executado pelo Conselho, a tudo isso, reafirmo e reforço o fato de que os direitos humanos ganham o espaço que lhe é devido. Queremos que esta conferência, de fato, seja um marco na história dos direitos humanos em Minas Gerais. Que este tema deixe de ser simplesmente uma questão de grupos, de organizações não governamentais, de algumas Secretarias, de alguns setores do governo, vindo a ocupar a centralidade que lhe é devida. Que os compromissos retóricos se tornem verdadeiros, instigados, açoitados e cobrados pela sociedade organizada, por essa militância, que deve crescer cada vez mais. Fazemos votos e trabalhamos para que os direitos humanos se tornem o centro das políticas públicas e que o governo saia da retórica. Ao dizer isso, não desconheço os avanços conquistados, mas cabe a nós, membros da sociedade, apontar o que não foi feito, as lacunas, os grupos que não têm visibilidade. Este é o nosso papel. Muito obrigado, bom-dia e um bom trabalho para todos nós.

Palavras da Sra. Makota Djanganga Kiamaza

Antes de falar qualquer coisa, queremos cantar uma reza, pedindo a bênção aos mais velhos e aos mais novos.

- Procede-se à Cantiga da Divindade, da Fertilidade, do Amor e da Tolerância, Mаметu Dandalunda Kysimbi Kyamazaza.

Quando iniciei com a bênção, saudei os meus ancestrais. Agora cumprimento os membros da Mesa, os participantes, os convidados e os observadores.

Direitos humanos e políticas públicas: a raiz da violência, que é mais difícil de ser reconhecida, está no modo de se tratar o outro a partir do próprio interesse, sem considerá-lo na sua realidade pessoal, sem respeitá-lo na sua dignidade própria. A raiz da violência consiste em não amar o destino do outro; não se interessar pelo bem do outro; dar sempre precedência ao próprio interesse, à própria conveniência e vantagem.

São visíveis os elos entre o Brasil e a África na história da cultura. É importante o conhecimento da história da África e de determinadas culturas africanas para a formação da cultura brasileira. A Lei nº 10.639, de 2003 atende a todas essas demandas. Essa é uma das reparações devidas ao afrodescendente. O Brasil vive um momento, em pleno século XXI, de fúria antidemocrática e incivilizada dos fanáticos religiosos. Estamos voltando às trevas da Santa Inquisição, iniciada no século XV. As casas dos religiosos e das religiosas de matriz africana e os próprios religiosos e religiosas estão sendo agredidos de forma incisiva. Certos cultos fundamentalistas - não posso citar as igrejas, mas, ao dizer cultos fundamentalistas, estou dizendo quem são na realidade - propagam a intolerância religiosa, quando apontam as religiões de matriz africana como coisa maligna a ser destruída. Quer dizer, quem não compreende acredita nisso. As denúncias por parte dos religiosos estão sendo feitas. Queremos a aplicação da Lei Caó, Lei nº 7.716, de 1989, e que os delegados e os Comandantes de Batalhões de Polícia obedeçam ao ritual processual obrigatório de registro das denúncias e averiguação. De fato, isso não ocorre. A nossa reparação histórica precisa ser feita. A titulação das terras dos quilombolas, o estatuto da promoção da igualdade e as cotas não são benefícios, mas reparações às descendentes e aos descendentes dos mais de 4 milhões de africanos seqüestrados do continente africano para o Brasil em quase quatro séculos de exploração e que sofreram tortura; enfim, 120 anos de abolição inacabada.

Agradeço a Bakise Bantu Kasanje, Tatetu Arabomi, Makotas, Kambonos, Kotas e Ndumbes. "Makuii".

Palavras da Sra. Maria Teresa dos Santos

Bom-dia a todos os que deram um jeito de estar aqui, hoje: uns perdendo dia de serviço; outros vindo de tão longe, de todos os lados. É uma honra muito grande estar com vocês. O povo diz que esta é a Casa do povo, mas o povo mesmo a frequenta muito de vez em quando, não todos os dias. Só me sinto bem onde sou bem-vinda.

Hoje darei o meu recado bem rápido a vocês. Sou uma trabalhadora pobre e sem muito estudo, mas sempre soube o que é serviço pesado, trabalhar para sobreviver e para dar de comer à minha família e ao povo que não é da gente, mas que precisa. Normalmente, há poucos como eu nesta Assembléia, mas hoje não. Estamos na abertura desta tão importante conferência. Somos duas negras adultas, mães de família,

pobres e trabalhadoras, com muito orgulho, porque lutamos desde o início, desde o primeiro dia, para que os movimentos sociais e o povo estivessem aqui representados. Representamos e somos representados ao mesmo tempo. Consegui entender isso outro dia, conversando com a D. Diná, do Grupo de Amigos.

Ela disse que, se a gente não corre atrás, tudo parece que anda para trás. Os processos não andam, é um joga-para-lá-e-para-cá que só vocês vendo. Sozinhos, o preso e a família dele sofrem mais do que Cristo na cruz. Deus que me perdoe. Já disse isso no Tribunal de Justiça, no seminário que lá fizemos contra a privatização das cadeias. Ficar comparando sofrimento de preso com o de Jesus. É isso mesmo. Preso está tomando chicotada, que só vocês vendo. É julgamento rapidinho. O povo mais burro ainda pede até pena de morte. Se pudesse crucificar ladrão, tinha uma estrada de cruz daqui até Brasília. Sozinhos, sofremos demais. É a maior covardia. Organizados, parece que o sofrimento diminui. Cada um parece carregar um pouquinho do peso do outro, como acontece em mutirão. Quero repetir também o que disse na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, no final de março deste ano, nesta Assembléia. Naquela tarde, dizia que o sistema penitenciário não funciona porque não há boa- vontade. É só maldade. Se o povo ganhasse por maldade que faz, por coração de mãe que aperta, que chora, por filho que maltrata, estavam todos milionários. Tem até um livro, um tal de POP, que é o proceder deles lá, que eu chamo de livro da maldade. Hoje eu repito. A Justiça prende o sujeito e deixa ele lá, sofrendo. Sofrendo e fazendo a família dele sofrer mais ainda. Não tem uma semana que a gente não escuta relato de preso espancado. A gente denuncia, chama o Ministério Público, chama os direitos humanos. A Defensoria Pública sabe, o Tribunal de Justiça sabe. O Deputado Durval Ângelo fala, vai lá. Outro dia não barraram o Deputado na Dutra Ladeira, gente? Vocês estão rindo? A coisa é séria. Barraram o Deputado para esconder o que estava feio lá dentro. A coisa estava tão feia que não deixaram o Deputado entrar. Espancamento, cela escura, solitária, escracho com preso e com família de preso. É só tranca e maldade, como está direito por todo lado. Parece que é só isso que o povo sabe fazer. Ah, eles sabem fazer propaganda também! Em maldade e propaganda, só dá craque. O preso fica lá dentro do presídio sendo torturado e a tendência é sair de lá pior do que entrou, sair bem pior. A única coisa que a pessoa aprende apanhando é a bater! Não tem jeito. Vamos colocar a mão na consciência, gente. Chega de maldade. Vamos pensar em tratar com humanidade tanto o preso quanto a sua família. Se não quiser tratar com humanidade tem que dar um jeito. O povo exige respeito. Não é porque tá preso que pode ser tratado sem respeito.

Outra coisa que esse povo parece que esquece: preso não vota, mas a família vota. Outro dia, as duas Fernandes lá do setor Jurídico do Grupo explicaram que, enquanto não houver uma sentença, sem mais possibilidade de recurso, o preso pode votar. Estamos nessa luta também. Direito é direito para todo o mundo. Na hora de prender não tem lei? Então, todo o mundo tem que respeitar o que está na lei, não é não? De todo jeito, familiar de preso vota e tem um tanto de eleição vindo aí. Acabando com a maldade, para nós já está bom. Cumprindo a Constituição, sem tortura, maus-tratos para os presos e para os familiares, para nós já está bom. Eu acho que dos direitos humanos, todos, o mais importante é o de ninguém ser torturado; nem preso, nem família, nem ninguém. Nem dor de pancada e nem dor de injustiça, essa dor que não pára de doer nunca.

Deus que ilumine a cabeça desse povo que manda e tire dela a maldade, que para nós já está bom.

Ministro, por favor: manda olhar esse tanto de preso que está morrendo queimado aqui em Minas Gerais. Ajuda a gente. Faz alguma coisa para parar com isso, é muito abuso, tem autoritarismo, só maldade. Deus abençoe o senhor, viu!

Tinha anotado aqui para eu não esquecer: falar da má administração do sistema carcerário, das torturas que acontecem direto na Dutra - já falei que não deixaram o Durval Ângelo entrar lá -, de bater nos presos e ameaçá-los, de rirem da cara deles quando falam em procurar direitos humanos, falar da surra que os agentes deram na mãe de um preso que foi visitá-lo. A senhora foi visitar seu filho e foi surrada pelos agentes na Dutra Ladeira. Isso acontece, e recebemos denúncias direto disso. As meninas que fizeram vestibular para o Izabela Hendrix, na Piep, estão com dificuldades para entrar na cadeia com os livros a fim de estudar. Parece que esse povo nunca estudou. Mesmo com toda dificuldade, temos a aluna Jenifer que fechou a prova de administração este mês, no Izabela. É preciso que se facilite o estudo, porque há coisas que são direitos do preso, mas isso ninguém quer reconhecer. Deus que me perdoe. Falar de tantos presos que morreram queimados dá até tristeza na gente, sem contar os que não suportam e se enforcam lá dentro. Sobre esses, a mídia não fala, não divulga. Não fala sobre a omissão de socorro ao preso Júlio César Pessoa Porto, na Dutra Ladeira, um rapaz de 22 anos que morreu de infarto cardíaco por omissão de socorro. É muita dor. Queria que alguém olhasse por isso. Que Deus abençoe todos vocês. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Teresa.

A Sra. Maria Teresa dos Santos - Queria aproveitar e entregar um carta ao Ministro e outra ao Durval.

- Procede-se à entrega das cartas.

O Sr. Presidente - Obrigado, Teresa. A Teresa tem razão. Em julho, a Comissão de Direitos Humanos foi impedida pelo Sr. Maurício Campos, Secretário de Defesa Social, de fazer sua vistoria e fiscalização constitucional na Penitenciária Dutra Ladeira. No nosso trabalho, contamos com uma equipe. Em 14 anos como Deputado, temos a assessoria da Assembléia que entra conosco nos presídios. Foi a Comissão de Direitos Humanos, visitando presídios, que instituiu em todas as comissões da Assembléia algo que se chama relatório de visita, que permitiu que a sociedade soubesse que, antes dos 25 presos assassinados em Ponte Nova, a Comissão esteve lá por duas vezes, denunciando a situação daquele estabelecimento penal. Também sempre nos fazemos acompanhar por membros das pastorais carcerárias e da sociedade civil. No caso da Dutra Ladeira, o Secretário deu uma ordem de que só o Deputado poderia entrar. Disse que não faço a fiscalização sozinho e não escrevo relatório. A minha vistoria é para documentar, registrar e denunciar as mazelas. As imagens de Rio Piracicaba, Arcos e Ponte Nova foram mostradas para a sociedade. A Comissão de Direitos Humanos esteve nesses locais, antes da tragédia, e tinha tudo isso registrado.

Entendo que houve, sim, por parte do Sr. Secretário de Defesa Social, a proibição ao parlamentar, porque não sou Deputado sozinho, mas com a sociedade civil e com a assessoria da Assembléia. Portanto, foi a primeira vez, em 14 anos de mandato, que aconteceu uma vedação a este Deputado. E, em relação à parte que fiscalizamos, é como se fosse o Deputado.

Apresentei uma questão de ordem dirigida à Mesa da Assembléia, para que a Assembléia Legislativa se posicionasse. A Procuradoria-Geral da Casa já apresentou um parecer, entendendo que o Sr. Secretário cometeu crime de responsabilidade. A minha questão de ordem precisa da assinatura do Presidente para ser entregue. O Presidente da Assembléia não entregou, até agora, a questão de ordem formulada por esta Presidência da Comissão de Direitos Humanos. Assim que a tivermos, processarei o Secretário de Defesa Social de Minas Gerais. Impetramos um mandado de segurança na Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, para que a Comissão, na sua totalidade, entre naquele estabelecimento penal. Espero que, nos próximos dias, o Presidente Alberto Pinto Coelho libere o parecer da Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa sobre a questão de ordem formulada por este parlamentar, para tomarmos providências legais para realizar essa vistoria. Chegaram ao absurdo, nos últimos dois anos, antes do fato ocorrido na Penitenciária Dutra Ladeira, em julho, de eu ter que assinar um termo de responsabilidade, juntamente com todos que estavam entrando conosco na fiscalização, também em relação às imagens que nós, porventura, fizéssemos do estabelecimento. Nunca me neguei a assiná-lo. Acredito que o encarcerado, o apenado, sabe muito bem quem está ali defendendo seus interesses e seus direitos. Além do mais, temos responsabilidade por aquilo que vimos e que registramos dentro do estabelecimento penal. A última agora foi a proibição formal ocorrida no mês de julho. Você tem razão, Teresa, há muita coisa para esconder. Eu brinco, mas é algo muito sério dizer que o problema de vagas no sistema carcerário será resolvido. Basta continuarem colocando fogo nos presídios e terem vagas para oferecer para a Secretaria Nacional de Direitos Sociais e também para os outros Estados. E faço um paralelo. Nos quatro primeiros anos do governo Aécio Neves, não tivemos nenhum preso morto por queimadura dentro da cadeia. Agora já tivemos três incidentes e, com o ocorrido no Seresp, o quarto. Os dois presos queimados há três semanas já estão mortos, além de um que está internado em estado grave com queimaduras no Hospital João XXIII. Desse jeito, o problema de vagas no Estado de Minas Gerais será resolvido. É só

deixarmos o Secretário no cargo em que está, e logo teremos vagas para oferecer para outros Estados da Federação.

Além dos delegados presentes neste Plenário, temos transmissões ao vivo com delegados presentes no auditório e no teatro da Assembléia, e também no Salão de Chá, porque esta área ficou pequena para o grande número de delegados presentes. Com a palavra, a estudante Ayana Moreira de Assis, membro da Comunidade Religiosa de Matriz Africana Manzo Ngunzo Kaiano, e o Sr. José do Carmo Lana Marciano, para sua manifestação.

Palavras da Srta. Ayana Moreira de Assis

Sejam bem-vindos à 3ª Conferência de Direitos Humanos. (- Lê:) "Art. 1º - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e respeito. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Art. 2º - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Art. 3º - Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Art. 4º - Ninguém será mantido em escravidão ou servidão. A escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Art. 5º - Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Art. 6º - Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Art. 7º - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, à igual proteção da lei. Todos têm direito à igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. 8º - Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Art. 9º - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Art. 10 - Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Art. 11 - § 1º - Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente, até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

§ 2º - Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Art. 12 - Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Art. 13 - § 1º - Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

§ 2º - Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Art. 14 - § 1º - Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

§ 2º - Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Art. 15 - § 1º - Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

§ 2º - Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade".

Palavras do Sr. José do Carmo Lana Marciano

(- Lê:) "Art. 16 - § 1º - Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

§ 2º - O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

Art. 17 - § 1º - Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

§ 2º - Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Art. 18 - Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Art. 19 - Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de

procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Art. 20 - § 1º - Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

§ 2º - Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Art. 21 - § 1º - Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

§ 2º - Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

§ 3º - A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Art. 22 - Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Art. 23 - § 1º - Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. § 2º - Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. § 3º - Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. § 4º - Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Art. 24 - Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

Art. 25 - § 1º - Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. § 2º - A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Art. 26 - § 1º - Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. § 2º - A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. § 3º - Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Art. 27 - § 1º - Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. § 2º - Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Art. 28 - Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Art. 29 - § 1º - Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. § 2º - No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. § 3º - Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Art. 30 - Nenhuma disposição desta Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos."

O Sr. Presidente - Obrigado, Ayana e José do Carmo.

Palavras do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi

Sr. Presidente, Deputado Durval Ângelo; Secretário Juliano; Subsecretário João Batista; Sras. Emely, Makota e Maria Teresa e jovem Ayana; quero fazer uma saudação especial a esta densa audiência de militantes, defensores dos direitos humanos, aos presentes nas galerias e nas salas contíguas, com telão.

É com muita emoção que cumpro o honroso convite de encerrar a Mesa de abertura, mais uma vez, parabenizando Minas Gerais, que, neste evento, mostra por que adquiriu, historicamente, a sua condição de referência nacional em todas as lutas pela liberdade. Aqui, os direitos humanos representam a grande articulação universal dos temas da igualdade e da liberdade. Igualdade e liberdade só conseguem ser conjugadas com pluralidade e diversidade.

No "olhômetro", fiz a minha contagem de sempre e fiquei muito feliz com o equilíbrio: homem e mulher, predomínio de mulher. Fiquei quase satisfeito com o predomínio da cor da pele, porque o Brasil tem mais ou menos meio a meio. Sempre gosto de verificar se esse meio-a-meio está sendo respeitado. Sempre participamos de encontros como esse, e, às vezes, repete-se aquilo que não desejamos. O Supremo tem um Ministro negro, mas deveria haver mais representantes negros no Senado e nas Câmaras. De qualquer maneira, é a nossa caminhada. Só me pergunto se nas próximas edições, para que haja a composição ideal dessa pluralidade e dessa diversidade, não deveria haver um pouquinho mais de jovens, aqueles meninos com pouca barba, e meninas.

Parabéns por esta Mesa criativa. A fala da Ayana e a leitura em braille, do José do Carmo, foram emocionantes. Muitas pessoas que não são militantes dos direitos humanos devem ter se perguntado: "Será que os 30 itens da Declaração Universal dos Direitos Humanos não poderiam ter sido lidos por alguém que o fizesse mais rápido?" Não. Na caminhada a nossa marcha tem de ser definida pelo ritmo daqueles que representam, de fato, a nação brasileira na sua grande diversidade. É grande a nossa emoção em ver aqui uma criança e a celebração da diversidade religiosa, em que Deus se desdobra em muitas figuras e os orixás e os santos são saudados. Alegra-nos ver aqueles que também

têm um posicionamento filosófico agnóstico, muitas vezes, vítimas de preconceito por isso, mas que têm também a mesma fé nos processos históricos: a fé na capacidade do ser humano para transformar a sociedade no mesmo sentido universal, de liberdade e de justiça.

Ainda há pouco, disse ao Deputado Durval Ângelo que fiz o meu roteiro de sempre dos aniversários, mas que ele economizou essa parte da minha fala. Só quero dizer que 200 anos antes do Manifesto de Marx e Engels, bem lembrado pelo Deputado, houve uma grande conferência, uma celebração do Tratado da Paz Vestefália - 1648.

São 100 anos de guerras religiosas. As nações européias se mataram aos milhares em "noites de São Bartolomeu", em "noites de longos punhais", falsamente em nome de Deus. Saramago indaga: "É um Deus misericordioso ou é um Deus cruel, que leva as pessoas a se matarem em nome da fé?". Não, não é possível conceber um Deus odioso ou deuses odiosos. Todos eles buscarão a convivência do ser humano na paz, na solidariedade, novo nome da palavra fraternidade, que, em 1979, completava os lemas dos revolucionários franceses. Solidariedade como a capacidade, a possibilidade de cada um de nós sentir como se acontecesse conosco cada preconceito, cada violência, cada discriminação, cada opressão e cada exploração econômica e social que se abata sobre qualquer ser humano em qualquer lugar do Planeta. Parabéns a Minas Gerais por uma conferência estadual maior do que a do Estado de São Paulo, a que compareci, e também por essa organização de conferências regionais como um passo muito rico, que internaliza e chega a cada uma das cidades deste Estado, campeão de Municípios!

Hoje, queria acrescentar um pouco de reflexão, como motivação para o debate delicado e complexo que essa conferência estadual realizará a partir de um roteiro nacional com falhas e incompletudes. Minas Gerais já apontou uma falha gritante que estamos buscando corrigir: não havia, em seis roteiros, nenhuma chave direta para o tema "Direito à verdade e à memória". Acho que não há nenhuma novidade na Secretaria Especial dos Direitos Humanos, nestes quase três anos em que lá estou, que tenha mais ênfase do que essa. Foi uma falha minha não ter percebido isso, mas, agora, Minas corrige. O tema está reaberto no Brasil. Não se passa um dia em que os jornais não publiquem debates e manifestações sobre esse tema.

Quero fazer uma reflexão sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A complexa tarefa que os delegados e as delegadas têm é esta de articular, em primeiro lugar, a necessária atenção democrática entre a sociedade, os movimentos sociais, as organizações populares e um Estado. O Estado tem essa milenar tendência à lentidão, à burocracia, a não responder de maneira sensível ao clamor da sociedade. E, em direitos humanos, todos sabem que o protagonismo, palavra que quer dizer ator principal em cena, é da sociedade civil. Foi ela que nos anos do regime militar tomou a iniciativa da denúncia, do enfrentamento; foi ela que, depois do regime militar, levou as assembleias legislativas a compor comissões como essa de Minas Gerais, densa e sólida; foi ela que exigiu do governo federal - e a partir da década de 90 nasceu o governo FHC, o governo Lula - a elevação do "status" constitucional, que, ano a ano, tem melhorado expressivamente o orçamento e a destinação de quadros. Tudo isso ainda está muito abaixo do necessário. Esses 60 anos representam uma demonstração viva de que o Planeta segue tendo, nos 30 pontos lidos aqui, o primeiro roteiro, o primeiro programa político que a comunidade conseguiu construir. Cinquenta e poucos países compunham a ONU, criada em 1945 e, pela primeira vez, a humanidade, que tinha realizado guerras de religião, guerras tribais, guerras nacionais, guerras imperialistas colonizadoras, ficou perplexa com aquela tragédia de seis anos, com 60 milhões de mortes.

Não sei se aqui está presente uma representação da comunidade judaica. No holocausto, houve 6 milhões de mortos apenas por serem judeus, tenham ou não resistido ao nazismo. Os ciganos foram eliminados por serem ciganos; os homossexuais por serem homossexuais; e os comunistas por serem comunistas. Além disso morreram muitos cristãos, socialistas. Foi aquele horror nazista, que terminou com o horror de duas bombas atômicas, em Hiroxima e Nagasaki, e com a morte de crianças e idosos. O avião era o Enola Gay. Tudo isso representa a percepção de que era preciso ter esse roteiro que foi lido aqui, indispensável para que o mundo conquiste finalmente a paz. São milênios de guerras em que o "não matarás" é violado diariamente, em todos os lugares do Planeta, pelo Estado, por guerras, por conflitos às vezes dentro de casa, entre as famílias. Os pressupostos de igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade, aqui sintetizados, possuem um preâmbulo que considero importante ser lido. A leitura começou do art. 1º, que se desdobra: livres e iguais em dignidade e direito, nascem todos os homens. Não nascem, lembra Hannah Arendt. Em lugar nenhum do mundo, os seres humanos nascem livres e iguais. Eles nascem desiguais, presos por estruturas econômico-sociais conservadoras. Esse é um programa. A comunidade planetária se assentou e escreveu um roteiro afirmando: queremos nos transformar em uma sociedade em que todos nasçam livres e iguais em dignidade e direitos. Olhemos em volta e vejamos guerra no Iraque, no Afeganistão, na Colômbia, etc. Temos a maior potência militar da história da humanidade. Nunca antes - e analisei isso em meus estudos como cientista político - na humanidade aconteceu isso. Nem no Império Romano nem no império britânico, houve tanta concentração de poder terrestre, naval, aéreo e, agora, espacial nas mãos de uma única potência. Seu líder político - felizmente em declínio -, George Walker Bush, há dois anos, enviou ao Senado e aprovou uma lei de regressão medieval ou pré-medieval, que autoriza a tortura - afogamento com água, interrupção do sono e sons de altos decibéis - como instrumento do interrogatório de suspeitos de terrorismo. Estamos hoje em 11/9/2008, há sete anos da tragédia das torres gêmeas e há 35 anos do martírio de Salvador Allende, assassinado pelos fascistas em uma articulação comprovadamente orientada por Washington. Era um dos grandes sonhadores e propositores da construção de uma "nuestra" América, como Bolívar e Che Guevara. Depois, a maioria democrata recomposta no Senado aprovou outra lei que corrige a lei pró-tortura de Bush, mas ele a vetou.

Então este é o cenário que temos para deixar claro o que acontece com aquele país, que não é fascista. Aquele é o país de Luther King, que já foi lembrado aqui, como poderiam ser lembrados também Malcon X, Stockley Carmichael, John Kennedy, Thomas Paine, um dos primeiros teóricos dos direitos humanos, Abraham Lincoln e muitos outros. Lá existe hoje também uma violação conservadora, retrógrada, medieval, que afronta o chamado ideal da democracia americana.

Nenhuma oposição aos Estados Unidos; consideramos o povo norte-americano como irmão a quem estendemos a mão e com quem queremos, juntos, lutar para afastar esse tipo de ameaça de regressão, uma espécie de teoria de necessidade de guerra permanente. Quando se resolver o problema no Iraque, haverá nova guerra no Irã; depois, se for preciso, na Colômbia, na Venezuela; onde houver ameaça de se implantar a paz, virão os apóstolos da guerra tentando reintroduzir esse mundo de desigualdade, opressão e injustiça que os direitos humanos projetam superar.

No preâmbulo está dito: "Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido como último recurso à rebelião contra a tirania e a opressão". O direito milenar, sagrado, bíblico e histórico, fundamentado em toda a experiência mundial de rebelião, foi o direito à rebelião evocado por Zumbi dos Palmares, Tiradentes, Chico Reis e brasileiros que se levantaram contra o regime militar que vigorou de 1964 a 1985. Aqui, há uma faixa que homenageia figuras como D. Helena Greco, símbolo dessa luta. Podemos lembrar lutadores de Minas Gerais que morreram para que tivéssemos liberdade, institucionalidade para realizar, na Assembleia Legislativa, um evento com esse teor, que questiona autoridades estaduais e federais, interpela os três Poderes da República, porque essa é a necessidade em uma democracia consolidada e plena. Infeliz do país cuja sociedade e cujo Estado pensam de maneira exatamente igual. Não passam de farsas. Já participei de assembleias populares partidárias de países que já visitei, em que a votação em plenária desse tipo sempre dava resultado 100% igual. Isso não é da vida humana, que traz em si a diversidade. A regra da maioria é como a única, porque não há outra na hora de decidir entre duas ou três propostas diferentes. Lembramos figuras como Maria Auxiliadora Lara Barcellos, José Carlos Novais da Matta Machado, Carlos Alberto Soares de Freitas, o Breno, Juarez Guimarães de Brito, Osvaldo, da Guerrilha do Araguaia, mineiro de Passa Quatro. Também podemos lembrar mineiros vivos que lutam pelos direitos humanos, como D. Helena Greco, que foi torturada, Ministra Dilma Rousseff, Antônio Cândido, mineiro de Poços de Caldas, que celebra 90 anos, Inês Etienne Romeu, responsável por uma das mais impressionantes denúncias e relatos do processo da tortura. A tortura tem de ser trabalhada e conhecida pelo Brasil, que está decidido a fazer esse salto internacional de patamar.

Finalmente, a nossa geração conseguiu viver este momento com o qual sonhamos tanto. O Brasil começa a mudar de lugar e passa a ser reconhecido, pela primeira vez no planeta, por aquilo que há muito tempo fazia jus: por seu tamanho territorial, populacional; por sua

capacidade produtiva, sua diversidade; pelos vários espetáculos e "shows" que o Brasil já impôs ao mundo, seja na música, seja na cultura popular, seja no futebol, por prêmios de conquistas científicas, e estamos conquistando medalhas paraolímpicas em Pequim. Este país emerge, em 2008, como a maior potência exportadora mundial de alimentos do mundo, que vive uma crise de inflação e de elevação dos preços de alimentos. O Brasil acaba de descobrir no pré-sal uma espécie de Arábia Saudita enterrada, à disposição para se transformar, se bem-conduzida, no investimento maciço que pode se aproximar, ao longo de 10 anos, 20 anos - não estou falando de um governo, mas de meu País -, de US\$1.000.000.000,00 na educação, realizando o desafio que falta ao Brasil equacionar, uma vez que a universalização da escola se amplia. No ensino médio, há menos investimentos ainda. Mas agora, em um ano, haverá 44 mil novas vagas nas universidades públicas federais, só com a utilização da capacidade instalada, dos prédios que à noite mantinham suas luzes apagadas, enquanto muitos eram excluídos do ensino universitário ou afastados pela impossibilidade de pagar a mensalidade. Esse é um Brasil que se afirma na democracia, que descobre essas coisas evidentes. Nessa semana comemorou-se o centenário de Josué de Castro, que alertou para a questão da fome como a prioridade das prioridades no Brasil. Sem equacionar a fome, as pessoas não terão energia para, durante o dia, exigir todos os seus direitos. Ao final de menos de seis anos de uma decisão firme, o Brasil enfrenta a fome com um mineiro, Patrus Ananias, liderando o Ministério do Desenvolvimento Social. Marcou-se o prazo em que serão asseguradas, em todo o País, as três refeições diárias, que ainda manterão as pessoas na pobreza, mas a pobreza de alguém que já tem, por parte do Estado, o reconhecimento desse direito angular; é uma pobreza que poderá se transformar em cidadania participante, militante, exigente de todos os demais direitos, igualmente necessários. Essa caminhada dos direitos humanos no Brasil, assim como o protagonismo da sociedade civil, levou o Estado a avanços que já foram saudados pelos oradores e pelos problemas que seguem existindo em qualquer âmbito. Não podemos fazer de um encontro como esse uma conferência sem gosto, sem cheiro, sem temperatura, que seria o retrato de uma conferência chapa branca, mas também não podemos criar uma esgrima interna que nos leve a esquecer que o Brasil não pensa como nós, que temos sensibilidade para os direitos humanos, pensamos. Saúdo a notícia do programa de televisão "Hoje na Praça", porque há pouco tempo essas entrevistas de rua despertavam uma série preocupante de respostas do tipo "direitos humanos é defesa de bandido". Minha saudação à presença de policiais e Delegados. Em São Paulo, fiz o mesmo. Havia ali uma delegação. É muito importante que, nas denúncias de violência policial que façamos - e que faremos aqui -, não joguemos as polícias em bloco, satanizando-as, como se todas fossem compostas de uma coisa só. As polícias no Brasil hoje são a mescla entre a velha cultura, que vem da repressão de quase quatro séculos de escravidão, que vem das duas ditaduras do século XX, que consolidou fortemente idéias que são aceitas até pela população, aceitas até por autoridades do Estado, quando compactuam, convivem. O Prof. Cano deu uma entrevista no Rio de Janeiro essa semana, mostrando sua perplexidade em uma entrevista de um preso que foi torturado e que argumentou: "Fui torturado porque também andei aprontando". O direito à memória sobre a verdade da ditadura tem de ser visto lado a lado com o direito à memória sobre a nossa história da escravidão.

Temos ainda pessoas de boa vontade, que assinam o manifesto dizendo que, no Brasil, não há racismo e que a política de quotas pode despertá-lo. E são pessoas sérias, com uma vida na universidade, autores de livros. Rui Barbosa, Águia de Haia, é autoridade responsável por mandar queimar a documentação histórica da escravidão no Brasil. Prevalecendo essa tese, os países são comparáveis às pessoas. As pessoas só amadurecem quando adquirem capacidade e coragem de fazer um mergulho em si mesmas, muitas vezes recorrendo à própria infância para conhecerem de onde vieram, como foram formadas, quais violências as vitimaram, às vezes na mais tenra infância: violência sexual, intradoméstica, de que não temos estatísticas, mas que todos especialistas reconhecem ser uma violência de proporções preocupantes, talvez assustadoras. Mulheres, às vezes, conseguem relatá-la 30, 40 anos depois, pela primeira vez, com todo o impacto que essa violência trouxe sobre sua formação, subjetividade, sexualidade. Também o direito de diversidade é um direito humano de primeira grandeza. Este país não conseguirá entender a violência que aflora nos presídios que são incendiados, nos próprios presos tratados como se animais fossem, como se insetos fossem, às vezes pior que isso, gerando a CPI de Brasília, que visitou mais de 70 presídios, constatando que essa situação calamitosa de Minas Gerais não é um problema só de Minas. Do Urso Branco, de Rondônia, à Mata Escura, de Salvador, os presídios brasileiros, com raras exceções, vivem uma situação de colapso, inaceitável, que revela o vínculo da autoridade penitenciária, das autoridades públicas, com esse passado escravista, que segregava seres humanos em duas partes. Os países também amadurecerão para a democracia, para uma sociedade justa, equilibrada, para uma cultura de paz - não à violência -, quando forem capazes de conhecer a sua história. O pelourinho era instrumento de tortura em várias cidades brasileiras. A tortura das duas ditaduras do século 20.

Devemos saber, num encontro como este, separar, saudar, pois avanços houve. O Brasil tem um Programa Nacional dos Direitos Humanos desde 1996. O nosso livro, que se encontra na Mesa dirigente, resume o que diziam os Planos Nacionais de 1996 e de 2002. Estamos completando as ações desenvolvidas com uma quarta coluna, que inclui as 50 conferências nacionais que o Brasil realizou a partir de 2003, precedidas de conferências estaduais, como ocorreu em Minas Gerais, neste ano, com a realização da LGBT. A Conferência sobre Direitos das Pessoas com Deficiência está prevista. A Conferência sobre Direitos do Idosos já foi realizada e encontra-se rumo a duas conferências nacionais. Em junho, ocorreu, em Brasília, a LGBT, e foi a primeira vez, no mundo, em que um Presidente convoca, por meio do Diário Oficial, uma conferência para um segmento populacional, que conta com milhões de brasileiros e brasileiras. Não é possível quantificá-lo porque não há respeito humano, liberdade, democracia para que as pessoas possam se apresentar como tais pois, caso o façam, são discriminadas na própria família, no trabalho, na escola, no ambiente social. Ainda existe um vasto mundo de clandestinidade e o Presidente foi pessoalmente saudar esse passo histórico, cujo slogan era: Nem menos, nem mais. Direitos iguais. Outro mineiro, Paulo Delgado, de Juiz de Fora, teve papel muito importante na conquista da lei antimanicomial. A percepção da saúde mental também é um dos temas. A sociedade opressora desencadeia relações, criando presídios como o de Ponte Nova, que atende pessoas com deficiência mental, quando o tratamento precisa ser feito com a convivência, a solidariedade e a capacidade de se reconhecerem as diferenças, como se faz nesta audiência, em casos importantes e preocupantes como esse.

Quero concluir, dizendo que, num evento como este, não é bom ignorarmos os avanços do Brasil. Há legítimas e necessárias indignações para denunciar o que ainda se considera violação rotineira dos direitos humanos. É o País da menina de Abaetetuba, jogada em uma cela com 20 adultos, por um mês, com autorização judicial e policial. É o País em que o Judiciário ainda considera inconstitucional a Lei Maria da Penha, que, pela primeira vez, criminaliza a violência doméstica. O Presidente batizou essa lei com o nome de quem sofreu gravíssima e violenta agressão do marido, que atirou em sua coluna, tornando-a cadeirante. É o País em que um Juiz, de São Paulo, considerou o jogador Richarlyson homossexual, dizendo que o futebol é um esporte viril e que, sendo ele homossexual, teria de criar outra liga de futebol. O jogador é do São Paulo, aquele time de três estrelas, de campeão mundial, e cinco de campeão brasileiro. Esse Juiz demonstrou sua cabal ignorância da lei brasileira, da constitucionalidade brasileira. Este país é o do Morro da Providência, em que mais uma vez se faz uma confusão. Não é justo deixar nas costas dos Oficiais, dos Soldados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica o peso de torturas, violações, estupro, degolas, espartelamentos, que a repressão política do regime militar executou. Não é justo dizer que o Exército produziu o Ten. Vinícius. É preciso separar as coisas. Em cada Estado, a polícia é a mistura de defensores dos direitos humanos e Delegados, e, cada vez mais, precisa ser vista pela sociedade e se ver como defensora dos direitos humanos. Mas, para ser defensora dos direitos humanos, seu primeiro e incontornável mandamento deve ser combater o crime com a lei. Quando a polícia combate o crime com o crime, ela se estabelece na identidade criminoso. Ele é criminoso de um tipo, eu sou criminoso de outro, porque torturo, mas a lei brasileira proíbe a tortura; executo, mas a lei brasileira proíbe a execução; levo pessoas a uma cachoeira, para interrogá-las. Há mais de dois anos, três jovens de Guarulhos estavam presos. Bom que não há no Brasil pena de morte, pois poderiam ter sido executados na cadeira elétrica. Agora, apareceu um maníaco confessando o homicídio pelo qual foram condenados. E temos o constrangimento de ver um Desembargador, um Juiz, um Procurador dizendo...

O Sr. Presidente - O Promotor que fez a denúncia ainda disse que tudo quanto é criminoso se justifica, alegando que foi torturado. Um Promotor falou isso.

O Ministro Paulo de Tarso Vannuchi - Ia começar essa frase, Deputado. O constrangimento de ouvir o Procurador dizer que todos alegam tortura. Isso foi publicado nos jornais de ontem. Meu diálogo com o Promotor seria: "Bem, o fato de todos alegarem é a prova para o senhor de que não existe tortura?" Tortura era um dos motivos que também me trouxe nesta importante data, 11 de setembro, porque vamos assinar com o Governador Aécio Neves um programa de parceria federal e estadual do plano social. É o plano que acompanha o PAC. As grandes obras econômicas precisam de ações paralelas na defesa das crianças e de combate à exploração sexual de crianças. E os direitos da pessoa com deficiência? São 25 milhões de brasileiros que ainda têm a sua construção no País bloqueada pelas barreiras urbanas de equipamentos e de atitude. Agora, temos um programa. O Botafogo, o Fluminense, o Santos entrarão em campo com faixas defendendo os direitos da pessoa com deficiência, defendendo a acessibilidade. Entrarão em campo com mascotes, com crianças com deficiência, para criar essa compreensão nos

estádios de futebol. Hoje, iríamos assinar, mas adiamos, o programa de ações integradas de prevenção e combate à tortura. Não é a primeira vez que foi adiado. Lamentavelmente, não é a primeira vez que isso ocorre, e precisamos ter a impaciente paciência que o Leonardo Boff nos pede em processos políticos históricos. Não podemos perder a energia da argumentação e da convicção. Disse ao Governador: esse quesito da perícia independente é indispensável, porque não podemos combater a tortura, se a autoridade que examinará a existência de um hematoma pertencer à polícia, pois daí a duas horas estará sentada para almoçar junto com o seu colega. É preciso o controle externo. Eu, como Ministro, passo todo o tempo por controles assim: Tribunal de Contas, Controladoria, Casa Civil e Ministério Público. E ainda há a imprensa, que cumpre seu papel na democracia. Não é aceitável temer controles externos. A boa polícia não temerá controles externos. Ela credenciará a perícia independente. Minas Gerais, com a força de uma plenária como esta e com a sensibilidade do Governador Aécio, certamente, em poucas semanas, fará esta assinatura adiada até o momento.

Para encerrar, lembro-me da conexão que há com as torturas atuais, e não apenas com a praticada no período do regime militar, que prevalece como um tema bloqueado, um tema que, recentemente em audiência no Ministério da Justiça da Comissão de Anistia, levou o Ministro Tarso Genro e eu a desencadear um processo de ampla desfocalização do debate. Por cinco dias, a imprensa de todo o País disse que estávamos propondo a revisão da Lei da Anistia. Com todas as suas insuficiências e erros, a lei é um dado concreto da história do País e, de alguma maneira, abriu as portas para o retorno de Miguel Arraes, Brizola, José Maria Rabelo, João Amazonas, Luiz Carlos Prestes, Mané da Conceição. Não propusemos nem proporemos revisão da Lei de Anistia. O que diremos o tempo todo é o seguinte: o Judiciário brasileiro nunca fez uma interpretação dizendo que essa anistia encobre os crimes de lesa-humanidade, como são os crimes imprescritíveis de tortura.

No que se refere ao crime continuado, à ocultação de cadáver, a lei é dos últimos dias de agosto de 1979. No dia 1º/11/79, o criminoso reincidiu no crime cuja lei foi anistiada antes dessa data. E ele sabe onde estão os 140 corpos de brasileiros e brasileiras, muitos de Minas Gerais, cujas famílias ainda não tiveram reconhecido o sagrado, milenar e histórico direito de pranteá-los e sepultá-los.

Então, assim quero dizer que a missão dos delegados e das delegadas é multiplicar esse importantíssimo aporte de Minas Gerais, morada histórica da liberdade, desde Tiradentes e desde muito antes, para que a conferência nacional projete o novo programa nacional dos direitos humanos, refletindo finalmente a era em que o Brasil encarou a questão da fome, a reparação ao passado escravista colonial e o saque ao continente africano. Houve a anistia recente ao marinheiro negro João Cândido e à Revolta da Chibata - lembrem bem -, novamente um levante de 1910 contra castigos físicos.

Aqui serão aprovadas plataformas dos direitos da criança e do adolescente e se fortalecerá a resistência à ofensiva antidemocrática da pena de morte e da redução da maioria penal. O jovem em conflito com a lei, volta e meia eleito inimigo público nº 1, é vítima muito mais que agressor de um sistema em que o Estado sempre falhou para com seus compromissos. Muitas vezes, seu primeiro crime foi o furto famélico para comer um pão? Não, foi para dar um pão para sua mãe, que não comia havia um dia. Essa criança de 12 anos, no furto de um pão, começou uma carreira, pois o atendimento socioeducativo construído pelo Brasil, nestes 18 anos de ECA, ainda não assegura a doutrina da proteção integral e a efetiva transformação dos centros de reintegração e reincorporação. Esses são, sim, "minicarandirus" que preparavam os jovens para se transformarem em membros do Comando Vermelho e do PCC.

Há ainda os direitos da pessoa com deficiência, do idoso e da diversidade GLVT, o combate à tortura e os direitos dos presos, para que a Constituição brasileira e as leis sejam finalmente respeitadas. Incluímos também o direito à memória e à verdade. Muito obrigado. Bons debates densos e democráticos a todos, nestes dois dias de conferência.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a compor a Mesa os Exmos. Srs. João Batista de Oliveira, Subsecretário de Estado de Direitos Humanos e Coordenador dos Trabalhos; e Menelick de Carvalho Netto, Professor de Direito Constitucional e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília - UnB -; e Exma. Sra. Amelinha Teles, Coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares e Membro da União de Mulheres de São Paulo; e o Exmo. Sr. José Luiz Quadros de Magalhães, Professor da Graduação e da Pós-Graduação da PUC Minas e da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Votação e aprovação do regulamento da conferência

O Sr. Presidente - Informamos que a delegação de Minas Gerais que irá na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos será eleita nesta conferência. Serão 65 delegados eleitos, 44 delegados representantes da sociedade e 21 delegados do poder público. A Comissão organizadora é formada por 54 entidades, foram realizadas 11 reuniões preparatórias, participaram 101 pessoas e houve 3 subcomissões: infra-estrutura, relatoria e mobilização. E, como fruto de 10 encontros regionais, criaram-se 7 comissões técnicas interinstitucionais, as CPIs, que fizeram a seguinte deliberação: cada entidade pode inscrever apenas 2 candidatos para serem delegados nacionais. Isso é para garantir que um número maior de entidades esteja na 11ª Conferência. Há uma exigência de que só pode ser delegado nacional quem participar da conferência estadual. Os ausentes não podem. A inscrição dos delegados deverá ser feita hoje, das 10 às 15 horas, no Salão de Chá, porque a votação será amanhã. Ninguém precisa ir lá agora, porque a inscrição poderá ser feita no horário de almoço. No próprio local, no horário do almoço, as pessoas poderão obter informações.

O Cel. Edmar Simião corrige tristemente a minha informação. No quarto incêndio do Seresp aconteceram, na realidade, 4 assassinatos; em Ponte Nova, morreram 25 pessoas; em Rio Piracicaba, foram 8; em Arcos, foram 2 adolescentes; resultando num total de 39 mortes em Minas Gerais num intervalo de um ano. Não existe precedente na história do Brasil. E algumas pessoas ainda têm dúvida de que a pena de morte existe para alguns setores da sociedade brasileira. E ele sugere, como Bombeiro, a permanência da Brigada de Incêndio nos estabelecimentos penais, envolvendo os próprios internos numa consciência de cidadania e de participação. A questão está registrada.

Quero falar sobre a leitura do Regimento. Como eu disse, são 54 entidades e 11 reuniões preparatórias. O Regimento foi praticamente uma tradução do Regimento nacional, com adaptações, como disse o próprio Ministro, e aquilo que acrescentamos em Minas Gerais. O Regimento esteve disponível no "site" da Assembléia durante todo esse período. Demoramos uma hora para fazer sua leitura e sua aprovação. Nós, da Assembléia, algumas entidades organizadoras que foram consultadas e a Subsecretaria de Direitos Humanos entendem que, se ninguém quiser mudar nada no Regimento, que é o mais amplo e democrático possível, deveríamos fazer a sua aprovação simbólica. Caso contrário, ficaremos mais uma hora só na sua leitura. Essa representatividade nos dá autoridade para propor essa questão. Se ninguém tiver nada contra, faremos isso. As atividades estão acontecendo em outros quatro locais, e teríamos dificuldade para fazer a contagem nesses locais, apesar de termos assessores da Assembléia em todos os locais em que está havendo a retransmissão. Queremos colocar o Regimento em votação por meio desse processo: cópia do Regimento nacional, com os acréscimos democratizantes que Minas Gerais trouxe. Pergunto se alguém quer manifestar-se contra isso.

Então, vamos votar, por aclamação, a aprovação do Regimento. Os que concordarem que se manifestem por aplausos. (- Pausa.) Aprovado.

O Sr. Coordenador (Subsecretário João Batista de Oliveira) - Gostaria de ter anunciado, logo no início dos trabalhos, a presença do Sr. Menelick de Carvalho Netto e de lhe ter passado a palavra, mas estamos um pouco atrasados. Ele é professor de Direito Constitucional e Coordenador do

Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília - UnB - e disporá de 30 minutos para sua palestra sobre o tema "Democracia, desenvolvimento e direitos humanos: superando as desigualdades". Solicitamos aos nossos palestrantes que se atenham ao tempo. Com a palavra, o Sr. Menelick.

Palavras do Sr. Menelick de Carvalho Netto

Senhores componentes da Mesa, prezado auditório, é um grande prazer estar aqui. Agradeço à comissão organizadora o convite. Vou tentar ser bastante provocativo em relação ao tema proposto. Proporia até tentar subvertê-lo de uma vez: nosso tema é "Democracia, desenvolvimento e direitos humanos: superando as desigualdades". Será que desigualdades seriam desafios a serem superados ou o contrário? Retomando a reflexão proposta pelo Ministro Paulo de Tarso, dá para se ver, de cara, que, quando afirmamos direitos como liberdade e igualdade, na verdade, estamos falando de um paradoxo. Se formos iguais, certamente não poderemos ser livres; se formos iguais, todos teremos a mesma religião, gostaremos das mesmas roupas, teremos a mesma opção sexual. Mas, se formos livres, poderemos ser diferentes.

De acordo com a leitura da Ayana, os dispositivos primeiros da carta da ONU afirmam igualdade de todos simplesmente por sermos seres humanos. Quando dizemos liberdade de todos nós, a que nos estamos referindo? Pela primeira vez, na história, nessa sociedade de 500 anos atrás, a partir de guerras extremamente sangrentas, o direito à religião passou a ser individual, não podendo continuar a ser o fundamento, o alicerce transcendente e inquestionável da comunidade jurídico-política, que fazia com que ele fosse o passado e que regesse presente e futuro. Essa sociedade implausível, improvável, que nasceu ali, pode ter como fundamentos direitos que, na verdade, nos descalçam, não fundamentam coisíssima nenhuma. Pelo contrário, jogam em nosso rosto o problema da vida em comum, sem que tenhamos de ser iguais. Enfim, o que nos colocam é essa possibilidade de construirmos uma sociedade de pessoas que não pensam igual, não têm a mesma religião nem a mesma forma de vida, mas ainda assim se respeitam.

Exatamente essa idéia improvável, implausível, faz com que o direito à igualdade, quando afirmado na Carta da ONU ou em nossa Constituição, signifique o direito à diferença. Longe de entendermos igualdade e liberdade reduzidas à propriedade, como na origem, no período liberal, nos séculos XVIII ou XIX, quando essas idéias ganharam força institucionalizada. Elas foram reduzidas pelo homem da época à idéia de propriedade. Pela primeira vez na história, todos eram iguais, porque, pela primeira vez, todos eram proprietários. A escravidão era vedada, e, no mínimo, a pessoa era proprietária de si própria, livre. Para quê? Para adquirir propriedades. Como eram proprietários, todos poderiam desenvolver suas propriedades.

Em pouco tempo, essas idéias maravilhosas revelaram sua face horrenda, ou seja, ocorreu a maior exploração do homem pelo homem de que se teve notícia na história. O senhor de escravo protegia de alguma forma o seu escravo. Era responsável por dar-lhe comida, casa e arrancar-lhe o trabalho mediante armas visíveis, como o açoite. Com o trabalhador livre, isso não ocorria, era até mais barato, porque não necessitava, por exemplo, de um feitor para cobrar-lhe o trabalho. Era livre até para morrer de fome. Vivemos essa trágica experiência e com ela aprendemos. A visão de que liberdade e igualdade requerem materialização foi um aprendizado bastante concreto, ou seja, o Estado devia assumir papéis em relação a serviços públicos, os quais passamos a chamar de direitos sociais. Para que haja igualdade e liberdade, é preciso materializar o que o título sugere: superar desigualdades, para que haja uma igualdade mínima tendencial. No entanto, aprendemos, a duras penas, que também isso pode ser perigoso: a título de materializar, retiro a cidadania daquele que é o objeto da ação do Estado. Esse foi o primeiro desafio de Leviatã, do Estado social, no início do século XX. Esse Estado teria de produzir igualdade em uma massa de desvalidos, por meio de educação e saúde. Logicamente não perguntariam à massa qual era a educação e a saúde que desejavam. Outra coisa foi produzida: burocracias encasteladas no poder, que tinham todo o interesse em que a fome jamais fosse exterminada - até porque perderiam o emprego -, e que a saúde nunca fosse alcançada. Aprendemos a duras penas, portanto, que a materialização ou a hipossuficiência de alguém em algum campo não autoriza, de modo algum, retirarmos a igualdade desse alguém. Pelo contrário, a igualdade formal é fundamental para que se tenha igualdade substantiva todo o tempo. Essa igualdade substantiva decorre do próprio direito de participação de qualquer um em qualquer programa por que seja afetado. Políticas públicas somente são consistentes se não infantilizarem nem tutelarem seus próprios destinatários.

É muito importante uma conferência como esta, em que destinatários se assumem como sujeitos de sua própria história, de seus próprios direitos. Isso nos remete a uma questão fundamental: comemorar é precisamente lembrarmos juntos, memorarmos juntos: comemorar 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que alterou o panorama mundial. Essa Declaração encerra um sistema que se iniciou com o Tratado de Westfália, em 1642, ou seja, um sistema de Estados que eram sujeitos do direito internacional - e apenas eles -, num sistema de guerra e paz hobbesiano.

Os Estados buscavam regulamentar minimamente as normas da guerra para um sistema da ONU em que os atores e os sujeitos do direito internacional, que somos todos nós, as ONGs e, em uma complexidade ainda maior, os Estados, em função dessa mesma Carta, ficaram desterritorializados. Aquele território naturalizado do Estado nacional perde a sua base dada, e a soberania é deslocada e passada precisamente aos direitos fundamentais. E há uma reterritorialização, que foi lida hoje.

O art. 6º da Carta diz que todos nós temos direito a uma organização jurídica e política, a um Estado que dê efetividade aos direitos humanos como direitos fundamentais. Isso é um direito nosso, internacional, consagrado nessa Carta da ONU. Os direitos humanos, nesse sentido, têm esse papel. Inaugura-se uma eticidade reflexiva, ou seja, os usos, os costumes e as tradições, todos os dias, têm de passar pelo crivo desse direito à diferença e dessa liberdade de respeito às diferenças. Os usos, os costumes e as tradições, todos os dias, deixam de sê-lo para serem abusos. Se aquilo que, até então, era um uso, um costume e uma tradição não passa mais por esse crivo, porque aprendemos que fere a igualdade e a dignidade de uma pessoa ou de uma categoria de pessoas, não mais se sustenta nem como uso, nem como costume nem como tradição, mas se revela como um claro abuso.

Essa estrutura dos direitos humanos permite o desenvolvimento social, em sua maior e crescente complexidade, e a inclusão. Isso não significa que, a cada inclusão, não persistam exclusões ou que novas exclusões não se tornem visíveis. Esse é o processo dos direitos fundamentais e dos direitos humanos em nossa história, nos últimos 300 anos. Esse processo não permite que eu aproprie ou reduza a idéia de liberdade e igualdade às idéias burguesas inaugurais. Pelo contrário, ele permite que eu entenda a liberdade e a igualdade como essa tensão produtiva, que joga para a esfera pública os nossos próprios preconceitos e que faz com que o passado não possa determinar o presente e o futuro. Pelo contrário, ocorre a mobilização social e a luta pelo reconhecimento e contra os preconceitos que eliminavam a possibilidade de igualdade reconhecida em nossa Constituição, por exemplo, no art. 5º. Por isso mesmo, o § 2º desse artigo diz que são abertas aos movimentos sociais as definições e alterações que, na verdade, não alteram. Quando há uma decisão judicial, uma lei ou uma prática social que inclui o que, até então, não tínhamos sido capazes de ver no art. 5º como um direito à diferença, por ter sido conquistada a igualdade, isso significa que aquilo sempre existiu, mas que não conseguíamos ver. Portanto, essa prática, essa lei, essa decisão judicial e esse ato do Executivo não alteram, mas simplesmente expressam aquilo que sempre constou no art. 5º, que, na verdade, é um poço sem fundo, tal como a Declaração. De toda maneira, o grande problema é que isso requer que eu possa articular contra uma síndrome da nossa época, muito clara no maior jornal televisivo do País, que consegue nos inundar de informação e, ao mesmo tempo, fazer com que não saibamos absolutamente nada.

Isso ocorre porque as informações são fragmentadas. Não há o ontem, não há o amanhã; o presente é hipostasiado, ocupa toda a dimensão da nossa vida. Isso pode ocorrer sobretudo com o medo e a sua manipulação política. O medo de enfrentarmos a nós mesmos, aquilo que nos é dolorido faz com que percamos a dimensão da própria história. É isso que permite, contra a tendência de uma sociedade moderna, que o passado continue como futuro.

Heinrich Koselleck, por exemplo, nos ensina que essa fragmentação no presente e a absolutização dos interesses do presente impedem que eu aprenda com o passado. É extremamente importante que vejamos claramente a indisponibilidade dos critérios que permitem que os nossos

usos, costumes e tradições sejam reflexivos, que possam ser julgados e avaliados a cada dia por nós mesmos, inclusive sendo abusivos e não podendo ser mais nem uso, nem costume nem tradição. Mas, para que seja assim, é preciso que resgatemos os momentos doloridos da nossa história. Não é possível andarmos adiante sem eliminarmos fantasmas, que certamente retornarão se não visitarmos a nossa própria história, por mais que doa. Não é uma questão de vingança. É um problema que irmãos do próprio continente sul-americano já foram capazes de trabalhar com a sua história dos tempos negros. É retomar essa história, conhecê-la, ter acesso a documentação, poder reconhecer a imprescritibilidade destes crimes que violentam o básico da dignidade da natureza humana, que é reconhecido na Carta da ONU. Esse mínimo nos permite ver que não há anistia possível para aquele que, contra o art. 6º da Carta, usa a organização jurídico-política da implementação dos direitos humanos para eliminar qualquer possibilidade de direitos humanos. Esse é o pior crime que se pode cometer. É um crime contra a dignidade da pessoa humana e, como tal, é imprescritível. Por mais que seja dóido, é preciso enfrentarmos nossa própria história para que seja história e para que ela não se instaure como futuro.

Um exemplo pode ser bastante interessante para tematizarmos esse aspecto e remete a parte do tema da conferência, que é desenvolvimento. É claro que desenvolvimento não pode ser pensado como desenvolvimento econômico, como queria a nossa ditadura: façamos o bolo crescer para depois distribuí-lo. É claro que desenvolvimento hoje, de acordo com a nossa própria Constituição, envolve respeito ao meio ambiente, respeito à diversidade cultural, a toda a problemática do nosso patrimônio cultural e histórico, às nossas identidades como algo complexo, não unidimensional. E é essa riqueza que tenho de preservar.

Isso nos remete outra vez àquela lição de Koselleck. Há no Supremo Tribunal, atualmente, o caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Houve um voto do Ministro Ayres de Britto e um pedido de vista. É muito importante refletirmos sobretudo em relação a esse primeiro voto, que já mostrou timidamente, na esfera do direito civil, o problema das pretensões de uma antiga prática brasileira, uma antiga forma de se relacionar com a natureza e com as populações originárias, autóctones do País, uma relação absolutamente predatória e genocida. Essa relação precisa ser revista.

Quando essa relação é traduzida por um governo, por um Governador de Estado como direito ao desenvolvimento, desconhece-se que, em nível mundial, o que a Declaração Universal dos Direitos do Homem fez foi desterritorializar a idéia de soberania. Soberania não é mais fazer o que se queira, quando se queira, de posse de um aparato estatal. Existem as ONGs e todo um fluxo. Como disse o Ministro, os Estados Unidos, esta grande potência mundial, não são capazes de controlar coisíssima alguma no mundo. Há muito tempo, Estados não controlam mais nada por si sós, nem mesmo o fluxo de circulação do capital. Essa soberania é esvaziada, já que, acima dela, entes difusos - de corporações multinacionais a ONGs - definem uma série de fatores. A questão do universal só existe se for concreta. O universal requer a concretude. Todo debate ocorrido aqui, toda sessão de inauguração mostra que os direitos humanos só são pensáveis como direitos das individualidades específicas, concretas, situadas na sua dor, no seu sofrimento, e são instrumentos fundamentais para que busquemos controlar, ao máximo, tudo isso. Nunca os eliminaremos, mas, pelo menos, controlaremos ou diminuiremos as diferenças, possibilitando uma vida democrática. Não quer dizer que vida democrática seja a vida no céu; o Reino de Deus não se fará aqui, mas democracia significa que uma constituição democrática, como a nossa, permite e deve possibilitar escândalos públicos. Que as coisas não sejam varridas para debaixo do tapete, mas venham à praça pública a fim de que possamos nos aperfeiçoar pessoal e institucionalmente. Riscos de corrupção e de discriminação, sempre teremos. Agora, essa discriminação não pode ser aceita como normal. O problema é justamente quando somos capazes de ver o constructo histórico, nossos direitos, e trabalhar no refinamento dele a partir da nossa vivência concreta. Não é possível que mergulhemos no interesse presente, fazendo da construção do nosso subdesenvolvimento uma idéia de desenvolvimento. O Estado de Rondônia alega que é direito seu construir o subdesenvolvimento, que sempre fomos capazes de fazer, desertificando a Amazônia, destruindo a população local - não os autóctones -, numa relação predatória com a natureza, sem reconhecer o direito básico de uma população indígena.

Em nível mundial, soberania é exatamente dar curso e voz: o Brasil será brasileiro e muito mais brasileiro quando incorporar as diferenças como direito à diferença, dizendo "não" ao massacre e ao aniquilamento. Todos merecem igual respeito e consideração. Um exemplo são os direitos, as especificidades e diferenças indígenas. Na verdade, os direitos humanos e os direitos fundamentais são mecanismos que permitem que diferentes convivam entre si, que permitam a complexidade social e o seu crescimento. Que a gente não reduza essa complexidade pela incorporação de complexidade. Políticas públicas são imprescindíveis, mas não podem nem se farão de forma consistente com o recurso fácil da criminalização. Cuidado. Alessandro Baratta, um grande criminólogo, sempre ensinou que o direito penal não serve como política pública. Quería fazer esta última reflexão de forma provocativa. Acredito que fazer valer os direitos é fundamental, mas para isso não é preciso pôr ninguém na cadeia. Quando eu tento isso, ainda que momentaneamente, sei que preciso ter cuidado, porque certamente estou agravando ainda mais a situação e não estou resolvendo nada.

O Sr. Coordenador - Seguindo a nossa agenda, passamos a palavra à Sra. Amelinha Teles, Coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares e membro da União de Mulheres de São Paulo, que disporá de 30 minutos para a sua exposição.

Palavras da Sra. Amelinha Teles

Bom dia, companheiras, companheiros, integrantes da Mesa, expositores, venho aqui com muita satisfação e orgulho, porque aprendi a fazer política quando era adolescente, aqui em Minas Gerais. Não troquei Minas por lugar nenhum; tive que sair daqui clandestinamente, em 1964, quando houve o golpe militar e precisei esconder-me. Precisei buscar meios de sobrevivência em outros lugares, mas sempre que venho aqui trago a memória dessa luta, porque Minas tem muita história, tem muita luta, e essa mineirice faz muita diferença na política.

Quero destacar isso porque, de todos os Estados que realizaram conferências de direitos humanos no Brasil, Minas Gerais foi o único que introduziu o sétimo eixo, que é o direito à memória e à verdade. Então, Minas faz muita diferença. Fico muito emocionada e quero fazer, neste meu momento de emoção, uma "femenagem" a duas mulheres. Uma delas é Helena Greco, que fez muita história aqui em Minas Gerais. Toda esta luta de resistência tem a ver com o nome de Helena Greco. A outra é Inês Etienne, minha companheira de muitos e muitos anos aqui, em Belo Horizonte. A conferência de direitos humanos é importante, pois reunimos várias experiências. Temos aqui o espelho das diversidades sexual, étnico-racial, cultural, social e econômica. Diante disso, temos de reunir num espaço, em pouco tempo, várias experiências e realizar várias lutas. Temos a premissa básica de que somos titulares do direito. Por sermos humanos e humanas, temos direitos. É isso que traz o conteúdo de direitos humanos, e foi essa a grande construção de que fala a Hannah Arendt.

Os direitos humanos são construídos, não são dados. Estamos conquistando-os, e este é o momento de consolidarmos esta idéia: direitos humanos para todas as pessoas, ou seja, todas as pessoas são titulares de direitos humanos, independentemente de orientação sexual, raça, etnia, deficiências físicas, mentais, faixa etária, etc. Temos todos direito a direitos. É importante consolidarmos essa idéia e lembrarmos de que, quando falamos em direitos, trazemos também os deveres. Precisamos trabalhar aqui com o conceito de responsabilidades. Temos a responsabilidade, sim, de ter a compreensão holística dos direitos humanos. Às vezes, ficamos no nosso pedaço, com aquela luta específica, mas não podemos perder a visão de que nossa realidade é complexa. Somos diferentes entre nós, mas não podemos usar essas diferenças para justificar as desigualdades sociais e econômicas, cada vez mais gritantes. Isso tem que acabar. Se o mundo começou assim, não sei, mas não pode continuar assim. Ou enfrentamos as desigualdades sociais e econômicas ou iremos à falência como humanidade, como espécie humana. Vivemos este impasse: ou trazemos os direitos humanos para a vida cotidiana, concretizando-os em nossas relações, sejam interpessoais, sejam políticas, ou partiremos para a barbárie e daí para o holocausto. Assim, deixaremos de construir e nos destruiremos como sociedade humana. Esse é o nosso dever. Temos que sair do nosso movimento e pensar em outras situações também pertinentes e capazes de afetar nossa vida. Muitas vezes, no nosso dia-a-dia, na nossa militância, não conseguimos fazer essa associação, mas temos que fazer essa relação e esse enfrentamento.

Estou dizendo isso porque faço parte de várias lutas, que poderia comentar aqui. Sou do Movimento de Mulheres, trabalho com as bolivianas

imigrantes, que são totalmente invisíveis. Muitas de vocês presentes estão vestidas com roupas feitas nas oficinas clandestinas de São Paulo, onde vivem 300 mil bolivianas e bolivianos totalmente invisíveis para as políticas públicas e os direitos. Poderia também falar da educação popular de direitos que fazemos por meio do projeto das Promotoras Legais Populares. Enfrentamos há pelo menos 15 anos essa dificuldade, pois é um desafio trabalharmos com cidadania e direitos, quando vivemos, ao mesmo tempo, as consequências diretas, cortando nossa carne. As políticas neoliberais vão reduzindo o papel social do Estado o tempo todo. Vivemos diariamente um conflito. Cada vez temos mais direitos no papel, conquistamos mais direitos. Esse é um caminho, uma conquista, um trabalho, uma luta, uma construção nossa. Ao mesmo tempo, vemos o setor de saúde, de educação, enfim, todos os setores básicos capazes de garantir políticas para efetivarmos a cidadania, enfrentando crises, deficiências, corrupções e tudo o mais. Queria reforçar neste momento a iniciativa de Minas Gerais de trazer o direito à memória e à verdade. Nós trouxemos essa expressão, e digo nós como Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Fomos nós, sim, que fizemos aquela luta contra a ditadura. Muitos de nós tivemos nossos companheiros, companheiras, pais, irmãos assassinados e nunca deixamos de cobrar do Estado brasileiro um posicionamento em relação a eles porque tem muito a ver conosco o que fizeram na ditadura militar. Ouvi um relato da Maria Teresa, que me impressionou. Ouvindo-a, ouvi as mulheres encarceradas em São Paulo falando da sua luta; é a repetição. Ficaram resquícios pesados da ditadura militar nas instituições brasileiras. O que não foi sanado nesse processo merece cuidado. Saímos de uma ditadura, viemos para uma democracia negociada, articulada, arranjada e não enfrentamos as mazelas deixadas por essa ditadura. Não chegamos a trabalhar essas mazelas como sociedade e Estado. Isso tem sido feito de forma fragmentada. Por exemplo, houve a anistia em 1979. Essa luta da anistia tem de ser trazida aqui, porque foi ali a semente para a popularização dos direitos humanos. Quando trabalhamos com anistia, com a idéia de democracia, de liberdade, de justiça, de direitos, observamos, no Brasil, que a anistia está sempre vinculada à idéia de direitos humanos. Trouxemos muitas companheiras e muitos companheiros, mas não tivemos sequer atestado de óbito de nossos desaparecidos. Só conquistamos isso em 1995, com a Lei nº 9.140. Passaram-se 16 anos da anistia até conseguirmos um atestado de óbito, que, na verdade, não explica nada das mortes e dos desaparecimentos. Até hoje, o Estado brasileiro não veio a público dizer onde e como foram presas e mortas essas pessoas e quem são os responsáveis. Quando pautamos nossa luta, em 1979, 1978, há 30 anos, colocamos como prioridade a localização dos restos mortais dos desaparecidos, porque temos o direito de sepultar nossos mortos. Os mortos não foram enterrados. Segundo ponto: esclarecimento das circunstâncias das mortes e prisões. Como tudo aconteceu. A terceira reivindicação: responsabilização dos torturadores por esses crimes. A quarta reivindicação: reparação econômica. O Estado brasileiro, com o hábito de dar um jeitinho, fez isso e distorceu nossas reivindicações. A reparação econômica, que era a última, passou a ser a primeira. Fizeram a reparação econômica em 1995 e com a Lei nº 10.559, de 2002, mas as outras três reivindicações de nossa pauta não têm resposta ou mobilização. Atualmente, na imprensa, estão sendo abordadas matérias sobre a anistia e os torturadores, porque o que não se resolve volta à tona. Ou resolvemos, ou enfrentamos, ou esclarecemos essa história, ou ela sempre voltará. E ela volta. Existe uma demanda. Às vezes, parece que a sociedade brasileira se esqueceu, mas, quando se comenta sobre desaparecidos políticos, há interesse, há repercussão na sociedade. Então, apareceu a questão da anistia. Logo em seguida, o Ministro Paulo Vannuchi promoveu uma discussão no Ministério da Justiça a respeito da anistia e da responsabilização dos torturadores, uma iniciativa que teve muita repercussão. Temos de deixar claro que todo militante de direitos humanos, independentemente de ter essa história em sua trajetória, tem de saber algumas coisas. Ser militante exige conhecimento, e faz parte desse conhecimento saber que a anistia não foi para os dois lados, foi para as pessoas que foram presas, processadas e condenadas. Foram esses os anistiados. Os torturadores, os agentes do Estado não foram presos, não foram processados nem condenados. Muito recentemente, Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o primeiro torturador a ser processado nominalmente por uma ação declaratória no fórum civil de São Paulo, em que se pede à Justiça que ele seja declarado torturador. Essa é a iniciativa de uma família, a minha família, a família Teles, que entrou com uma ação pedindo ao Estado brasileiro que declare que Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um torturador, um assassino. Com essa ação e com o relatório do governo sobre o direito à memória, sobre o direito à verdade, o Ministério Público Federal entra com outra ação muito importante para o desenvolvimento desse tema em Minas Gerais. O Ministério Público faz toda uma análise com base no relatório em que Carlos Alberto Brilhante Ustra e o Comandante Aldir são responsáveis por mortes, por assassinatos. Pelo menos 60 brasileiros morreram em suas mãos. Então, eles têm de ressarcir o que o Estado pagou para a família, porque houve reparação econômica dos mortos e desaparecidos em 1995, com a Lei nº 9.140. Agora, o Ministério Público Federal pede que esses dois agentes do Estado sejam responsáveis pelo ressarcimento de R\$8.000.000,00. Eles é que têm de pagar, e não o Estado. Essa é a ação do Ministério Público Federal. Mais recentemente, houve outra ação contra o Carlos Alberto Brilhante Ustra, que ainda não foi considerada totalmente procedente, que é o caso do assassinato do Merlino. O jornalista Luiz Eduardo Merlino, preso em São Paulo em 1971, foi torturado e morto. Sua família hoje quer, por meio de ação declaratória, que o Estado declare que Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o responsável por seu assassinato. Essa luta vai se prorrogar, pois tem muito chão pela frente. É preciso ter, na história do Brasil, nas escolas, o conhecimento dessa luta, desse enfrentamento, desse movimento de resistência que brasileiros e brasileiras travaram neste país contra a ditadura militar e suas consequências. Temos 500 mortos e desaparecidos políticos, mas, quanto ao impedimento do desenvolvimento social, econômico e político da sociedade brasileira, não há número que possa quantificá-lo. Hoje vivemos as seqüelas da ditadura militar, vivemos uma cidadania incompleta, ainda coloca-se fogo e mata-se preso, incendiando-o. Se não limpamos esse passado tão recente que respinga o tempo todo no nosso presente, não avançaremos. O Judiciário tem de responder a essas questões, mas também o Executivo e o Legislativo devem fazê-lo. Temos de cobrar as funções cometidas ao Estado Democrático de Direito: legislar, julgar e executar. Foram impetradas várias ações judiciais, e destaco as mais recentes. Há uma ação impetrada pelos familiares do Araguaia, e é bom lembrar que muitos de seus guerrilheiros eram mineiros e desapareceram no Araguaia, localizado no sul do Pará, quando houve um movimento nos anos de 1972 a 1974, portanto, há mais de 30 anos. Esses familiares entraram com uma ação contra a União, exigindo a localização e entrega dos restos mortais de seus parentes em 1982, três anos após a anistia, pois nossa anistia não foi ampla, geral e irrestrita. Foi parcial, ocasionou alguns benefícios, porém não trouxe os desaparecidos. Portanto, seus familiares entraram com essa ação, datada de 1982, que já transitou por todos os caminhos do Judiciário. No governo federal, em 2003, foi dada a sentença: o Estado brasileiro é obrigado a localizar e entregar os restos mortais dos desaparecidos políticos às suas famílias. No entanto, houve vários recursos do governo federal, que foi vencido em todos eles. O último recurso, em que o governo foi parte vencida, data de dezembro de 2007. Foi dada entrada na ação de execução, portanto, o Executivo tem de executar. Não basta entrarmos com uma ação na justiça, embora ache muito importante que todos o façam, pois é nosso direito. Mas é bom lembrar que o caminho da justiça é moroso e caro. A justiça brasileira é cara, e não se acham profissionais gratuitos. As defensorias públicas não dispõem de profissionais em número suficiente. Este é um problema para os direitos humanos enfrentarem. O Executivo tem de mostrar vontade política, porque todos sabem que nossos desaparecidos não estão mortos e conhecem os seus torturadores. Denunciamos isso lá atrás, na Justiça Militar. Quando éramos processados, denunciávamos os nossos torturadores lá atrás. Quer dizer, agora, temos de entrar com nova ação solicitando o reconhecimento de que eles são torturadores. É preciso haver agilidade nisso. Falta um posicionamento mais contundente segundo o qual os torturadores têm de ser responsabilizados, como disse o professor de Direito Constitucional. Esses crimes são imprescritíveis; são crimes de lesa-humanidade, definidos pelas declarações e pelos documentos internacionais de direitos humanos. São crimes cometidos pelo Estado. Trata-se de política do Estado. Houve estratégia política do Estado para eliminar brasileiros e brasileiras que se opuseram ao regime militar. Isso é fato categórico. Digo isso porque todos devem saber dessa realidade, tão importante de ser conhecida e reconhecida, porque até favorece uma série de outras lutas que estão sendo travadas por vários movimentos aqui representados. Há necessidade de o governo exigir dos militares a abertura dos seus arquivos, pois lá estão as informações de que precisamos. Temos de criar uma comissão da verdade e da justiça, como fizeram todos os países da América Latina que sofreram com ditadura militar. Aliás, hoje, 11 de setembro, é o dia em que, com o golpe militar no Chile, o Allende foi morto e o ditador Pinochet se impôs como Presidente. Ele cometeu crimes de lesa-humanidade até emparedando pessoas no Estádio Nacional. Enterrou pessoas vivas, encostando-as na parede e colocando tijolos. Depois, os seus restos mortais foram encontrados. Até esse tipo de crime Pinochet cometeu. Por isso, foi condenado pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos. Todos se lembram de que foi preso por ordem do Juiz espanhol Baltasar Garzón. Os direitos humanos são construídos com muita dor, sangue e luta. Infelizmente é muito difícil alguém dizer coisas interessantes quando se refere a direitos humanos. São coisas doloridas, sofrimentos que temos de enfrentar. Nosso desafio é absorver todo esse sofrimento. Para construirmos uma sociedade justa e democrática, de fato, temos de compreender isso e impedir que aconteça novamente.

Historicamente dizendo, o maior violador dos direitos humanos é o Estado, o que pode ser constatado em todos os relatórios de direitos humanos. O Estado brasileiro deve muito aos direitos humanos. Temos de cobrar do Estado uma postura mais contundente, mais afirmativa, para que não haja esquecimento neste país e prevaleçam a memória, a verdade e a justiça, com fatos e decisões. Era o que tinha a dizer.

O Sr. Coordenador - Agradecemos à Amelinha. Antes de passar a palavra ao Prof. José Luiz Quadros de Magalhães, gostaríamos de anunciar os grupos de trabalho. Grupo 1 - Universalizar direitos em um contexto de desigualdades, sala 2, Escola do Legislativo.

Grupo 2 - Violência, segurança pública e acesso à Justiça: auditório SE deste prédio, Palácio da Inconfidência. Grupo 3 - Pacto federativo e

responsabilidades dos Três Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública: sala 1 ou 3 da Escola do Legislativo. Grupo 4 - Educação e cultura em direitos humanos: auditório da Escola do Legislativo. Grupo 5 - Interação democrática entre Estado e sociedade civil: Plenarinho I, Palácio da Inconfidência. Grupo 6 - Desenvolvimento e direitos humanos: sala 4 da Escola do Legislativo. Grupo 7 - Direito a verdade e a memória: Plenarinho IV do Palácio da Inconfidência. Os grupos iniciam os trabalhos às 16 horas.

Em seguida, anunciamos a palavra do Sr. José Luiz Quadros de Magalhães, professor da graduação e da pós-graduação da PUC Minas e da UFMG, que disporá de 30min.

Palavras do Sr. José Luiz Quadros de Magalhães

Boa-tarde, cumprimento os Deputados João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos, e Durval Ângelo; demais componentes da Mesa; demais presentes. Serei o mais objetivo possível. Preparei minha fala em quatro tempos em relação ao tema central. Pretendia abordar a questão dos direitos humanos, da democracia, centrar a discussão no desenvolvimento e finalizar com a ideia da superação das desigualdades. Como muita coisa já foi dita, focarei mais nos dois últimos pontos. O que é desenvolvimento? Quem nos diz o que é desenvolvimento? Os palestrantes já disseram muito bem o que são direitos humanos. Trabalhamos numa perspectiva histórica, eles são históricos. Qualquer naturalização é desmobilizadora. Nada pior do que ouvir: as coisas sempre foram e sempre serão assim. Violência? Sempre houve violência. Desigualdade? Pobreza? Sempre houve e sempre haverá. Isso é uma ideologia, termo que utilizo como distorção proposital da realidade para nos desmobilizar. Se acreditamos na naturalização dessas coisas, de qualquer coisa do campo social ou da história, ficamos impotentes. Não podemos nada contra o que é natural. Não podemos mudar a lei da gravidade. Se eu ficar soltando esta caneta a tarde toda, vocês irão embora e ela continuará caindo. Isso é uma lei natural, apesar de, na física quântica, haver a possibilidade de que ela não caia em algum momento.

A primeira coisa importante é trabalhar os direitos humanos como históricos. Nós dizemos o que são direitos humanos. Esses direitos humanos podem ser estudados em três grandes perspectivas. Temos a filosófica, que tem mais de 2.700 anos; temos, ainda, a constitucional, a partir das revoluções burguesas, com o surgimento do constitucionalismo moderno. Lembramos que o constitucionalismo moderno nasce num paradigma liberal. Logo, os direitos humanos eram de poucos, eram de proprietários, de ricos, dos únicos que podiam votar. As mulheres não tinham direitos. Eram direitos de poucos. No decorrer desses mais de 200 anos, a partir das revoluções burguesas, a Revolução Inglesa, a Revolução Norte-Americana, a Guerra de Independência dos Estados Unidos e, principalmente, a Revolução Francesa, em 1789, temos, portanto, a implantação desse constitucionalismo. A partir daí, por força dos movimentos sociais e operários, há a conquista e a expansão desses direitos até chegarmos ao ponto em que estamos hoje. Então, de uma perspectiva em que direitos humanos eram compreendidos apenas como direitos individuais, chegamos contemporaneamente a uma perspectiva mais ampla desses direitos humanos, seja a constitucional, a segunda pela qual pudemos estudá-los, seja a internacionalista, uma terceira em que esses direitos humanos são individuais e relativos à vida, à liberdade e à igualdade perante a lei. São os direitos sociais, como os de saúde, educação, moradia e segurança; os direitos econômicos, como os de emprego, remuneração justa, repartição de riqueza e dignidade; e os direitos políticos, como os de votar, de ser votado e de participação na construção da vontade do Estado. Em uma perspectiva contemporânea, esses direitos são vistos como indissociáveis ou indivisíveis, o que é reconhecido e pacífico no plano do direito internacional público, quando se consagra na ONU, em 1973, essa ideia da indivisibilidade, que é posteriormente repetida em outros textos internacionais. Ou seja, a ideia de que não há liberdade sem dignidade, de que não é possível liberdade de expressão e de consciência sem acesso à educação, de que não é possível falar-se em liberdade de locomoção sem acesso ao transporte, a inserção social, enfim, esses direitos são interdependentes, indivisíveis e indissociáveis. Falamos então desses direitos humanos históricos e indivisíveis, os quais são dinâmicos, não param aqui. Vamos continuar a construir, de forma democrática, o caminho desses direitos humanos.

Em um segundo momento, há a questão da democracia. É importante lembrarmos que a democracia como conhecemos hoje, como se tornou um consenso quase global de democracia representativa... É óbvio que não ficaremos apenas no conceito de uma democracia meramente representativa. Falaremos também de uma democracia participativa e dialógica, da sociedade civil que se organiza e dos movimentos sociais. Vejo a grande força da democracia contemporânea justamente nos movimentos sociais. Se nos limitarmos apenas à ideia tradicional de uma democracia representativa como hoje é concebida, ou seja, com sufrágio universal, em que todas as pessoas votam, observando-se apenas o requisito de nacionalidade e idade, e em que homens, mulheres, etnias, as mais variadas formas de identificação e todas as pessoas podem votar e participar, teremos essa democracia construída como um consenso e que se afirma como global. Até a Primeira Guerra Mundial, existiam apenas quatro países no planeta que viviam uma democracia igualitária, com sufrágio universal, voto feminino e das minorias étnicas. Quando observamos o nome desses países, é muito interessante, porque, às vezes, muitos são surpreendidos. Há um livro muito interessante de um historiador inglês chamado Geoff Elley, "Forjando a democracia", em que ele aborda essa questão e lembra que, até 1914, no planeta existiam apenas quatro democracias que incluíam as mulheres e as minorias étnicas. Eram a Austrália, a Nova Zelândia, a Noruega e a Finlândia, e acabou aí. Se formos incluir as democracias masculinas, poderiam ser acrescentadas a França e a Suíça, e parou por aí. Grande parte dos Estados contemporâneos começaram seu processo de democratização pós-Segunda Guerra Mundial, e muitas democracias consideradas referência pela mídia e propaganda... Por exemplo, os Estados Unidos, até hoje, têm uma democracia muito fechada, elitista e na qual participa do processo eleitoral não mais de 50% do eleitorado, e isto no nível federal e quando participa. É um sistema fechado, e nós aqui, no Brasil, e o mundo inteiro, que acompanhamos hoje as eleições dos Estados Unidos, podemos ter a certeza de que, eleito McCain ou eleito Obama, continuará tudo igual como sempre no quartel de Abrantes. A rima não é bem essa, mas, quando está tudo igual, não muda. É um sistema pesado que interessa a 400 grandes corporações que têm muito poder econômico envolvido. Não vai mudar nada. Pode mudar o discurso ou a forma, mas, essencialmente, não muda muita coisa.

Vemos também um velho mundo em crise democrática, na Europa. Quero comentar sobre a crise da democracia contemporânea, que também nos afeta, já partindo para a questão central, que é sobre o desenvolvimento. Hoje percebemos um vazio no Legislativo Federal, que não faz nada. O Congresso Nacional não legisla, virou um investigador, mas não sabe investigar. É preciso deixar isso por conta da Polícia Federal, que sabe fazê-lo. Não debatem os grandes temas nacionais. E nesse vácuo de poder passamos a ter um Supremo Tribunal Federal que legisla, que faz até audiências públicas, que se tornou um poder constituinte originário permanente, elaborando Constituição. Isso é muito grave. Hoje estamos vivendo uma confusão. Mas, por que existe esse vazio do Legislativo? No início de minha manifestação, falei sobre a naturalização como um instrumento ideológico para encobrir a realidade, que muitas vezes nos leva a agir. Essa é uma pergunta recorrente na história. Por que, recorrentemente, na história da humanidade, percebemos milhões de pessoas agindo contra elas mesmas, com interesses que são contrários aos delas? Esta é uma questão central e devemos respondê-la contemporaneamente porque é recorrente. Vemos milhões de pessoas agindo contra elas mesmas. Um caminho para encontrar uma resposta para essa pergunta é justamente a capacidade de encobrir os jogos reais de poder, de distorção dos dados da realidade, que nos fazemos acreditar em algo que é mera representação distorcida e que encobre esses reais jogos de poder.

Outro instrumento contemporâneo que afeta a democracia e que percebemos hoje no velho mundo, nas democracias tradicionais da Europa e da União Européia, é um déficit democrático brutal. Os partidos políticos tradicionais, seja na França, na Alemanha, na Espanha, seja no Reino Unido, dizem a mesma coisa. O discurso é o mesmo, seja de direita, seja centro, seja de esquerda. No poder, estabelecem as mesmas políticas econômicas. E o povo europeu começa a dizer que não adianta votar. Isso é muito grave. Na Polônia, o comparecimento às urnas nas eleições para o parlamento europeu foi de 15%, na Inglaterra foi de 40% e nos Estados Unidos foi de 50%. A maioria da população não se interessa pelas eleições. O pobre americano não vota porque sabe que a vida continuará a mesma coisa, que democratas e republicanos são a mesma coisa. Na Inglaterra, o trabalhista e o conservador são a mesma coisa. Na França, o socialista e o conservador são a mesma coisa. Sarkozy trouxe três socialistas para o seu Ministério. O social-democrata e o democrata cristão são a mesma coisa na Alemanha. Por que isso acontece? Isso é um grave esvaziamento da política, é um descrédito na política que se torna incapaz de dar respostas às demandas da população. Qual é a ideologia que passa por aí? O tempo não nos permite aprofundar sobre isso, apenas despertaremos as indagações. O discurso contemporâneo, o discurso único econômico, sustenta-se numa mentira, numa ideologia, numa distorção da realidade que é a matematização do discurso econômico. Todos nós sabemos que, em qualquer universidade do planeta, a ciência econômica é uma ciência social, é uma ciência essencialmente comportamental. Fala-se sobre consumo, sobre desejo, sobre demanda de consumo, sobre poupança, sobre o comportamento

das pessoas diante da questão econômica, sobre o comércio, etc. Mas, ideologicamente, falsamente, dizem diariamente, desde a construção de uma nova hegemonia a partir da década de 80, que a economia é uma questão matemática. Portanto, temos que deixar esse assunto para os técnicos, para os economistas. Logo, temos que dar autonomia para o Banco Central. As políticas monetárias e econômicas devem ser resolvidas pelos técnicos. Os Deputados e os Senadores europeus disseram para o povo europeu: vocês disseram "não" para a constituição da Europa, que é uma constituição liberal. Disseram que queriam uma Constituição social, que queriam manter seus direitos em relação à saúde, à educação, à previdência, etc. Ai, os Deputados, os Senadores, os Primeiros-Ministros e os Presidentes dirão que deixaram o povo escolher sobre algo que não entende. E, agora, novamente, desrespeitam a vontade popular, transformando a Constituição da Europa no Tratado de Lisboa. Querem forçá-la aos europeus, empurrando-a goela abaixo. O povo irlandês surgiu e disse "não" a isso. O governo da Irlanda submeteu o Tratado de Lisboa à vontade popular. O povo irlandês disse "não" novamente. Disseram os representantes: "que chato". Um filósofo francês disse, certa vez, que há alguma coisa dissonante, quando o povo aponta uma direção e os governantes, outra. Alguma coisa não bate. Na Europa, os representantes vão falar que o povo irlandês não leu. Se leu, não entendeu, por isso não poderia resolver aquilo que não entendia.

Começam a nos retirar, com discursos técnicos. Temos precedentes disso no Fascismo e no Nazismo. Há um discurso técnico, autorizado; só o técnico pode fazê-lo. Então, vamos deixá-los decidir, enquanto decidimos sobre um monte de coisas na nossa vida, como: a cor do nosso celular, a marca da nossa caneta, a marca da televisão, os 200 canais que falam a mesma coisa, com exceção da TV Assembléia. Podemos escolher um monte de coisas que efetivamente não mudam nada. O que poderá mudar nossa vida, como o sistema econômico, foi retirado do âmbito da política. Isso é a desconstrução, o esvaziamento das ideologias políticas - ideologia como sistema, coerente e lógico, visando a um determinado fim político. Tudo é da técnica. Escolhem sobre tudo que efetivamente não nos interessam. E aqui chegamos à questão do desenvolvimento. O filósofo esloveno Slavoj Zizek - na minha opinião, ele é sensacional - que escreve, de vez em quando, na "Folha de S.Paulo", diz que um dos grandes embates contemporâneos é aquele pela construção dos significados do mundo, ou seja, quem diz para nós o que é liberdade, o que é desenvolvimento. Vou ilustrar, citando um filme a que assisti: A Culpa é do Fidel. É um filme francês, da filha do Costa-Gravas, que pode ser encontrado nas locadoras. O filme conta a história de uma menina, cujos pais viajam muito e trabalham com a política. Ela fica muito tempo com a cozinheira da casa, que é cubana e fugiu para a Europa. Essa moça, conversando com a criança, o tempo todo fala mal do Fidel, dos comunistas e dos barbudos. A criança vai construindo seu universo de sentido, como todos fazemos. Ela pensa que barbudo é mau, que comunista é mau. De repente, seu pai chega à casa, com vários amigos chilenos, barbudos e socialistas. O pai também era barbudo. Ela pensou que o pai era barbudo e tinha virado comunista. Ela vai, na construção de seu universo, dizer que os barbudos não são tão maus, porque o pai não era mau, era legal. É interessante como uma criança, nesse mundo fragmentado, vai montando esse quebra-cabeça, esse universo de sentido. Assim, ela vai encarar e se relacionar com esse mundo. Outro dia, estava levando meu filho de oito anos ao colégio, e ele me perguntou o que era federalismo. Disse-lhe que, ao chegar à nossa casa, eu iria explicar-lhe, que iria pegar o mapa do Brasil para lhe mostrar a função dos Deputados. Ele está construindo o universo de sentido em relação a essa questão. Esse universo de significados, o sentido do mundo é construído historicamente na família, na igreja, na escola, na vida com os amigos, na vizinhança e pelos meios de comunicação.

Cada vez mais, percebemos, no mundo contemporâneo, um grupo pequeno de pessoas que se arvoram em autoridades. Por exemplo, a revista "Veja" tem solução para todos os problemas do mundo e do Brasil. Podemos lançar a revista "Veja" para Presidente da República. Deus nos livre! Esse universo de significados passa a ser construído ideologicamente por quem, cada vez mais, detém o poder. Historicamente, quem diz o que é justo? Quem tem poder. Historicamente, quem diz o que é normal? Quem tem poder. No século XIX, na Inglaterra os homossexuais eram encarcerados. Encarceraram um dos mais geniais escritores do século XIX, Oscar Wilde, que morreu porque foi preso. Quem diz o que é normal? Quem diz o que é justo? Quem diz o que é legal?

No Estado Democrático de Direito todos queremos e temos de dizer o que é normal, o que é justo, o que é legal. Devemos, de forma dialógica, aberta, livre e permanente, reconstruir esses conceitos, mas isso não acontece. Alguns poucos estão todo o tempo dizendo para a maioria o que é liberdade, o que é igualdade, o que é desenvolvimento. O que é desenvolvimento? Majoritariamente, a idéia de desenvolvimento é muito curiosa, porque é absolutamente estúpida, irracional. A nossa idéia de desenvolvimento é uma reprodução no futuro, um futuro quantitativamente maior que aquilo que temos no presente.

Vemos - não estou falando de Belo Horizonte, não vou citar casos concretos - em todo o Brasil, candidatos a Prefeitos prometendo que trarão mais investimentos, mais indústrias, mais empregos, mais gente. Demorei cerca de 1 hora para chegar até aqui. O trânsito de Belo Horizonte está inviável. Apesar disso, um candidato a Prefeito diz que trará mais uma fábrica de automóveis para a cidade, uma fábrica de automóveis indiana, que venderá carros a R\$12.000,00, ou uma fábrica de automóveis japonesa, que venderá carros a R\$10.000,00. Onde colocaremos todos esses automóveis? Na cabeça de alguém. Aceito sugestões. Por exemplo, poderíamos criar um "site" na internet: onde colocar os automóveis.

Poderão dizer que isso é uma grande maldade, porque, agora que milhões de brasileiros entraram na classe média e, pela primeira vez, podem comprar seu automóvel, vamos dizer-lhes que não têm esse direito, porque irão aquecer o planeta. Não. Todos têm de ter automóvel, mas irão afundar, porque o aquecimento global vai afogar todas as pessoas. Podem ser fabricados automóveis à prova de água. Assim ficaremos sob o mar, dentro de nosso carro, felizes de nossas vidas, ouvindo música. Como a tecnologia está cada vez mais sofisticada, podem colocar uma cama dentro do automóvel, a fim de ficarmos acampados debaixo do mar, dentro do nosso carro.

A atual lógica desenvolvimentista, capitalista e neoliberal é absolutamente irracional. Por exemplo, o McCann, candidato à Presidência dos Estados Unidos, conclama: "Vamos furar, vamos furar". Furar o quê? Furar mais poços de petróleo para manter a fabricação de automóveis. Para que os empregos nos Estados Unidos sejam mantidos, fabricarão mais automóveis.

A impressão que dá, muitas vezes, é que a humanidade somente muda na cacetada. Parece que estamos dentro de uma Ferrari gigante: colocaram a bolinha, o nosso planeta, pequenino perto do universo, ao lado do piloto da Ferrari. Apesar de esse piloto saber que a pista acaba após os próximos 40km, continua acelerando a 500km, continua pisando fundo.

Há pouco tempo tivemos um consenso global - fato raríssimo na ciência -, porque é muito difícil conseguir-se consenso sobre alguma coisa. Conforme esse consenso, não se pode manter o atual nível de desenvolvimento, porque o aquecimento global é irreversível. Estamos agindo como se fôssemos meros assistentes, porque vemos o mundo pela televisão, como se as coisas que ocorrem ao nosso redor acontecessem somente na televisão. Por exemplo, ao vermos uma reportagem sobre determinada catástrofe ambiental, ficamos preocupados, mas ao desligarmos a televisão, guardamos aquilo na gavetinha, e a nossa vida continua do mesmo jeito que era, como se esses fatos não nos dissessem respeito. Com esse modelo de desenvolvimento global, temos afundado de acordo com um ponto de vista. Temos de travar uma discussão moral, ética e constitucional.

Há um sistema de desenvolvimento econômico, pois temos de crescer. Se crescemos 6%, a China cresceu 10%. Estamos fundados em uma certa lógica. Como funciona a economia global? O que mais movimenta dinheiro no planeta, com esse desenvolvimento neoliberal e egoísta, pois quem partilha isso são poucos? Nunca foi verificada uma concentração econômica tão brutal. A nossa economia depende da indústria bélica, que financia as campanhas públicas, única salvação para a democracia representativa. Essa indústria financiou a campanha do Bush, pois é uma das mais lucrativas do planeta. As outras mais lucrativas são a farmacêutica, a petrolífera e a do tabaco. A economia globalizada criou um novo investimento. Há duas novas fontes econômicas. Hoje se pode comprar um batalhão para uma guerra. Mais de 40 mil dos soldados americanos que estão no Iraque são de empresas privadas com cotação na Bolsa de Valores. Como essa economia movimenta bilhões de dólares, tem de haver guerras. Há mais de 40 conflitos localizados pelo mundo afora, muitos deles privatizados. Como se não bastasse, os cárceres foram privatizados nos Estados Unidos há dez anos, e o único efeito disso foi o aumento dos encarceramentos, pois é necessário encarcerar as pessoas para se ter lucro. Isso é desenvolvimento. Trouxemos para Minas Gerais essa experiência, que não funcionou nos Estados Unidos.

Nessa economia global contemporânea, precisamos de doença, para vender remédios; de automóveis poluindo e aquecendo o planeta, para vender petróleo; de guerra, para vender batalhões; e de presos, quanto mais melhor. Nos Estados Unidos há cerca de 2.700.000 presos. Em 2003, passaram pelo cárcere desse país 9 milhões de pessoas, que foram presas por qualquer motivo. Isso está chegando ao Brasil em contagens de fascismo, que toma conta da nossa legislação, como, por exemplo, essa Lei Seca, que é uma estupidez.

Como o Prof. Menelick disse, o direito penal nunca resolveu nenhum problema, pois não é política pública. Precisamos descriminalizar e despenalizar, principalmente em um sistema em que somente pobres são presos. Quando o rico é preso, fica, no máximo, 40 dias na Polícia Federal. Agora, eles ficam por 24 horas no máximo, sem algemas, em suítes com televisão em cores, ar condicionado e aquecimento.

O Sr. Presidente - Eles têm reclamado da qualidade da lagosta, que não é da melhor e está muito pequena.

O Sr. José Luiz Quadros de Magalhães - E têm reclamado do vinho italiano, que não é de primeira qualidade.

O nosso sistema legal, processual e penal serve para prender pobre. Continuamos no século XIX. Isso tudo está de acordo com o desenvolvimento. Certo dia, saí com alguns professores, que comentavam que nos Estados Unidos é um espetáculo, pois o processo é muito rápido. O devedor tem de pagar ao credor em, no máximo, três meses, senão será preso. A grande novidade é o passado, que conseguimos superar as duras penas e com muita luta. Essa estúpida economia fundada na concentração e na competição passou a ser novidade.

É difícil imaginar que possamos construir - mas o faremos - alguma sociedade fundada no individualismo, no egoísmo e na competição. Você terá o esgarçamento de qualquer tecido social numa sociedade que se funda em competição, egoísmo e individualismo. Noutro dia um aluno disse-me na sala de aula: "Professor, se há mercado, é legítimo, então, fabricar armas". Aí você começa a perder toda a noção de ética, de algo mais que a simples lógica do mercado, como se fôssemos ratinhos que respondam a demandas de consumo e de poupança.

Para finalizar, sobre o quarto ponto não é preciso dizer mais que uma única palavra. Como superar as desigualdades? O Menelick já disse tudo. Quanto a essa pergunta, eu a farei de forma específica: como superar as desigualdades sociais e econômicas brutais que nunca houve igual na história da humanidade? Hoje existem no planeta três pessoas que têm mais dinheiro que 40 países juntos. A pergunta específica é então: como superar as desigualdades? Há um único jeito. A crença dessas pessoas é naquela idéia do "não mexe no que é meu"; que a economia cresça, para vocês pegarem o que advém do crescimento, a rebarba, porque "do meu não abro mão de nada". Assim, existe uma palavra. A única chance para nós é repartindo, não há outra.

Daí uma palavra final, aproveitando que estamos na televisão, para que as pessoas pensem a respeito das notícias que nos chegam. A América Latina está vivendo hoje um processo democrático fabuloso, de democracia popular, de base, de movimento social, de transformação social. A Bolívia vivencia esse processo. Vocês podem consultar na internet a Constituição da Bolívia, que, na minha opinião, é uma das mais importantes que temos. É a mais avançada do ponto de vista democrático e ambiental, produto de uma sociedade civil que se organizou e que reivindicou direitos contra uma elite tacanha, egoísta, atrasada, que não quer abrir mão de algumas coisas. Essa transformação dá-se com muito impulso democrático, porque é o povo que está nesse processo. É a democracia como transformação, como vem ocorrendo pelo resto da América Latina. É isso que dá muita esperança. A transformação de uma sociedade que começa a trabalhar com seriedade a idéia de desenvolvimento, de justiça, que construa dialogicamente para si mesma a idéia do que é justo, do que é normal, do que são direitos humanos. É uma construção permanente, democrática. Isso está acontecendo hoje na América Latina, e não na velha Europa, que está caduca, cada vez mais autoritária, fechada; e não também nos Estados Unidos, ali é muito poder. Um dia o povo americano há de acordar. Muito obrigado pela atenção de todos.

O Sr. Coordenador - Agradecemos ao Prof. José Luiz Quadros e retornamos a palavra ao Deputado Durval Ângelo.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Gostaríamos de dar alguns avisos. Na ante-sala do Plenário, será feito o lançamento do livro "Mediação de Conflitos - A Solução de Muitos Problemas Pode Estar em Suas Mãos", do Prof. Daniel Seidel, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, de acordo com o princípio da justiça restaurativa. Há também um vídeo do professor e da Comissão de Justiça e Paz. Quem participar do lançamento poderá obter informações a respeito desse trabalho. Além disso, durante os trabalhos desta manhã, serão feitas apresentações das charges do Grupo Opa.

Debates

O Sr. Presidente - A primeira pergunta, de Guilherme Vinheiro Martins, da Faculdade de Direito da UFMG, é dirigida ao Sr. Menelick de Carvalho Netto: "Por que mesmo com a ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos as normas referentes a esta na Constituição da República são vistas apenas como normas programáticas? Por que não aceitá-las como normas plenas e vinculantes?" Com a palavra, o Prof. Menelick, que disporá de três minutos para responder à pergunta.

O Sr. Menelick de Carvalho Netto - Guilherme, a questão mereceu investigação de um grupo financiado pelo Ministério da Justiça sobre a efetividade de tratados. Tenho uma posição diversa. Acho que a aplicação deveria ser imediata, exatamente em função daquilo que procurei trabalhar durante esta Conferência. Refiro-me à existência de uma desterritorialização e penso que a reterritorialização se dá observando esses direitos, até pela esfera pública mundial, de um debate em que argumentos contrários a esses direitos fundamentais dificilmente são sustentáveis. Se pretendo falar de soberania, todos esses conceitos clássicos têm de ser redefinidos à luz dessas possibilidades. Direitos fundamentais e direitos humanos não são limites que impomos internamente, mas condições de possibilidade da pluralidade na diversidade. Só podemos incrementar a complexidade social - ou seja, desenvolver para usar o tema do José Luiz - mediante respeito recíproco às nossas diferenças. Se tivermos dificuldades em relação a isso, reduziremos complexidade e teremos mais problema social, que não é privilégio do Brasil. Por exemplo, quanto à questão do uso do véu na França, berço do constitucionalismo em vários aspectos, o Conselho Constitucional Francês soube fazer do problema, símbolo da opressão feminina na cultura islâmica, um instrumento de defesa da própria cultura islâmica em face ocidental. Essa é a questão central. Com esse projeto de pesquisa, acho muito perigoso não trabalharmos bem o problema dos direitos humanos e a sua relação com os direitos fundamentais. Não é um problema simplesmente de texto constitucional. Aliás, os textos nos remetem ao que somos capazes de fazer com eles. Não podemos nos esquecer de que o pior texto constitucional do mundo, o norte-americano, muitas vezes, resulta na melhor Constituição.

Discordando do José Luiz nesse aspecto, acredito que, institucionalmente, funcione numa suprema corte, como a norte-americana; que ela tenha coragem suficiente, nem que seja por um voto, para impedir o terrorismo de Estado "bushniano". As últimas decisões da corte retomam essa tradição. A saída no direito internacional ou no direito constitucional é o próprio constitucionalismo, que são os direitos humanos.

O Sr. Presidente - Pergunta de Sandra Maria da Silva, da Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais, para Amelinha Teles: "Gostaria de saber se seria possível estender o Projeto de Promotorias Legais para a questão quilombola em outros Estados, e se você poderia orientar a nossa organização em Minas".

A Sra. Amelinha Teles - Sandra, pode sim. Esse é um projeto popular, é um projeto de educação popular de direito, uma capacitação de mulheres para o acesso à Justiça. Ele foi estabelecido para as mulheres como uma ação afirmativa, a fim de facilitar o conhecimento dos direitos, dos serviços públicos e do acesso à Justiça. Isso não quer dizer que os homens não podem aprender, mas o contrário, eles devem aprender seus direitos.

Quanto à minha participação, será o maior prazer, mas moro em São Paulo, por isso temos de ver como poderia ser feito.

O Sr. Presidente - Os grupos começarão a trabalhar às 14 horas, com os locais já determinados.

Pergunta de Wellington Macedo Fonseca, do Grupo Fé e Política, para o Prof. José Luiz: "Vivemos numa sociedade que é uma selva. O homem é o lobo do homem, e o lobo mais forte é o econômico, hoje chamado de globalização, que mata mais que Hiroshima e Nagasaki. É possível fazer auditoria da dívida pública e incluí-la como o oitavo item dos direitos humanos?".

O Sr. José Luiz Quadros de Magalhães - Penso que é possível qualquer coisa, desde que tenhamos, cada vez mais, a consciência de que as transformações irão ocorrer a partir da capacidade de a sociedade civil e os movimentos populares se organizarem e agirem efetivamente. Acredito que a conquista de direitos, a conquista da própria estrutura do Estado, pode ser cada vez mais transparente, que pertença cada vez mais à sociedade como um todo e que passe por essa capacidade de organização da sociedade civil, dos movimentos sociais. Acredito que, dos movimentos sociais, podemos esperar mais democracia ou mesmo trazer de volta as inscrições do Parlamento, do Executivo e do Judiciário para a esfera democrática.

É possível sermos construtores da nossa história. O maior problema contemporâneo é que as pessoas estão desacreditadas. Elas não acreditam mais que podem construir algo diferente e partem para um individualismo exacerbado. Dizem que, por não poderem mudar a sociedade, por ela ser assim mesmo, a economia ser essa mesma, a realidade social ser essa mesma, então vão administrar a própria vida, enriquecer, construir sua vida, e o resto que se dane. Essa descrença na possibilidade de sermos construtores da história é algo muito grave. Podemos construir na nossa sociedade o que quisermos, coletivamente falando.

O Sr. Presidente - Prof. Menelick, temos uma pergunta do Prof. Marco Antônio Torres, do Instituto São Tomás de Aquino: "A que ou a quem serviram os jogos de Pequim? Não faltaram vozes dos direitos humanos para denunciar a manipulação da imprensa?".

O Sr. Menelick de Carvalho Netto - Não sei se entendi. É claro que todo evento mundial, de mídia, midiático tem uma série de interesses manipulados ali. Realmente acompanhei pouquíssimo. Não sei a quem serviram os jogos de Pequim. Não tenho a menor idéia. Certamente deram visibilidade à China e mostraram uma China que é vista hoje pelos principais autores que pensam a questão do desenvolvimento de nações como, no mínimo, preocupação constante, assim como acontece com a Índia. São uma possibilidade de sociedades modernas. Essa questão do Oriente e do Ocidente é muito complexa hoje. É claro que o Oriente está em nós: se formos a Nova Iorque, a Los Angeles ou a qualquer lugar, veremos características orientais muito marcantes, assim como o Ocidente está lá. Hoje a civilização é praticamente mundial. A questão do Oriente e do Ocidente tem de ser trabalhada como um conceito que nasceu da própria categoria ocidental de definir o oriental, ou seja, essa é uma divisão ocidental. A nossa própria tradição mais básica - religiosa, etc. - é nitidamente oriental, se tomarmos o conceito de Oriente hoje. Além do que esse conceito também é móvel. A própria Europa hoje já é oriente em relação ao foco das questões - e ela mesma se coloca como passado, em muitos aspectos, no que se refere às discussões atuais.

De toda sorte, acredito que essas categorizações sejam extremas simplificações, que, na verdade, ocultam muito mais que revelam. Para entendermos todas elas, é preciso analisar essas dicotomias não como dicotomias, mas como construções semânticas que revelam, aliás, ocultam tensões, que posso revelar e ver na medida em que vejo os dois lados da moeda intenção. Temos de pensar Oriente e Ocidente como embates políticos de forças estruturalmente móveis: uma hora, o Ocidente pode significar uma coisa e, outra hora, outra. Esses não são dados, muito menos geográficos. São palavras vinculadas ao embate político, a esse embate dos direitos humanos, às condições e possibilidades que, muitas vezes, nesses lugares ditos orientais, não teremos. Tenho sim "livre curso para a economia ocidental", entre aspas, mas os limites, sobretudo no que se refere a um governo, e a visão comunitária são muito fortes, o que é um risco a meu ver. Essas diferenças, sobretudo políticas, podem redundar até em massacres étnicos, em intolerância, na medida em que não fazemos essa discussão no mundo inteiro. O art. 6º da Declaração dos Direitos do Homem estabelece a exigência de uma organização jurídico-política que dê concretude, densidade e frequência a esses direitos universais, que só têm sentido se concretizados no nosso dia-a-dia. Isso consiste, é claro, em um embate interpretativo sobre o que liberdade e igualdade significam. Quais são as diferenças que reconhecemos como igualdade? Isso depende de os afetados levantarem sua pretensão ao reconhecimento em praça pública, e lembro do que ocorreu no Oriente, onde - todos se lembram - houve a questão da Praça Celestial da Paz, com aqueles eventos e o tanque.

Esse risco é menor hoje, mas existe potencialmente no presente. Claro que essa é uma discussão que remete às tradições de cada povo, tradições que devem passar por esse filtro dos direitos fundamentais, na medida em que as pessoas briguem por seus direitos. Não há outra forma, não há nada que substitua a luta. Mesmo assim a luta não é garantia de não haver retrocesso, nem mesmo garantia de vitória, mas, pelo menos, pode-se denunciar abusos. Certamente, nenhum governo do mundo vai-se dizer não democrático. Sempre vai afirmar-se democrático, por mais ditatorial que seja. Aliás, é o mesmo problema do direito: ninguém que tenha assumido esse poder político de imposição das suas decisões, coercitivo a todos, vai dizer-se antijurídico. O problema é que há contradições performativas entre o que o sujeito diz e o que ele faz, há contradição. Isso posso e devo mostrar. É outra vez uma luta social por afirmações. Democracia não é dada, é duramente construída; direitos fundamentais e direitos humanos não são dados, são construídos, exigidos e fazem parte de uma luta. Aliás, é o que justifica a III Conferência aqui, agora. Sabemos que isso é resultado de luta.

O Sr. Presidente - Obrigado. Pergunta dirigida à Amelinha Teles: "Por essa visão da responsabilidade holística dos direitos humanos, como visualizar a possibilidade de superar esse modelo em um contexto neoliberal que responsabiliza o indivíduo em sua condição de vida?". A outra pergunta: "Como você avalia o Estado que parece? Que tem um olhar? Que olhar deveríamos ter para focar essa questão do passado?".

A Sra. Amelinha Teles - Começarei pelo olhar do passado que, na verdade, é um olhar do presente. O presente traz o passado o tempo todo. Senti muito forte essa idéia a partir do depoimento da Maria Teresa nesta Conferência. Todo o sofrimento que ela e os familiares dos presos vêm sofrendo são semelhantes aos nossos. Esse passado não é tão passado como podemos pensar em um primeiro momento. O que aconteceu reflete no presente. Temos de ter a compreensão de que tudo reflete no presente, em nossa forma de ser. Sempre lembro que a violência generalizada da nossa sociedade e a impunidade são valores que foram construídos no passado e estão muito presentes hoje. Quando falamos em direitos, em Estado Democrático de Direito, acostumamo-nos a achar que são questões burocráticas, formais, que não fazem parte da nossa vida. Temos de mudar nossa mentalidade. Está escrito no papel, e queremos isso na vida, precisamos disso. Lutamos para escrever na Constituição os direitos fundamentais, porque precisamos deles. Pouca gente sabe, mas a Constituição foi elaborada com muita luta. Quando tratavam da tortura - a Bizoca está fazendo assim porque ela se lembra disso -, estávamos na Constituinte, e ela não traz que a tortura é crime imprescritível. Nossa Constituição não diz isso, porque houve uma luta lá dentro. Os militares venceram, e sua posição de não permitir que a tortura seja crime imprescritível foi mantida. Eles tinham medo de serem cobrados com base no Texto Constitucional.

Apesar de toda essa manobra para escrever o texto constitucional, os tratados internacionais estabelecem que a tortura é crime imprescritível, de lesa-humanidade, desde 1945. Mesmo assim, não vamos construir esse presente, ou esse futuro, ou todo o nosso anseio de democracia, de justiça, de cidadania, de direitos sem enfrentar essas questões. Temos de enfrentá-las.

Evidentemente, o Estado brasileiro é cheio de contradições. O Judiciário, que faz parte do Estado brasileiro, determina que é necessário localizar os desaparecidos políticos, entregar seus restos mortais aos familiares e sepultá-los. O governo perdeu todos os recursos. Portanto o Estado tem de executar. Essa é uma luta política que travamos. Não se pratica direitos humanos sem fazer política, por isso precisamos de políticas públicas. O Estado tem de se responsabilizar diante das mazelas históricas.

Alguém afirmou que temos responsabilidade holística no que se refere aos direitos humanos. É preciso compreender que direitos humanos são para todos. Seu caráter é universal; suas características, fundamentais. Muitas vezes nos preocupamos com o nosso movimento, mas, na Conferência, estamos acima do movimento, defendendo os interesses da sociedade brasileira. Então muitas das questões que não fazem parte de nossa luta cotidiana têm de estar na pauta das discussões.

Quando trago o tema "Direito à memória, direito à verdade", queremos a Comissão de Justiça e Verdade. Na Argentina, foi feito; no Chile, foi feito; no Uruguai, foi feito. O Brasil tem de fazer; tem de passar essa história a limpo e trazer a verdade à tona, não só porque aconteceu, mas porque ainda acontece. Qual a diferença entre os presos de hoje e os outros? Muitos dos presos políticos eram intelectuais, outros eram da classe média, muitos eram estudantes, lideranças sindicais, mas havia muitos operários, que eram elite em um país como o nosso, de tanta desigualdade. Os presos políticos eram uma categoria muito especial. E os presos de hoje não têm direitos? A verdade é que não há diferença. O que aconteceu lá, aconteceu. Os professores se referiram ao perigo do Estado policialesco, ao Estado que criminaliza. Vamos transformar o Brasil em um grande presídio? É essa a solução? Buscamos uma sociedade de entendimento, de diálogo, uma sociedade democrática. Chamo a atenção para o fato de que o passado está dentro do presente.

O Sr. Presidente - Perfeito. Há uma diferença ideológica fundamental de classe. Hoje, talvez, haja uma certa consciência de tolerância em relação a determinadas violações. Os que mais sofrem são os mais pobres entre os pobres, os negros e os excluídos, na sua maioria. Tanto que hoje, segundo o último senso penitenciário, 92% dos encarcerados dependem da Justiça gratuita, quando se sabe que algumas famílias carentes contratam advogados que atendem nas cadeias - e isso não é tão caro assim -, fazendo um esforço enorme para pagá-los. Portanto, mesmo entre esses 8% restantes, há também pobres que têm de pagar advogado.

Em se falando de advogado, tenho duas perguntas para o Prof. José Luiz: a primeira é de Dos Anjos, Presidente da Associação dos Profissionais do Sexo de Belo Horizonte. Ela pergunta sobre o projeto da Prefeitura e de alguns Vereadores, que circula na Câmara, para exigir a retirada dos hotéis da Guaicurus, como se fosse uma idéia de esconder a prostituição e o que se encontra por trás disso. A outra pergunta é de Cida Porto sobre a saúde dos internos no sistema carcerário. Existe a Portaria nº 1.777, que se refere à liberação de recursos do governo federal para o tratamento do preso do sistema carcerário. Essa portaria data de quatro anos atrás, e, particularmente no caso de Ribeirão das Neves, não há esse atendimento na cadeia. Ela quer saber como fica a dignidade do interno, para que receba atendimento à saúde no estabelecimento penal.

O Sr. José Luiz Quadros de Magalhães - Quanto à primeira questão, esconder a pobreza remonta a um passado distante. Tomando o século XIX, na reforma urbana de Paris - aliás, o projeto urbano de Belo Horizonte nela foi inspirado -, à época do segundo império, todos os pobres foram retirados do centro da cidade e mandados para a periferia da periferia, e, além disso, foram construídas avenidas e bulevares largos, para efetivar o controle visual sobre as pessoas, de forma que, se aparecesse um pobre no centro da cidade, imediatamente a polícia o retirava, jogando-o na periferia da periferia. Nesse período havia não só a criminalização da pobreza como a criminalização do movimento operário, idéia que se vai repetindo no mundo inteiro, no decorrer dos séculos XX e XXI, continuando até os dias atuais. Às vezes, quando um evento internacional é sediado em Belo Horizonte, todos os pobres são recolhidos e enviados para bem longe, a fim de que demorem a voltar. Assim os visitantes pensam: "Que maravilha, não há pobre em Belo Horizonte". Portanto é a repetição de uma política de exclusão, que não visa resolver problema algum, mas manter as coisas como estão. Isso ocorre no mundo inteiro. É mais um absurdo que se repete, reeditando os séculos XVIII e XIX: longe dos olhos, longe do coração.

Quanto à saúde dos internos, ela é essencial. A grande maioria dos encarcerados não deveria estar nessa situação. E muita gente que deveria estar encarcerada não está. Esse é um problema sério e grave no Brasil. Repetindo: temos um sistema processual penal feito para punir o pobre, que data do século XIX. Além disso, o que o preso sofre na penitenciária vai muito além da pena que lhe é imposta. Além da pena de privação da liberdade, sofre muito mais, com tortura, maus-tratos, péssimas condições de salubridade e alimentação, falta de assistência à saúde, etc. Temos, sob esse aspecto, do ponto de vista jurídico, a total inconstitucionalidade do nosso cárcere. Não só isso como a total inconstitucionalidade, além do absurdo, do ponto de vista moral e ético, da privatização do cárcere, como se isso melhorasse a situação.

Vamos colocar, agora, bons colchões e ar-condicionado para os presos, para trabalharem como escravos. E vamos aumentar o número de presos, para que continuem a trabalhar como escravos. É brutal a inconstitucionalidade de tudo isso.

O Sr. Presidente - Há muitas perguntas. Como haverá trabalho às 14 horas, e amanhã a primeira plenária, às 8 horas, passaremos a palavra ao Prof. Menelick, que falará sobre o Poder Judiciário, última questão. As perguntas serão respondidas por via da internet, para os que deixaram endereço eletrônico. Quem não o fez pode deixar seu endereço eletrônico com o Lincoln, nosso assessor. Com a palavra, o Prof. Menelick de Carvalho Netto.

O Sr. Menelick de Carvalho Netto - Serei breve. O Poder Judiciário é justo, cumpre a lei ou arruma infinitas maneiras de a justiça não ser feita. Essa é uma questão básica, hoje, para o direito constitucional. Historicamente aprendemos, até por acreditarmos num primeiro momento, que o centro do sistema jurídico é o Legislativo. Depois, num segundo momento, aprendemos que o Executivo, talvez, seja mais relevante. No século XIX, o Legislativo acreditava que tudo dependia de uma boa lei. Depois, vimos que a execução não era fundamental, e o Executivo passou a ser central. Hoje temos a certeza de que é o Judiciário. Por isso todo o foco está sobre o Judiciário, que assenta as expectativas do que a lei significa para nós. Em última instância, é o responsável por fazer cumprir as leis. Isso tem outro lado. Aprendemos, a duras penas, que a luta por direitos humanos, por direitos fundamentais, não se exaure no Legislativo. Necessariamente, encontra-se o requisito da mobilização, para que as leis sejam efetivamente cumpridas no Executivo. E mais, no Judiciário, para que aquilo que foi conquistado no Legislativo e executado no Executivo seja cobrado das pessoas, inclusive dos que têm poder de polícia. Na verdade, é um sistema complexo, em que o Judiciário tem papel decisivo. É ele que assenta o significado das leis que aprovamos, dos princípios sob os quais vivemos. Portanto, cada vez mais, é preciso que os movimentos saibam que a luta não pára na conquista de uma lei; pelo contrário, ela só começa. É um embate interpretativo, que tem de ter curso. Como acontece com qualquer um, o trabalho acaba sendo uma pena. Por mais que goste de pintar, no momento em que se torna pintor profissional e tem de pintar grande quantidade de paredes ou quadros, você se sentirá incomodado. Você gostaria de, em alguns momentos, namorar, fazer outra coisa. É claro que isso começa a pesar. Mesmo a pessoa que sempre se julgou muito habilidosa a ser Juiz, no momento que se torna Juiz, terá como desafio a montanha de processos que terá de examinar, e o seu sonho será não examinar nada. Fazer essa interpretação é desconhecer os direitos das pessoas, é não levar a sério esse direito, é não olhar. O Judiciário, ao contrário dos demais Poderes, tem de olhar cada caso, averiguar a possibilidade das pretensões abusivas. Aliás, hoje toda doutrina constitucional centra-se no Judiciário. Estamos vendo nisso, concretamente, imensa possibilidade de abuso, inclusive porque quem monitora o controlador máximo, o Supremo Tribunal Federal, é o povo ativo, o fluxo comunicativo acerca dos nossos direitos. Não há Conselho Nacional de Justiça que possa controlar isso. Na verdade, quando se cria um órgão constitucional para controlar o órgão máximo, ele dependerá da interpretação desse órgão máximo, que diz o que é a Constituição. O problema é ele não se autonomizar. Isso só se dará, se houver um fluxo comunicativo sólido acerca do que os nossos direitos significam para nós mesmos; senão ele fará o que quiser, na hora que quiser, sem

ninguém ficar indignado e lutar pelos seus direitos. Basta haver fluxo comunicativo, mediações institucionais.

Se eu não tenho mediações institucionais, como um Congresso funcionando bem, fica difícil ter esse fluxo comunicativo. E as redes de televisão ocuparão esse espaço, certamente da forma menos refletida, menos pensada, e assim poderemos acreditar que criminalizar as pessoas seja a solução para todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, professor. O trabalho de grupo será às 14 horas, e a primeira plenária de votação de propostas será amanhã, às 8 horas.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 46ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/9/2008

Presidência dos Deputados Durval Ângelo e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Suspensão e reabertura da reunião - Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Leitura dos relatórios dos grupos de trabalho - Apresentação de destaques - Votação do documento final, salvo destaques - Apreciação dos destaques, de novas propostas e de moções - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

André Quintão - Durval Ângelo - Fábio Avelar - João Leite.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 8h1min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, com a apresentação das propostas dos grupos temáticos, aprovação do documento final e discussão e aprovação de novas propostas e moções.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 25 minutos, para que os votantes façam a leitura da proposta de documento final. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Márcia Martini, Superintendente de Integração de Política de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - e coordenadora dos Trabalhos; os Exmos. Srs. Bráulio de Magalhães Santos, Conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos e coordenador do Grupo 1 - "Universalizar direitos em um contexto de desigualdades"; Virgílio de Mattos, Professor, Mestre e Doutor em Direito, Criminólogo e coordenador do Grupo 2 - "Violência, segurança pública e acesso à Justiça"; e Gustavo Corgosinho Alves de Meira, Defensor Público, coordenador de Direitos Humanos, membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais - Conedh - e coordenador do Grupo 3 - "Pacto federativo e responsabilidades dos três Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública"; a Exma. Sra. Makota Kisandembu Kiamaza, coordenadora Executiva e de Comunicação do Monabantu-MG e coordenadora do Grupo 4 - "Educação e cultura em direitos humanos"; os Exmos. Srs. Makota Tata Kisaba, representante da Comunidade Tradicional Terreiro de Candomblé Bakise Bantu Kasanje-CEN - Coletivo de Entidades Negras, representando a coordenadora do Grupo 5 - "Interação democrática entre Estado e sociedade civil", Makota Djanganga Kiamaza; e João Henrique Reis Ferreira de Melo, Secretário Executivo do Conedh e coordenador do Grupo 6 - "Desenvolvimento e direitos humanos"; e a Exma. Sra. Heloísa Bizoca Greco, coordenadora do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania e coordenadora do Grupo 7 - "Direito a verdade e a memória".

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Primeiro, passaremos a palavra aos coordenadores, que lerão as propostas sem comentário. Em seguida, veremos, bloco por bloco, onde há destaque. As propostas estão numeradas. Pedimos que se faça destaque somente nas questões significativas. Depois, a Coordenação formada por 54 entidades e 101 pessoas, analisará as questões de redação ou de estilo; elas não são fundamentais.

Ao ler as propostas, a Coordenadora informará que dispomos de um tempo para apresentar novas propostas. Em todas as conferências de direitos humanos em Minas, o Regimento é bem democrático na apresentação de novas propostas.

Com a palavra, a Sra. Márcia Martini, que será a coordenadora desta manhã.

A Sra. Coordenadora (Sra. Márcia Martini) - Bom-dia a todos. Na plenária de ontem, ficamos até tarde, por volta de 1h30min, 2 horas da manhã, fazendo a consolidação dessas propostas e o levantamento dos delegados que concorrerão na plenária de hoje à tarde. Como houve muitas inscrições para delegados, tivemos de fazer um pente-fino. Há casos de observadores que se candidataram a delegados, de entidades que apresentaram mais de dois candidatos, de entidades que apresentaram um mesmo candidato para mais de um agrupamento. Assim que o Ricardo souber onde as listas serão afixadas, informaremos a vocês. Peço que fiquem atentos a essas listas e vejam se a entidade de vocês está com alguma pendência ou se por algum motivo a inscrição foi impugnada. Se for o caso, devem procurar a Raquel, que ficará naquela mesa em que ontem fizeram a inscrição para o grupo de trabalho. Essas pendências têm de ser resolvidas na parte da manhã, caso contrário, não poderão participar da eleição na plenária final da parte da tarde.

O Sr. Presidente - Há casos de pessoas que fizeram a inscrição como delegado e não participaram do grupo de trabalho. Todas as orientações dadas pela Márcia estão dentro do Regimento. Era obrigatório participar do grupo de trabalho para ser delegado na Conferência Nacional. Nada foi feito que não fosse regimental.

A Sra. Coordenadora - O Ricardo acaba de me informar que a relação já está afixada no salão de chá.

A coordenação informa aos participantes que esta plenária terá a seguinte dinâmica: faremos a apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho e, em seguida, passaremos à apresentação dos pedidos de destaque. A coordenação anunciará o número de cada proposta e a Mesa receberá os pedidos de destaque, que deverão ser feitos oralmente por meio dos microfones do plenário. Os destaques podem ser feitos para suprimir ou modificar. A fim de agilizar os trabalhos, a coordenação solicita aos participantes que as alterações propostas sejam substanciais, evitando-se mudanças pouco significativas. Propostas novas e propostas contraditórias serão automaticamente destacadas.

Até às 10h30min poderão ser apresentadas novas propostas, desde que sejam formalizadas, por escrito, e subscrita por, no mínimo, 25 dos votantes presentes. (Art. 33, Sessão II do Regimento.)

Aprovado o relatório, salvo destaques, será concedida a palavra, por até 3 minutos, aos delegados e delegadas para o encaminhamento da votação dos destaques, alternando-se um favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência. Iniciado o processo de votação, não será permitida a apresentação de questões de ordem. (Itens VII e VIII do art. 32, Sessão II do Regimento)

As moções apresentadas na plenária final deverão conter, no mínimo, 25% de assinatura dos participantes credenciados presentes a serem entregues à assessoria técnica dos trabalhos, impreterivelmente até às 11 horas. (Parágrafo único, art. 36, Sessão II do Regimento.)

Leitura dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

A Sra. Coordenadora - Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho. Farão uso da palavra, neste momento, os coordenadores dos grupos de trabalho para apresentação do relatório das atividades do seu grupo. Cada um disporá de até 5 minutos para sua intervenção. Com a palavra, o Coordenador do Grupo de Trabalho 1, Sr. Bráulio de Magalhães Santos.

O Sr. Bráulio de Magalhães Santos - Bom-dia a todos. Antes de ler as propostas vou relatar, rapidamente, a condução dos trabalhos de ontem. Iniciamos o Grupo 1 com 38 propostas e tivemos destaque em 37 delas. Foi um trabalho muito concentrado para sintetizarmos e fundirmos as propostas. Conseguimos terminar de forma que fossem contempladas as propostas que tinham sido discutidas nos regionais e ainda incorporando as propostas novas. Foi um trabalho bastante racional e objetivo. Começamos com cerca de 85 pessoas e terminamos com 15. Ao final aconteceu apenas a organização do texto para estarmos aqui em tempo.

Agradecemos o apoio da equipe técnica, do João, da Eny, da Solange, da Maria Alice, como relatora, e da Maria Martins. Foi um trabalho bastante positivo, que incluiu propostas de pessoas vindas do Vale do Jequitinhonha, que viajaram 12 horas. Havia mais propostas, mas fechamos em 20 porque era o trato. Vou começar a leitura das propostas do Grupo de Trabalho 1 - Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades.

- Procede-se à leitura do relatório do Grupo de Trabalho 1.

A Sra. Coordenadora - Em nome do companheiro Bráulio, agradeço a todos os que participaram do Grupo 1 e apresentaram propostas, que logo serão colocadas em votação. Lembro aos companheiros e às companheiras que é necessário proceder à marcação dos destaques à medida que forem lidas, porque não serão relidas. À medida que o coordenador for lendo, se quiserem sugerir alguma supressão, acréscimo ou modificação, vão marcando, para a hora dos destaques. Com a palavra, o coordenador do Grupo de Trabalho 3, Dr. Gustavo Corgosinho Alves de Meira.

O Sr. Gustavo Corgosinho Alves de Meira - Bom-dia a todos e a todas. É com muita alegria que participo deste processo. Parabênizo os participantes do Grupo 3 e da equipe que nos auxiliou na elaboração das propostas e na compilação do documento. Inicialmente, eram 61 propostas, que compilamos em 19, tendo ficado com 1 de crédito em relação às 20 combinadas para esta plenária. A discussão das propostas demandou muito esforço. Os participantes comungam do pensamento de que é necessário aproximar os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública, da sociedade civil. Atualmente, demanda-se aproximação entre a esfera pública e a sociedade civil, vontade que percebo em todos os grupos. Passo à leitura das propostas aprovadas no Grupo 3.

- Procede-se à leitura do relatório do Grupo de Trabalho 3.

A Sra. Coordenadora - Obrigada, Gustavo. Agradeço também aos participantes, que deram a sua colaboração. Com a palavra, a Sra. Makota Kisandembu Kiamaza, coordenadora do Grupo 4.

A Sra. Makota Kisandembu Kiamaza - A benção de todos, dos mais velhos e dos mais novos. Novamente, posarei de chata, já que fui a chata ontem, perante o grupo. É muito bom poder falar, após a apresentação de dois grupos. É pena o Virgílio não estar aqui. Ontem, eu disse ao grupo que várias das propostas que queria encaminhar constavam em outros, que aquelas propostas não faziam parte daquele grupo, o que ficou bem claro na apresentação deles. Quando o Virgílio chegou, todos perceberão isso. Foram 74 propostas; no final, excluímos 17 e acrescentamos outras 5, novas, fechando em 20. Também ficou claro para nós, particularmente para mim, o desconhecimento de muitas pessoas do que vieram fazer aqui. Ninguém havia lido o Plano Mineiro de Direitos Humanos nem o Plano Nacional. Quando se dizia que alguém estava em tal lugar, ninguém sabia. Comecei a ficar chata. Assim não dá para realizar a nossa 3ª Conferência de Direitos Humanos. O Brasil está realizando a sua 11ª conferência. Minas, a terceira, e um dos motivos é esse: as pessoas vêm para cá, mas desconhecem o objetivo da conferência, bem como as propostas encaminhadas na conferência anterior. E, quando você diz alguma coisa, você fica sendo o chato.

Aconselho à sociedade civil e ao poder público que se preparem melhor para a próxima conferência. Foi desconhecimento. Desde o início, era necessário ter encaminhado para todo mundo. As pessoas deveriam ter lido os dois planos antes. As pessoas deveriam ter tomado conhecimento das propostas retiradas em todo o Estado antes de chegarem aqui. Sabemos que houve problemas e o porquê de as propostas não terem chegado aos inscritos antes deste momento. Não foi descaso, mas, da próxima vez, o ideal é que essas propostas cheguem nas mãos das pessoas que estarão aqui. É preciso tempo hábil para a leitura das propostas antes das discussões, porque as pessoas precisam ter conhecimento das propostas da conferência toda, e não apenas das do grupo em que irão trabalhar...

O Sr. Presidente - Um momento. Esclareço que não vamos abrir para questão de ordem. Cada grupo está demorando de 10 a 15 minutos, e não os 5 minutos previstos. O momento seria de uma breve síntese o grupo e leitura das propostas. Na realidade, você faz um juízo e alguém pode querer apresentar uma questão de ordem para discordar, por entender que essa não tenha sido a totalidade. Como coordenadora, você está fazendo um juízo não sobre o grupo, mas sobre a conferência. Teremos o momento dos encaminhamentos finais e dos destaques, que será a hora dessa intervenção. Pedimos aos coordenadores o relato objetivo do grupo. Não estamos marcando 5 minutos, porque sabemos que é impossível pois as propostas estão ricas, longas. Pedimos que a leitura seja feita para não haver problemas. Se você faz um juízo de valor, alguém levanta, faz uma questão de ordem, e teremos uma infundável polêmica. Na realidade, se falamos, deve haver o direito do contraditório. Caminhamos com as pernas que temos. No fundo, é isso. Gostaria que os relatores apresentassem as propostas dos grupos, por isso são relatores.

A Sra. Makota Kisandembu Kiamaza - Pois é, mas esse é o relato do grupo. Ficou claro não só para mim e não poderíamos deixar de dizer. Vocês não terão o direito de resposta, mas depois poderão concordar ou não. Temos que falar sim. Estou insatisfeita sim. Não estou satisfeita não.

O Sr. Presidente - Não digo que não pode falar isso. Aliás, têm que falar isso e outras coisas, mas há o momento. Agora é o relatório do grupo. Nem é hora de destaque. Depois, passaremos proposta por proposta. Haverá o momento para falar tudo o que quiser. Ontem, devem ter visto que várias pessoas se manifestaram durante a fala do Ministro. Nossa função é a de ler as propostas do grupo. Depois, a pessoa pode se inscrever e falar o que quiser dentro dos 3 minutos regimentais. Agora é a leitura. Não há cerceamento de nada. Você foi da coordenação desde o início e sabe que nossa responsabilidade é árdua e difícil até aprovarmos todas as propostas e eleger todos os delegados. Como nosso método é o mais democrático, a eleição vai demorar muito. É preciso falar, mas no momento certo. Agora é o momento da leitura dos relatórios. Só isso.

- Procede-se à leitura do relatório do Grupo de Trabalho 4.

A Sra. Coordenadora - Agradecemos à Makota Kisandembu Kiamaza o seu trabalho de coordenação e o trabalho dos componentes do seu grupo. Na realidade, todas as propostas elaboradas pelas comissões técnicas intersetoriais e pelos encontros regionais foram oferecidos com antecedência, na internet, por intermédio do "hot site" da conferência. Com a palavra, o Sr. Makota Tata Kisaba, representante da Sra. Makota Djanganga Kiamaza, Coordenadora do Grupo de Trabalho 5, a qual não pôde comparecer à reunião. Ele fará a exposição no seu lugar.

O Sr. Makota Tata Kisaba - Obrigado. Bom dia! Quero registrar a minha gratidão à Makota Djanganga Kiamaza, que coordenou esses trabalhos, participou com as comissões técnicas interinstitucionais da elaboração do seu trabalho ontem e me deu a oportunidade de ler para os senhores as 20 propostas aprovadas no Grupo 5 - Interação Democrática entre o Estado e a Sociedade Civil -, que iniciou os trabalhos com 48 propostas. Das 32 que selecionamos, retiramos 20 propostas, que passo a ler neste momento.

- Procede-se à leitura do relatório do Grupo de Trabalho 5.

A Sra. Coordenadora - Tata Kisaba, obrigada pela contribuição do Grupo de Trabalho 5. Com a palavra, o coordenador do Grupo de Trabalho 6, Dr. João Henrique Reis Ferreira de Melo.

O Sr. João Henrique Reis Ferreira de Melo - Bom-dia a todos e a todas. Agradeço aos participantes do Grupo de Trabalho 6, que ofereceram uma grande contribuição para a elaboração desse documento. Com certeza, fizeram tudo que foi possível para atingir o objetivo de ontem. Agradeço a participação da assessoria da Assembléia Legislativa, nas pessoas do Valadares, do Marcelo, do Said e do Jeremias, que também muito contribuíram.

Inicialmente, o nosso grupo tinha 30 propostas, e foram apresentados destaques em, mais ou menos, 25. Isso contribuiu muito para que houvesse uma discussão mais profícua. Foram apresentadas novas propostas e quatro moções. Passarei à leitura das propostas.

- Procede-se à leitura do relatório do Grupo de Trabalho 6.

A Sra. Coordenadora - Obrigada, João Henrique e aos membros do Grupo 6. Com a palavra, a companheira Heloísa Bizoca Greco, Coordenadora do Grupo 7.

A Sra. Heloísa Bizoca Greco - Bom-dia a todos. É uma alegria e uma honra poder participar desta Mesa, compartilhando esse trabalho com as companheiras e companheiros. O Grupo 7 começou a discussão com 60 pessoas e 22 propostas, depois, apareceram sete novas propostas e chegamos a 17. Agradeço a toda a assessoria da Assembléia Legislativa, ao Lincoln, ao Rodrigo e à Carla.

Quero agradecer também aos dois relatores que deram uma contribuição fundamental ao nosso trabalho, e a todos os componentes do grupo, porque conseguimos desenvolver em 24 horas uma discussão que foi muito importante. Tivemos um número pequeno de propostas, mas elas eram bastante densas, e conseguimos fazer uma discussão qualitativa de todas elas. Além disso tivemos o privilégio da participação da Amelinha Teles, que contribuiu muito para a discussão.

Vou pedir aos coordenadores do grupo que façam a leitura das propostas porque estou com muita dificuldade de leitura e não estou com a minha cópia em Braille. O Márcio, jornalista da Assembléia, apelidou essas propostas de propostas origami: cheias de recortes e dobraduras.

- Procede-se à leitura dos relatório do Grupo de Trabalho 7.

A Sra. Coordenadora - Agradecemos aos integrantes do Grupo 7 e gostaria de fazer um agradecimento especial à Bizoca pela sugestão de incorporação nesse sétimo eixo - Direito à Memória e à Verdade -, que foi imediatamente acatado pela comissão organizadora e referendado nessa plenária, com base no Regimento Interno. Gostaria de dar uma excelente notícia, Bizoca. A Conferência Nacional resolveu incorporar também esse eixo, haja vista sua importância.

A Sra. Heloísa Bizoca Greco - Só há uma coisa: entre companheiros não cabem agradecimentos. Essa foi uma conquista que a 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos tem que capitalizar.

A Sra. Coordenadora - Com a palavra, o coordenador do Grupo de Trabalho 2, Prof. Virgílio de Mattos.

O Sr. Virgílio de Mattos - Bom-dia a todos, expressão que engloba todos os gêneros e orientações. Gostaria de, rapidamente, dizer algumas palavras, cumprimentando o Deputado Durval Ângelo, que nos deu uma aula ontem. Isso é normal. Professores normalmente lecionam, e o Prof. Durval Ângelo está Deputado, mas é professor. Tivemos também as aulas do Ministro Paulo Vannuchi, do Prof. Menelick, do Prof. José Luiz e, sobretudo, da Amelinha Teles, uma personagem verdadeira da história do Brasil.

João Guimarães Rosa, tão comemorado, diz que mestre não é quem ensina, mas quem aprende. Aprendo muito com a equipe da Dra. Márcia Martini, com a qual tenho amizade forjada na luta de muitas décadas. Sua equipe conta com o jornalista Henrique Leal, Dr. Osmar Gusmão e Cristina Abreu. Também agradeço personagens invisíveis, como as assessorias, em especial, a assessoria do Prof. Durval Ângelo. Ontem, no grupo, muitos pegaram no pesado conosco, em especial, a Miriam, o Wladimir e o Jura, que tem até plaquinha de patrimônio da Assembléia. É impressionante, como a Bizoca acaba de dizer, a interação que existiu entre os grupos. Ao mesmo tempo em que passavam o abaixo-assinado pela abertura dos arquivos, vários grupos dialogavam. A presença de cada um de vocês é de fundamental importância. Sou daqueles que acreditam que o mundo foi construído pelos pedreiros, se isso aqui fosse uma construção, cada um de vocês saberia exatamente qual foi o tijolo que após nessa construção e qual é o tijolo que será desconstruído naquilo que é necessário.

Lamentavelmente, o grupo teve a oportunidade de aprovar oito moções, sete de repúdio e uma de apoio. E essa moção dá imediata revogação do famigerado procedimento operacional padrão e a discussão do mesmo com ampla participação popular.

Deputado Durval Ângelo, parece-me mais importante o encaminhamento da apresentação de questão de ordem pelo Presidente da Assembléia Legislativa, de imediato, para se instaurar o processo de responsabilização do Secretário de Defesa Social.

Deputado Durval Ângelo, houve até mesmo uma proposta de exoneração. Deu um gosto danado trabalhar com cada um daqueles que estiveram no Grupo 2 pois, um membro mais iluminado do grupo disse que ele, sendo secretário, tem de instaurar o processo administrativo. Foi aprovada também a instauração do processo administrativo. Mas vamos às propostas do Grupo 2.

- Procede-se à leitura do relatório do Grupo de Trabalho 2.

A Sra. Coordenadora - Obrigada, Prof. Virgílio. Tive a oportunidade de assistir ao finalzinho dos trabalhos desse grupo e posso testemunhar a efervescência e o caráter participativo de seus integrantes. Como, infelizmente, não podia participar ativamente do grupo pelo fato de ser da comissão organizadora, fiquei mais ocupada em observar as pessoas. E o que me chamou a atenção, Prof. Virgílio, foi o semblante das pessoas, onde se podia ver uma certa alegria por poderem manifestar-se. São esses espaços que precisam ser criados para que as pessoas tenham voz, para que tenham visibilidade. Isso realmente chamou minha atenção, ontem, no Grupo 2.

Apresentação de Destaques

O Sr. Presidente - Passaremos à apresentação oral dos pedidos de destaque. Fizemos uma contagem, mas precisamos conferi-la. Pediríamos a todos os delegados que levantassem os seus cartões de votação, para podermos contá-los. (- Pausa.) Obrigado. Como são 200, para apresentação de qualquer proposta nova, precisa-se de 50 assinaturas. Como não será possível concluirmos até às 10h30min, estenderemos o prazo até às 11h30min. Qualquer proposta nova deverá ser apresentada por escrito. Adotaremos o seguinte procedimento. Insistimos que, conforme orientação da coordenação da Conferência, qualquer modificação não substantiva, como de redação ou de esclarecimento, deverá ser feita por escrito, pois não se trata de nada que pode prejudicar. Que não levantemos polêmicas sobre questões menores. No final de cada grupo, votaremos em bloco as propostas não destacadas e, depois, apreciaremos os destaques, um a um. Na hora do destaque, a pessoa se identificará. Será feito um encaminhamento a favor da manutenção da proposta como está, e outro pela retirada ou modificação da proposta. O destaque poderá ser substitutivo ou modificativo.

- Procede-se à apresentação dos destaques.

Votação do Documento Final, salvo Destaques

O Sr. Presidente - Em votação, o documento final, salvo destaques. Os que concordam, por favor, levantem os cartões. (- Pausa.) Os que são contrários, levantem os cartões. (- Pausa.) Abstenções, por favor, levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovado.

Apreciação dos Destaques, de Novas Propostas e de Moções

O Sr. Presidente - Agora vamos aos destaques. Para racionalização dos nossos trabalhos, peço o seguinte: pode ser que o destaque levantado seja consensual. Talvez uma modificação, e não uma supressão. Se for consensual, se a plenária acolher como tal, colocaremos em votação no momento em que a pessoa terminar e continuaremos.

- Procede-se à discussão e à votação dos destaques, de novas propostas e de moções.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado. Após a apreciação dos destaques, das novas propostas e de moções, o documento é o seguinte:

Grupo de Trabalho 1

Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades

1 - Garantia de acesso aos bens, órgãos e serviços públicos, com prioridade para os segmentos socialmente vulneráveis, por meio de programas regionalizados e políticas públicas de cunho intersetorial, mediante a realização de diagnósticos, e fortalecimento político-institucional da Defensoria Pública e dos demais órgãos governamentais ligados aos direitos humanos, de modo a facilitar a articulação e a continuidade de intervenções e propostas - fatores que viabilizam maior adesão aos usuários -, dotando-os de recursos humanos, materiais e orçamentários para a realização de atividades, nas áreas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, e garantindo o mecanismo de controle social através da organização de fóruns intersetoriais nos quais diversos atores sociais (trabalhadores, usuários, comunidades tradicionais e quilombolas e povos indígenas) avaliem resultados, detectem problemas e proponham ações a partir de indicadores específicos.

2 - Ampliação, nas diversas regiões, das políticas públicas de saúde mental de caráter substitutivo ao modelo "hospitalocêntrico", com funcionamento em tempo integral (24 horas), todos os dias da semana, valorizando, além dos recursos psiquiátrico e farmacológico, outros recursos fundamentais, como o cuidado sob a ótica interdisciplinar, orientado por um projeto terapêutico, a convivência familiar e comunitária,

as possibilidades de escolha autônoma do sujeito, historicamente defendidos pela luta antimanicomial, sustentando o modelo de clínica ampliada e incentivando concretamente os Municípios que privilegiam políticas regionalizadas e substitutivas, apresentando redução dos índices de internação, em hospitais psiquiátricos, de pessoas com transtornos mentais, com morbidades psiquiátricas, de crianças e adolescentes e de dependentes químicos.

3 – Incentivo a programas de capacitação em direitos humanos para integrantes do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Militar e para profissionais do Samu que prestam atendimento de urgência à pessoa com sofrimento mental e aos demais segmentos vulneráveis da sociedade.

4 – Garantia das políticas públicas de respeito ao direito das pessoas em situação de rua de permanecer nos logradouros públicos, espaço de existência que lhes restou, efetivando-se espaços essenciais, como banheiros públicos e centros de referência, bem como substituição dos albergues como alternativa para essa população, promovendo a adequação e a reformulação dos abrigos e das repúblicas como espaços inclusivos e de resgate da cidadania; acesso a políticas públicas de habitação, educação, trabalho e renda, com acompanhamento da Defensoria Pública, de equipe profissional interdisciplinar e das entidades da sociedade civil atuantes na promoção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua; criação de novos equipamentos que acolham e atendam as múltiplas demandas que envolvem esse público, como situações de alta hospitalar, tratamento de álcool e drogas; criação de uma Ouvidoria da População em Situação de Rua, para acolher, acompanhar e atender denúncias de violação de direitos.

5 – Criação da Coordenadoria da Cidadania das Lésbicas, dos Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instância de estudo, análise, proposição, implementação e acompanhamento das políticas públicas transversais voltadas para a população LGBT, principalmente para garantir albergues específicos para as pessoas em situação de rua e/ou vítimas de violência nesse segmento, bem como capacitação das equipes técnicas na temática LGBT; reconhecimento do nome social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); garantia de que nenhum cidadão(ã) gay, lésbica, bissexual, travesti ou transexual, no âmbito da saúde, deixe de receber atendimento médico adequado em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero e inclusão, nos prontuários do sistema de saúde, de informação sobre a orientação sexual e a identidade de gênero dos(as) pacientes; identificação urgente dos serviços e dos profissionais com práticas homofóbicas e ação administrativa e legal para coibi-los; criação de políticas públicas federais, estaduais e municipais com a finalidade de coibir desigualdades, principalmente referentes a orientação sexual, nos segmentos da saúde e educação.

6 – Criação, a exemplo da Ouvidoria do SUS, de uma Ouvidoria dos Direitos da Juventude, para acolher, acompanhar e atender as denúncias de violação dos direitos da juventude no Município bem como as demandas de políticas públicas nessa área, e criação de uma política nacional de empregabilidade e qualificação profissional com acessibilidade aos recortes geracionais (adolescentes, jovens e adultos).

7 – Criação de programas de orientação e de qualificação profissional para profissionais do sexo, a fim de inseri-los no mercado de trabalho formal, propondo ações educativas para a desconstrução de estereótipos relativos a esses profissionais e promovendo a capacitação dos profissionais que atendem a esse público, em especial das áreas de saúde e segurança pública.

8 – Sensibilização e mobilização da população, através dos equipamentos sociais, contra o preconceito e a discriminação em relação aos grupos vulneráveis, coibindo, na forma da lei, a difusão e a propagação de texto falado e escrito e de imagens pejorativas, com vistas a superar barreiras sociais.

9 – Participação das profissionais do sexo na discussão e implementação do Projeto de Revitalização Urbana no Hipercentro e em todo os locais onde haja concentração desses profissionais.

10 – Investimento em programas de educação em direitos humanos para o exercício da cidadania, levando em conta a transversalidade de seus princípios nos diversos espaços de convivência social (educação, saúde, moradia, assistência social, cultura e lazer, trabalho, direito, etc.), com informações sobre os meios de acesso aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública – instrumento capaz de garantir a efetivação dos direitos humanos básicos dos cidadãos, já conquistados –, consolidando uma cultura de solidariedade e respeito à diversidade, que reconheça e proteja as diferenças individuais, a diversidade e a pluralidade como condição de estar no mundo, combatendo ideologias, posturas e estruturas socioeconômicas e políticas que segregam, silenciam e tornam invisíveis grupos diferenciados de padrões sociais estereotipados (modelo ocidental, burguês, capitalista, masculino, branco, heterossexual); criação de espaços de informação sobre direitos humanos para conscientização e mobilização da população, visando a transformar a realidade de desigualdade: espaço na mídia, centros de informação, apoio e acompanhamento com busca pró-ativa e equipe capacitada, disque-denúncia local.

11 – Criação de centros de referência multidisciplinares, ou reconhecimento e estímulo aos que já existam, voltados para o tratamento de pessoas com deficiências e moléstias de média e alta complexidade, que assegurem assistência integral a pacientes acometidos de síndromes não reconhecidas pelo Estado – como já ocorre no Estado de São Paulo, que trata a hipertensão arterial pulmonar e a anemia falciforme sob o regulamento da Resolução SS 321, de 30/10/2007 –, incentivando-se o desenvolvimento de pesquisas e o aprimoramento tecnológico.

12 – Revisão dos critérios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), quanto ao contexto socioeconômico familiar, independentemente da renda, e à possibilidade de acúmulo de benefícios.

13 – Implementação de uma política de acessibilidade, em conformidade com a legislação vigente, visando garantir às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida o direito à cidadania plena.

14 – Realização de gestões junto ao Congresso Nacional para que regulamente o imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição Federal, como medida para reduzir as desigualdades.

15 – Garantia do caráter laico do poder público, combatendo as concepções e práticas que, dentro da esfera pública, estão atreladas a visões conservadoras, pautadas no fundamentalismo religioso que "naturaliza" as diferenças sexuais, hierarquizando homens e mulheres e, por conseguinte, os atributos socialmente considerados masculinos e femininos.

16 – Ampliação dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), garantindo sua implantação em todos os Municípios, com funcionamento em articulação intersetorial, para atendimento e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade (pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, idosos, transplantados, moradores de rua, LGBT, crianças, adolescentes, jovens, refugiados e imigrantes).

17 – Implementação de uma política pública de desenvolvimento que leve em conta diferenças regionais (socioeconômicas, culturais), contemplando os Municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), especialmente os da região do Baixo Jequitinhonha, mediante a supressão ou a redução de taxas e impostos e também programas para atendimento de necessidades básicas, como moradia, alimentação, vestuário, geração de renda.

18 – Implementação, nos Municípios e no Estado, dos planos de erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador, da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, do atendimento socioeducativo de adolescentes em conflito com a lei e do enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

19 – Criação, no âmbito estadual, do Centro de Apoio aos Refugiados Políticos e Imigrantes, em conformidade com a Lei Federal nº 9.474, de 1997.

20 – Fiscalização da aplicação das normas de segurança para o embarque e desembarque de passageiros estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), visando facilitar o acesso aos usuários, conforme suas necessidades, bem como assegurar o direito à gratuidade para pessoas com deficiência.

21 – Implementação e efetivação de política pública (municipal, estadual e federal) que respeite os saberes tradicionais, inserindo as parteiras, rezadeiras e benzedeiras como agentes de saúde, respeitada a diversidade religiosa.

22 – Encaminhamento aos demais Conselhos Estaduais, pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, das deliberações afetas às outras políticas (assistência social, educação, saúde, cultura, etc.), solicitando-lhes apoio e o compromisso de divulgar, defender e adequar as políticas estaduais às deliberações da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos.

Grupo de Trabalho 2

Violência, Segurança Pública e Acesso à Justiça

23 – Efetivação do controle social, através de conselhos de direitos humanos, para garantia de orçamento que possibilite a realização das políticas voltadas para cada segmento, os meios jurídicos de acesso à justiça, a segurança pública e o combate à violência, já presentes na Constituição Federal e nas diversas normas legais.

24 – Apoio às associações e grupos de familiares de pessoas em privação de liberdade e de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, conferindo-lhes voz nas decisões sobre as políticas de segurança pública e fornecendo-lhes oficinas psicossociais e afins, para estimular a participação da família na recuperação e ressocialização; participação das entidades de classe, dos movimentos sociais, dos operadores do Direito e das universidades na realização de visitas e inspeções, efetivando o controle social nos estabelecimentos prisionais e centros socioeducativos; coibição de práticas abusivas na revista; garantia às presas do direito à visita íntima; fomento ao controle social da política de segurança pública; e estímulo à criação de conselhos da comunidade em todas as comarcas do Estado.

25 – Investimento na Defensoria Pública, visando ao cumprimento da lei que prevê o número de 1.200 cargos de defensores públicos para o Estado, para garantir aos pobres o acesso eficaz à justiça, em todas as comarcas mineiras; garantia de existência, em cada presídio e centro socioeducativo, de defensores públicos em número suficiente para atendimento aos presos e adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade, de acordo com a lotação do estabelecimento; apoio às associações e grupos da sociedade civil que visem à proteção e garantia dos direitos dos grupos socialmente vulneráveis; criação de condições de acesso eficaz à justiça, com qualidade.

26 – Articulação e construção, pelo Estado, de Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (Apacs) em Belo Horizonte – pelo menos uma feminina e três masculinas –, buscando uma gestão integrada dessa política para a Região Metropolitana e para todo o Estado.

27 – Cumprimento da Lei de Execução Penal (Lei 7.210, de 1984) e da Lei Estadual 12.936, de 2008, que estabelece o limite de 170 presos por estabelecimento prisional; implementação, no Estado, de uma política criminal e prisional contrária a qualquer tipo de privatização da execução penal, no tocante à assistência jurídica, psicológica e social, e à abertura, no âmbito das parcerias público-privadas, ao capital estrangeiro; e aplicação do atual Procedimento Operacional Padrão (POP).

28 – Cumprimento da Lei de Execução Penal e da Lei Estadual nº 12.936, de 2008, com atenção para o melhoramento das instalações prisionais no Norte de Minas, especialmente a cadeia pública de Montes Claros, com observância das condições da mulher presa.

29 – Efetivação das políticas públicas de atenção à população privada de liberdade, segundo as diretrizes do Plano Estadual de Segurança Pública e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), assegurando-se a remição de pena, através do ensino formal, para pessoas que tenham passado pelo sistema prisional e se encontrem em regime aberto, meramente condicional, ou prisão domiciliar, reconhecendo-se a educação como um dos caminhos para alcançar a integração social; garantia, pelos municípios, das vagas necessárias para atender a esse público; e criação de lei de incentivo fiscal de ISSQN para empresas que contratarem egressos do sistema e moradores de rua.

30 – Qualificação, valorização e permanente acompanhamento psicossocial dos servidores públicos e operadores das áreas de segurança pública e patrimonial, defesa social, justiça, saúde, educação e assistência social, incluindo os voluntários, para uma atuação na perspectiva dos direitos humanos, em especial no tratamento das pessoas em situação de rua e no atendimento das denúncias relacionadas à intolerância religiosa, à orientação sexual e à identidade de gênero; apoio a associações e grupos de amigos e familiares desses profissionais.

31 – Instituição, nas comissões que serão constituídas no âmbito da Federação, do Estado e dos Municípios, de mecanismos de cooperação para integrar as ações operacionais das Polícias Militar e Civil, gerando mais transparência nessas ações e mais eficiência na segurança pública.

32 – Criação de programas de capacitação pessoal e profissional, com garantia de recursos, para as pessoas diretamente envolvidas nos casos de violência (vítimas, denunciantes, denunciados, população carcerária e familiares) e para os profissionais que trabalham com prevenção e combate à violência; aumento da qualificação dos servidores públicos das áreas de segurança e justiça, para atendimento às mulheres e minorias vitimadas, assegurando-se que o atendimento nas delegacias de mulheres seja feito por uma policial feminina em cada turno.

33 – Reestruturação do sistema judiciário no que se refere a recursos humanos, para atendimento à demanda da população, com maior agilidade no atendimento aos processos judiciais referentes ao idoso, criança, adolescente e jovem, pessoa com deficiência, com doenças graves e/ou infecto-contagiosas, população de rua, internos ou usuários de hospitais psiquiátricos, manicômios judiciais e do sistema prisional; ampliação da equipe interprofissional destinada a assessorar a justiça da infância e da juventude; criação de juizados especiais itinerantes, em todas as esferas, de ouvidoria no âmbito do Poder Judiciário, de Varas da Infância e da Juventude nos municípios mineiros, especialmente em Ipatinga; e implantação da Justiça Restaurativa no Estado, com profissionais qualificados e concursados e esclarecimento à população sobre seu funcionamento.

34 – Responsabilização, por parte do Estado e da União, pelo custeio integral da segurança pública e pela capacitação continuada, integração e valorização dos servidores públicos das áreas de segurança, justiça e defesa social, proporcionando-lhes condições dignas de trabalho e remuneração.

35 – Implementação de ações de conscientização continuada, com base no respeito à diversidade, levando para as escolas a importância da cidadania; divulgação, nos diversos equipamentos públicos, de artigos e/ou referências sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal, em sintonia com as políticas de saúde, educação, assistência social, prevenção e combate à violência e outras; divulgação, nos espaços de maior concentração e pernoite das pessoas em situação de rua, dos órgãos de defesa de direitos humanos; divulgação, nos órgãos e serviços municipais, das leis e políticas relacionadas à violência e à segurança pública, visando instruir e capacitar agentes, técnicos, conselheiros, gestores e policiais sobre esses temas; fortalecimento dos órgãos e espaços democráticos que permitam à população fiscalizar a política de segurança pública.

36 – Criação de grupo multidisciplinar e intersetorial para fazer visitas e inspeções, propor e acompanhar modificações nos espaços de cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, junto com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), a exemplo dos Centros de Internação Provisória; concretização dos Centros Regionais de Medidas Socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei; efetivação do Centro de Atendimento Integrado; e aumento do número de defensores públicos para atendimento na área da infância e da juventude.

37 – Investimento em programas e/ou campanhas de combate ao extermínio programado da juventude negra e da população de rua, incluindo ações efetivas de proteção a testemunhas, vítimas e seus familiares e, quando for o caso, à reintegração comunitária.

38 – Investimento em programas de prevenção e combate à violência domiciliar, em especial a que envolve crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos e LGBTs, com ampliação e divulgação desses programas, visando ao tratamento terapêutico da família antes da criminalização, e incentivo a ações educacionais e preventivas que visem reduzir o número de acidentes e de mortes no trânsito.

39 – Garantia de recursos e incentivos municipais, estaduais e federais para atendimento a crianças, adolescentes, população de rua, indígenas, profissionais do sexo e outros grupos vulneráveis, com vistas ao combate às drogas, e para construção de casas de abrigo para vítimas de violência, com profissionais concursados para trabalhar nas mesmas.

40 – Realização de diagnóstico das causas da violência e mapeamento, nos Municípios, dos pontos e dos índices de violência, para que possam ser aplicadas as devidas providências no âmbito da segurança pública; e planejamento das ações de defesa dos direitos humanos.

41 – Integração e divulgação das políticas, dos órgãos e das entidades que atuam na prevenção do envolvimento do adolescente com o crime, contando com o comprometimento dos profissionais e do Estado e com a ampliação da rede de proteção do adolescente em risco no Norte de Minas.

42 – Criação de programas municipais, estaduais e federais de combate à discriminação e à violência contra o público LGBT e todos os grupos sociais vulneráveis, especialmente negros, população de rua, profissionais do sexo e povos indígenas.

43 – Criação de uma política criminal e prisional para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e para todo o Estado, a partir do protagonismo social, garantindo maior interação na concepção e implantação dessa política.

44 – Aumento do número de profissionais de áreas afins para trabalhar com a temática da violência, segurança pública e acesso à justiça, em todos os municípios do Estado.

45 – Destinação de recursos, pela Secretaria de Estado de Defesa Social e Tribunal de Justiça, para implantação de residências terapêuticas para portadores de sofrimento mental infratores, egressos do sistema prisional e sem vínculo familiar; estabelecimento de parcerias com a Secretaria de Estado de Saúde para tratamento dos mesmos; estadualização, pelo Tribunal de Justiça, do PAI – PJ; e não-utilização, pela Justiça, das medidas de segurança, pois elas representam prisão perpétua, o que é vedado pela Constituição Federal de 1988.

46 – Divulgação, para toda a população, dos órgãos de defesa dos direitos humanos, em especial o Centro Regional de Proteção à Mulher, e criação de órgãos e serviços voltados para os segmentos mais vulneráveis da região Noroeste.

47 – Fortalecimento dos grupos de atenção e das políticas de enfrentamento ao tráfico de órgãos e de seres humanos, priorizando a fiscalização das listas de transplantes e de doações de órgãos.

Grupo de Trabalho 3

Pacto Federativo, Responsabilidade dos Três Poderes,

do Ministério Público e da Defensoria Pública

48 – Fomento e adoção de medidas legislativas e administrativas nacionais, por parte dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, visando ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil em pactos e convenções internacionais de direitos humanos, bem como das sentenças e decisões dos órgãos dos sistemas internacionais de promoção e proteção de tais direitos; edição de atos normativos para adequação regional de tais medidas, com o fito de cumprir as disposições internacionais e nacionais acerca da promoção dos direitos humanos e criação de novo estatuto do índio.

49 – Promoção, pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, de capacitação permanente sobre a temática dos direitos humanos para seus servidores e membros e para a sociedade civil, a fim de capacitá-los para o trato de questões relacionadas a tais direitos.

50 – Elaboração, pelo Poder Executivo estadual, de planos de ação anuais para implementação e monitoramento do Plano Mineiro de Direitos Humanos (PMDH), com participação da sociedade civil, definindo prazos, metas e recursos orçamentários, e apresentação de relatórios anuais sobre essa implementação, que deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, principalmente no que tange à execução de programas governamentais e fundos públicos que tenham relação direta com o PMDH.

51 – Exigência, junto aos poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal, da criação de fundos de direitos humanos, para investimento nas políticas de proteção, promoção, defesa e reparação desses direitos, levando-se em consideração a sua interdependência e o caráter intersetorial das políticas públicas.

52 – Garantia e fortalecimento, pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, das políticas de efetivação e defesa dos direitos humanos no âmbito interno dos respectivos órgãos públicos, dando concretude às medidas do PNDH e do PMDH

que lhes são afetadas, através da alocação de recursos, previamente contemplados nos orçamentos destinados a tais organismos, e ampla divulgação do PNDH e do PMDH.

53 – Criação, instalação e manutenção de Defensoria Pública em todas as comarcas e subseções onde não exista, e reestruturação e fortalecimento das existentes, como instrumento de acesso à Justiça e efetivação dos direitos humanos, com dotação orçamentária própria, com percentual assegurado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

54 – Realização de campanha institucional com o objetivo de esclarecer ao cidadão a função e atuação de cada um dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, facilitando o seu acesso aos órgãos citados.

55 – Estabelecimento, pelo INSS, de critérios objetivos a serem considerados na concessão e na revisão de benefícios previdenciários e assistenciais, determinando-se que médicos peritos elaborem seus laudos de forma fundamentada, com indicação dos critérios técnicos adotados para a sua conclusão.

56 – Incentivo à criação e fortalecimento de Conselhos e/ou Ouvidorias e Coordenadoria de Direitos Humanos, com representatividade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em articulação com os demais conselhos setoriais, dotando-os de espaço e infra-estrutura física adequada para atendimento à população, com financiamento da respectiva esfera governamental à qual pertence.

57 – Criação, pelo Poder Judiciário, de mutirões para agilizar os julgamentos pendentes, priorizando-se os processos de execução penal.

58 – Cumprimento, por parte do governo de Minas e das prefeituras municipais, das responsabilidades quanto ao reconhecimento das populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos, povos indígenas) e implementação de políticas públicas para essas populações.

59 – Comprometimento de todos os setores envolvidos – sociedade civil, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública – na implementação de programas e ações de promoção, garantia e efetivação dos direitos humanos relativos à criança, ao adolescente, ao jovem, ao idoso, à mulher, ao segmento LGBT, à pessoa com deficiência, à comunidade negra e à população de rua.

60 – Cumprimento da legislação vigente, fortalecendo-se as instâncias de controle social, dando-se publicidade a todas as discussões, atos e ações pertinentes à garantia de direitos humanos, e acionando, quando necessário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

61 – Regulamentação da intersetorialidade entre as políticas sociais e urbanas, promovendo discussões conjuntas entre gestores responsáveis pelas mesmas, tendo como eixo orientador os princípios fundamentais (dignidade humana, não-discriminação de qualquer espécie, cidadania, respeito à integridade física e moral, valorização da diversidade, participação popular), e eliminação de práticas higienistas (agressões, humilhações praticadas por fiscais e guardas municipais, retirada de pertences, etc.), bem como fortalecimento da intersetorialidade das políticas por meio de encontros, seminários, fóruns, grupos de trabalho e outros mecanismos, e disponibilização de recursos para participação de povos indígenas e comunidades tradicionais em eventos.

62 – Promoção, nas esferas de administração municipal, estadual e federal, de programas, projetos e ações de formação na área LGBT, que visem à sensibilização e tenham um papel pró-ativo na prevenção das práticas preconceituosas e discriminatórias presentes no setor público.

63 – Criação, nas três esferas de governo, de mecanismos que garantam ao órgão gestor de políticas de direitos humanos a alocação de recursos (humanos, físicos e financeiros para sustentabilidade dos trabalhos) em seus devidos fundos, para a execução dessas políticas.

64 – Estabelecimento de mecanismo de transparência no uso dos recursos públicos, principalmente daqueles vinculados às políticas sociais.

65 – Revisão do modelo de repasse de verbas federais para os Municípios que envolva as políticas públicas sociais (saúde, educação, assistência social, saneamento básico, etc.) e culturais, para otimizar os investimentos no desenvolvimento da sociedade, reforçando e qualificando os Conselhos de Controle Social.

Grupo de Trabalho 4

Educação e Cultura em Direitos Humanos

66 – Potencialização das ações em educação e cultura contidas no Plano Mineiro de Direitos Humanos de dezembro de 2001, com recorte em: questão de gênero; saúde da mulher; população negra; pessoas com deficiência; criança, adolescente, jovem, adulto e idoso; comunidades tradicionais; povos indígenas; portadores de HIV; usuários de drogas; política cultural e direito à memória; política de desenvolvimento ambiental; população de rua; segmento LGBT; portadores de anemia falciforme (Leis n.º 10.639 e n.º 11.645); portadores de sofrimento mental (Lei n.º 11.802, de 1995 – que dispõe sobre a promoção da saúde e da reintegração social do portador de sofrimento mental; determina a implantação de ações e serviços de saúde mental substitutivos aos hospitais psiquiátricos e a extinção progressiva destes; regulamenta as internações, especialmente a involuntária, e dá outras providências).

67 – Implementação, pelas Secretarias de Estado de Cultura, de Educação, de Saúde e de Desenvolvimento Social, das políticas públicas apresentadas nos congressos, conferências, fóruns, seminários e demais espaços de debate, em parceria ou não com o Estado, para que os itens descritos na Proposta n.º 66 sejam urgentemente efetivados.

68 – Formação e capacitação dos agentes de saúde do SUS como educadores em educação e cultura em direitos humanos, com referência aos itens citados na Proposta n.º 66, principalmente no que se refere à deficiência mental, garantindo-se a formulação de material didático, inclusive em braille e Libras, e sua distribuição para a população, através das unidades básicas de saúde.

69 – Formação e capacitação dos profissionais que atuam na educação formal e informal (oficineiros), desde a educação infantil até o ensino universitário, nas escolas privadas e públicas, bem como garantia de material didático-pedagógico para que ações referentes à "educação da diversidade" se tornem prática constante no espaço escolar e sejam respeitadas as Leis n.ºs 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008.

70 – Fomento, junto às comunidades tradicionais, rurais e urbanas, à formação e capacitação em direitos humanos, nos projetos de extensão em educação popular.

71 – Facilitação do acesso tecnológico, visando à formação e informação dos agentes sociais vinculados aos direitos humanos.

72 – Inserção, nos cursos universitários públicos e privados, de estudos transversais sobre direitos humanos, em seus recortes de gênero, etnia, geração, orientação sexual, identidade de gênero, povos indígenas, comunidades tradicionais, população de rua e demais grupos vulneráveis.

73 – Criação de fundos para realização de programas e projetos de educação ambiental, adaptados e dirigidos aos diversos públicos e segmentos sociais específicos, capacitando-se agentes para essa finalidade, tendo em vista a inclusão social.

74 – Potencialização e aproveitamento de espaços de discussão na sociedade e intercâmbio de informações sobre os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, visando ao pleno reconhecimento de seus membros como cidadãos brasileiros, na perspectiva da igualdade de direitos.

75 – Criação de uma rede de garantia de acesso e permanência do público LGBT no ambiente escolar, por meio de equipes volantes que possam visitar as escolas, servindo de mediadores entre estudantes, corpo docente, gestores e comunidade; promovendo atividades regulares e cursos de formação/capacitação; ampliando e aprofundando a abordagem para incluir as relações de gênero e enfrentar a heteronormatividade presente no conteúdo e nas relações escolares; e incentivando campanhas de combate à homofobia e à discriminação de gênero, raça, diferenças sociais e sexuais.

76 – Sensibilização dos profissionais de educação e dos diversos meios de comunicação para as questões referentes às pessoas em situação de rua, entre outras, considerando o trabalho realizado em São Paulo pela Organização Civil de Ação Social (Ocas).

77 – Ampliação da discussão sobre a formação do Comitê Mineiro de Educação em Direitos Humanos, com abrangência para todas as regiões de Minas, e garantia de participação de instituições que tenham ações exitosas em educação e direitos humanos no Estado.

78 – Inclusão, no orçamento do Estado, de recursos que garantam oferta da escola de tempo integral, com profissionais capacitados e valorizados e infra-estrutura adequada.

79 – Incentivo à melhoria da educação através do atendimento à saúde para alunos em situação de vulnerabilidade e para professores, em escolas públicas, através de equipes multidisciplinares compostas por psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, psicopedagogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, educadores físicos e assistentes sociais.

80 – Garantia do direito à educação, em todos os níveis de ensino, para a população carcerária, em cumprimento à Constituição Federal de 1988 e à Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 1984), devendo a Defensoria Pública – instituição responsável pela assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita aos hipossuficientes – ser informada da relação de todos os detentos que se encontram matriculados nas escolas situadas nas unidades prisionais dos Estados, para que seja pleiteada, perante o Poder Judiciário, a remição da pena pela educação, nos moldes da remição pelo trabalho.

81 – Articulação, através de um processo educativo, da comunidade com os conselhos, que devem ser paritários e constituídos com fundos, para viabilizar o acesso às políticas públicas principalmente para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

82 – Garantia, através de leis, de espaços na imprensa, com tecnologia assistiva, para divulgação de campanhas educativas acerca dos direitos humanos.

83 – Garantia de atendimento imediato, em instituições de Educação Infantil regularizadas de acordo com as leis educacionais, às crianças de 0 até 5 anos e 8 meses, em especial àquelas cujos pais vivam no limiar da pobreza e abaixo dela, moradores de aglomerados ou não.

84 – Garantia de educação de qualidade aos adolescentes, jovens e adultos em situação de defasagem escolar, incluindo os egressos do sistema prisional, povos indígenas, comunidades tradicionais, profissionais do sexo e população de rua (esses últimos dispensados da comprovação de residência e da apresentação de documentos), através de cursos de EJA com uma proposta pedagógica que atenda às suas necessidades e lhes assegure cidadania plena e inserção social.

85 – Criação, pelo governo do Estado de Minas Gerais, de mecanismo que possibilite a matrícula de refugiados políticos em universidades estaduais, atendendo ao disposto no art. 44 da Lei 9.474, de 1997, que diz que o ingresso de refugiados a universidades deve ser facilitado.

86 – Confirmação, por este grupo e por esta conferência, do respeito aos princípios da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e à emenda constitucional recém-aprovada no Congresso Nacional.

Grupo de Trabalho 5

Interação Democrática entre o Estado e a Sociedade Civil

87 – Fortalecimento dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos Humanos e criação, onde não houver, de Conselhos Estaduais e Municipais, compostos paritariamente por membros da sociedade civil e do poder público, dando-lhes autonomia e infra-estrutura e imputando-lhes a atribuição de cobrar dos Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), do Ministério Público e da Defensoria Pública a efetivação de políticas concretas de apoio às organizações da sociedade civil, movimentos sociais, lideranças comunitárias, com ênfase na defesa e efetivação dos direitos humanos e com recorte nas questões de etnia, gênero, LGBT, pessoas com deficiência, pessoas em privação de liberdade, pessoas com sofrimento mental, crianças, adolescentes e idosos, população de rua e comunidades tradicionais, criando-se ainda cursos de formação e capacitação dos servidores e dos integrantes dos grupos sociais acima descritos nas matérias relacionadas ao pleno exercício da cidadania, com a efetiva fiscalização da implementação dessas políticas.

88 – Criação e/ou fortalecimento, na estrutura interna dos Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), do Ministério Público e da Defensoria Pública, de órgãos cuja finalidade seja o apoio comunitário, com ênfase na defesa e efetivação dos direitos humanos e com recorte nas questões de etnia, gênero, LGBT, liberdade de crença, cultura e religião, pessoas com deficiência, pessoas com sofrimento mental, pessoas em privação de liberdade, população de rua, crianças, adolescentes e idosos.

89 – Criação, com amplo debate entre a sociedade civil e o poder público, de leis federal, estadual e municipal de radiodifusão comunitária, bem como criação e destinação de recursos para formação de uma rede de comunicação cidadã, englobando um programa de formação de comunicadores populares.

90 – Criação de fundos federal, estaduais e municipais de direitos humanos que tenham por objetivo fomentar e financiar entidades

comprometidas com a promoção dos direitos humanos.

91 – Garantia, pelos três Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, de que os movimentos sociais, líderes comunitários e representantes de organizações da sociedade civil com atuação em direitos humanos e defesa da cidadania, com recorte nas questões de etnia, gênero, LGBT, liberdade de crença, cultura e religião, pessoas com deficiência, pessoas com sofrimento mental, moradores de rua, pessoas em privação de liberdade, crianças, adolescentes e idosos, não sejam criminalizados por atos ou manifestações legítimas de defesa da cidadania, desde que respeitadas a ordem e a moral.

92 – Garantia, através de mecanismos legais, de no mínimo 3% do horário da mídia aberta para dar voz aos movimentos sociais.

93 – Fortalecimento da participação popular nas instâncias de controle social das políticas públicas relacionadas aos direitos humanos e das demais políticas.

94 – Criação, pelos Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, de políticas de apoio a todas as redes de organizações e instituições que atuam na defesa e efetivação dos direitos humanos, incentivando seu fortalecimento e integração, bem como criando novas redes, com a implementação de uma política concreta de apoio a todos os atores envolvidos nessa modalidade de atuação, mas assegurando e respeitando, de forma ampla e irrestrita, a plena autonomia das redes em relação ao poder público.

95 – Garantia, pelos meios de comunicação, em todas as suas modalidades, de espaço adequado à divulgação das matérias relacionadas à defesa e efetivação dos direitos humanos, com recorte nas questões de etnia, gênero, LGBT, liberdade de crença, moradores de rua, cultura e religião, pessoas com deficiência, pessoas com sofrimento mental, pessoas em privação de liberdade, crianças, adolescentes, jovens, idosos, bem como dos tratados e convenções internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, devendo os três Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), o Ministério Público e a Defensoria Pública recomendar aos veículos de comunicação que construam uma política efetiva e continuada de mídia voltada para a conscientização e educação de todos os segmentos da sociedade quanto aos direitos humanos, garantida a liberdade de imprensa.

96 – Garantia de participação descentralizada no Conedh-MG, assegurando-se a representação de membros da sociedade civil das 13 macrorregiões do Estado, em processo eletivo aberto, participativo e democrático, de forma a se superar o caráter metropolitano que tem hoje o Conselho.

97 – Maior integração entre o Estado e os conselhos, divulgando-se nos Municípios a importância de implantá-los e implementá-los, fortalecendo o Conselho Estadual com estrutura suficiente de acompanhamento e fiscalização, para evitar a manipulação dos governos locais e garantir capacitação continuada e autonomia aos conselheiros.

98 – Fortalecimento dos movimentos sociais, para potencializar os espaços de luta pelos direitos já garantidos.

99 – Criação de um fórum permanente inter-religioso contra a intolerância religiosa, com a participação do Estado e da sociedade civil.

100 – Criação de conselhos municipais, estaduais e federais de promoção da cidadania LGBT, compostos por representantes de órgãos públicos e membros do movimento LGBT, que permitam a criação, execução e controle conjunto das políticas públicas voltadas para esse segmento.

101 – Criação, com a participação do poder público e da sociedade civil, de agenda permanente sobre direitos humanos, incluindo fóruns, debates, etc., acessível a todo cidadão, garantindo que o Estado seja o maior provedor dessa política pública, com divulgação em locais públicos de fácil acesso e visibilidade para a população.

102 – Maior visibilidade aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, por meio do debate e da análise dos contra-informes da sociedade civil relativos ao Pacto Internacional dos Direitos Humanos (Pidesc), paralelamente ao informe oficial que o Brasil apresenta anualmente ao Comitê Desc/ONU, como Estado membro do Pidesc, mobilizando entidades e pessoas para participarem desse trabalho.

103 – Criação de conselhos municipais e estaduais de cidadania e direitos humanos, garantindo-lhes o efetivo controle social, por meio da fiscalização dos recursos destinados às políticas públicas, com composição paritária entre Estado e sociedade civil e participação de grupos e indivíduos engajados na proteção e promoção dos direitos humanos, mesmo que não estejam respaldados por entidades.

104 – Incentivo à participação da sociedade civil, através dos vários conselhos municipais, estaduais e federais, articulados de forma a promover a construção de Agendas 21 locais, buscando a transversalidade entre as áreas em que atuam.

105 – Garantia de dotação orçamentária para investimento em programas, projetos e ações de direitos humanos, a serem monitorados pelos conselhos de direitos humanos, possibilitando a efetivação do controle social.

106 – Realização de conferências municipais, estaduais e nacional de direitos humanos com periodicidade bienal, garantindo espaço para a eleição dos conselhos respectivos, promovendo seu fortalecimento e transparência do processo de eleição, sem prejuízo para as discussões essenciais dessas conferências.

Grupo de Trabalho 6

Desenvolvimento e Direitos Humanos

107 – Desenvolvimento de uma política de prevenção e mediação de conflitos urbanos por meio do mapeamento e identificação de tipologias de casos de conflitos fundiários urbanos e do estabelecimento de programas de regularização fundiária e habitação de interesse social, para que o Estado, em todas as suas instâncias, ouvidos e respeitados os movimentos populares e as entidades organizadas, garanta à população os seus direitos constitucionais fundamentais, dentre eles o direito à moradia adequada e ao saneamento, e o cumprimento da função social da propriedade e da cidade.

108 – Imediata revisão do Plano Diretor Municipal, com efetiva participação dos movimentos populares, de modo a garantir a implementação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, em especial o IPTU progressivo e a desapropriação dos imóveis abandonados para fins de moradia popular, com a implantação dos programas de habitação popular a baixo custo, priorizando-se famílias de diferentes modelos, com renda familiar de zero a três salários mínimos.

109 – Estruturação de sistemas de desenvolvimento econômico-social para a população rural, especificamente agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, cumprindo-se a função social da propriedade e priorizando-se a inclusão de grupos sociais em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, através das seguintes medidas: 1) fortalecimento da agricultura familiar com políticas públicas específicas; 2) realização da reforma agrária, valorizando-se a função social da propriedade nas dimensões ambiental, econômica e a legalidade das relações de trabalho, garantido posterior acompanhamento ao agricultor (fornecimento de infra-estrutura e condições para o seu estabelecimento), dando prioridade às famílias acampadas e em luta pela terra; 3) promoção dos direitos à habitação, ao saneamento ambiental e à titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, com investimento em recursos orçamentários e humanos nas políticas estadual e federal de titulação e regularização das terras quilombolas, a fim de preservar esses territórios e os direitos humanos de seus ocupantes, bem como de promover seu etnodesenvolvimento; 4) promoção do direito à regularização fundiária das terras dos atingidos por barragem e à titulação das terras de posse dos agricultores familiares; 5) garantia do acesso à água de qualidade, incluindo o uso difuso para produção; 6) garantia de assistência técnica e extensão rural pública e gratuita a todos os agricultores familiares e suas categorias; 7) regulamentação da monocultura.

110 – Garantia de diretrizes e de recursos em orçamento para conhecer, criar e fortalecer territórios e povos tradicionais indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros, bem como para a demarcar seus territórios e implementar outros direitos e garantias seus.

111 – Implantação, na área rural, de projetos ecologicamente sustentáveis, adotando, preferencialmente, o plantio de árvores frutíferas para diminuição do impacto ambiental, proteção do solo e reflorestamento, bem como garantindo aos produtores mais assistência técnica e administrativa, insumos subsidiados e preço mínimo das mercadorias e promovendo a capacitação de jovens e adultos para a diversificação de plantio e o manejo ecológico, de forma a oferecer melhor qualidade de vida ao morador do campo e evitar o êxodo rural.

112 – Desenvolvimento e fortalecimento dos programas de geração de trabalho e renda e de reforma agrária, considerados estratégicos e estruturantes para a promoção da segurança alimentar e nutricional, criando-se reservas de segurança alimentar nas propriedades de monocultura bioenergética e de celulose; desenvolvimento de ações e políticas que busquem: 1) a potencialização do sistema de vigilância alimentar e nutricional; 2) a formação em educação alimentar das comunidades para adoção de hábitos de alimentação e estilo de vida saudáveis; 3) o fomento a programas de agricultura familiar articulados em redes de produção e consumo, principalmente no perímetro periurbano, associado a programas de capacitação técnica e administrativa, com o fornecimento de insumos subsidiados; 4) a isenção tributária para produtos da cesta básica e a regulamentação dos critérios de incineração dos alimentos estocados para fins de manutenção de preços, de maneira a destiná-los à alimentação de famílias carentes; 5) a implementação de políticas que garantam a segurança alimentar e nutricional, com criação de zonas de segurança alimentar em áreas de vulnerabilidade social.

113 – Aprimoramento e criação de programas que permitam alcançar, ouvidos e respeitados os movimentos populares e as entidades organizadas, o pleno emprego, o trabalho decente e a elevação do nível de vida; criação de maiores possibilidades e perspectivas de emprego, crescimento e renda para todos, sobretudo através de educação pública e gratuita de qualidade, da base ao ensino superior, bem como dos cursos técnicos e profissionalizantes; desenvolvimento de programas nacionais de proteção básica para os trabalhadores, preservando a segurança e saúde no trabalho e programas de formação profissional e de geração de emprego para jovens; maior vigilância e fiscalização no que concerne à defesa dos direitos da criança, do adolescente e de todo cidadão em geral contra o trabalho compulsório; promoção da igualdade de gênero e raça, respeitada a orientação sexual, punindo qualquer forma de discriminação no trabalho; fortalecimento das políticas públicas que visem à eliminação da discriminação de grupos em situação de vulnerabilidade social (segmento LGBT, pessoas com deficiência, mulheres, portadores de HIV, ex-presidiários, portadores de sofrimento mental, indígenas, negros e idosos, entre outros) no mercado de trabalho e à redução das desigualdades socioeconômicas.

114 – Criação de programas de educação profissional que fomentem a independência do público atendido pelo Programa Bolsa Família e demais programas de transferência de renda.

115 – Garantia de implementação do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e reformulação do mesmo, incluindo-se metas mais detalhadas quanto à prevenção do trabalho escravo, assim como um maior compromisso do setor empresarial no processo; definição da competência – se da Justiça Federal ou da Estadual – para julgar os crimes de trabalho escravo.

116 – Priorização do investimento em cooperativismo na agricultura familiar e economia solidária com sustentabilidade.

117 – Preservação socioambiental urbana, considerando a promoção de relações humanas harmônicas entre o meio ambiente natural e o artificial, garantindo-se a todos o direito a um ambiente sustentável.

118 – Obrigatoriedade de implantação, em todo o território nacional, de plano para preservação ambiental aprovado e financiado, como os de coleta seletiva, saneamento básico, infra-estrutura, reciclagem, aterro sanitário, criação de fossas sépticas e preservação de mananciais.

119 – Definição, nos planos plurianuais de governo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, de programas e ações voltados para a efetivação dos direitos humanos no modelo de desenvolvimento pessoal educativo e social, priorizando os segmentos em vulnerabilidade social, com implantação contínua, sistemática, articulada e integrada.

120 – Fortalecimento de políticas que estabeleçam punições ou sanções para agentes públicos e privados que firam a operação do sistema de garantia dos direitos humanos da pessoa e do cidadão.

121 – Garantia de diretrizes e recursos orçamentários para a criação e valorização dos espaços públicos de lazer e convivência social, priorizando áreas com forte adensamento urbano, sobretudo em suas periferias, com ampla garantia de acessibilidade.

122 – Implantação, nos Municípios, de uma política de acessibilidade, garantindo o direito de ir e vir do cidadão (transporte, urbanismo, Plano Diretor e Código de Obras).

123 – Implantação de passe livre para todos os estudantes, desempregados, portadores de HIV, portadores de sofrimento mental, população de rua e recém-egressos de unidades prisionais, com a municipalização do transporte público e a implementação de mecanismos normativos de coibição e desestímulo do uso de meios individuais de transporte.

124 – Ampliação das normas de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras, com a reintrodução, no ordenamento jurídico, da estabilidade prevista na Convenção nº 158 da OIT, e rejeição de qualquer proposta que vise à flexibilização dos direitos trabalhistas e ao fim do fator previdenciário.

125 – Criação imediata de câmaras de avaliação e pré-aprovação de projetos e de monitoramento dos impactos dos programas de desfavelização, com a participação efetiva dos movimentos populares, dos representantes das comunidades atingidas e da Defensoria Pública.

126 – Criação, no âmbito da Subsecretaria de Direitos Humanos, nos moldes da Lei Federal nº 9.474, de 1997, de programa de apoio, acolhida e reassentamento de refugiados políticos, garantindo-lhes a assistência humanitária necessária e o acesso a programas de qualificação e requalificação profissional e de incentivo ao trabalho e à geração de renda, bem como aos programas de moradia e ao crédito.

Grupo de Trabalho 7

Direito à Verdade e à Memória

127 – Reconhecimento das inconstitucionalidades contidas na Lei nº 11.111, de 2005 (sigilo eterno) junto aos tribunais competentes e reforço à campanha do abaixo-assinado que propõe sua revogação e a abertura irrestrita dos arquivos da repressão; garantia do direito a verdade e memória, por meio de uma nova legislação que garanta a efetiva publicização das informações de documentos de interesse da cidadania sob a guarda do Estado, com abertura dos arquivos das polícias, das Forças Armadas e do poder público, com ênfase na repressão política, estruturação, apoio e sustentação do golpe militar; e publicização dos arquivos referentes ao período da ditadura militar, com apoio das organizações que lutam pelo direito à verdade e à memória dos perseguidos pelo regime da época.

128 – Luta pela construção e criação, com participação da sociedade civil organizada, de uma Comissão Nacional de Verdade e Justiça, que tenha na sua centralidade o esclarecimento circunstanciado e a responsabilização dos crimes da ditadura.

129 – Julgamento, conforme as leis internacionais, de todas as pessoas que praticaram crimes contra a humanidade e os direitos humanos.

130 – Levantamento dos torturadores e assassinos de presos políticos em todo o território nacional na época da ditadura militar, tendo como perspectiva as ações declaratórias de reconhecimento, pela União, das responsabilidades daqueles que cometeram esses crimes e a organização de tribunais populares simulados sobre os crimes da ditadura e a permanência da tortura como instituição no Brasil.

131 – Levantamento das graves violações de direitos humanos praticadas nos hospitais psiquiátricos e exigência de eficácia dos processos em andamento, referentes a maus-tratos, torturas e mortes perpetradas nesses hospitais, bem como de indenização das vítimas.

132 – Urgência na apuração, por parte de autoridades competentes, de casos de chacina, desaparecimentos forçados e execuções sumárias, e punição exemplar aos culpados.

133 – Abertura imediata dos arquivos sobre as ações de tortura e extermínio praticadas pela polícia contra os povos indígenas do Brasil na Fazenda Guarani, em Carmésia, e demais massacres de nações indígenas acontecidos em Minas Gerais.

134 – Resgate das tradições africanas e afrodescendentes – incluindo a história de repressão contra essas comunidades, o mapeamento e a regularização das dezenas ou centenas de comunidades negras e quilombolas existentes no território mineiro – e da história da formação do Estado de Minas, na perspectiva de resistência desse povo, bem como garantia, pelos órgãos competentes da administração pública nas esferas municipal, estadual e federal, de implantação da Lei nº 10.639, de 2003, em escolas públicas e privadas, com capacitação de profissionais de educação; implementação, em regime de urgência, de programas de recuperação de trechos perdidos na história, como os referentes a comunidades quilombolas e igrejas abandonadas, e tombamento de casarões antigos e de fazendas de senhores de escravos que merecem preservação; investimento em projetos de memória viva como casas de cultura, museus, teatros, bandas municipais e escolas de música, com reserva de espaço para culto de matriz africana.

135 – Incentivo e apoio à campanha Memória e Verdade como Direitos Humanos, criada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, e divulgação dessa campanha em todo o território de Minas Gerais.

136 – Criação, em Juiz de Fora, Ipatinga e outros municípios, do Instituto da Verdade e Memória, com infra-estrutura funcional e institucional (recursos humanos e materiais), um banco de dados em rede, acessível aos sujeitos sociais interessados em conhecer a verdade e a história, em contribuir com enriquecimento de dados e em utilizá-lo para pesquisa.

137 – Resgate e levantamento de ações, praticadas por agentes policiais, igrejas neopentecostais e outros segmentos cristãos, com participação da sociedade civil, contra religião de matriz africana, com a finalidade de identificar e punir os responsáveis pela prática do crime de intolerância religiosa.

138 – Proibição de ocupação de cargos públicos por torturadores e autoridades de Estado que tenham cometido crimes de lesa-humanidade e do uso de seu nome para denominar instituições públicas, mudando-se, ainda, o nome de patrimônios públicos, tais como ruas e praças, bem como de condecorações.

139 – Eliminação, dos patrimônios públicos tais como ruas e praças, e das condecorações, de nomes de torturadores e autoridades de Estado que tenham cometido crimes de lesa-humanidade; proibição de se nomearem instituições públicas homenageando criminosos de Estado, os quais, em vida, serão impedidos de ocupar cargos públicos.

140 – Garantia do direito à verdade, por meio de informações transparentes aos familiares e à sociedade em geral, sobre o estado físico e emocional dos presos.

141 – Levantamento de dados e resgate da memória histórica de luta do Movimento LGBT, com ênfase no combate aos assassinatos e repúdio à repressão, à discriminação e aos preconceitos sofridos pela população LGBT.

Moções

— Moção de apoio à Defensoria Pública:

Considerando que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais é instituição garantidora dos direitos humanos, desde a orientação, mobilização e informação até o efetivo acesso ao Judiciário, os delegados da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos apóiam e exigem do Governo do Estado de Minas Gerais a instalação e a estruturação da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em todas as Comarcas do Estado.

- Moção de repúdio da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos às atitudes do Poder Judiciário em relação a pessoas de classes diferenciadas, ferindo o art. 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Moção de repúdio ao governo dos Estados Unidos da América pela violação dos direitos humanos dos cinco heróis cubanos presos.
- Moção de apoio à 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, para incluir como eixo na 4ª Conferência o tema da auditoria da dívida pública.
- Tendo em vista que, nos quase 400 anos de escravidão, mais outros tantos anos de história brasileira, a questão da exclusão social dos indígenas, negros, caboclos e etnias causa desigualdades em um país que está entre as maiores economias do mundo e no qual a distribuição de renda não contempla 80% do povo, e mesmo com leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e as referentes ao meio ambiente, propomos uma moção de repúdio à redução da idade penal, que na verdade é um extermínio da população de jovens e adolescentes que não têm do Estado brasileiro proteção e acesso às mínimas condições de educação, saúde, dignidade, trabalho, renda e cidadania e são vítimas de violência, abuso sexual, racismo e exclusão social.
- Propomos a imediata revogação do Procedimento Operacional Padrão (POP) e discussão do mesmo, com ampla participação popular.
- Nós, participantes da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, reunidos no Plenário da Assembléia Legislativa, considerando que a Pastoral Carcerária no Estado de Minas Gerais é uma rede de trabalho contínuo e efetivo nas instituições penais de sua jurisdição, e que a assistência religiosa é de responsabilidade social de todos, vimos manifestar nosso repúdio à decisão do Exmo. Sr. Subsecretário de Estado de Assuntos Penitenciários, Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, de proibir a entrada da Pastoral Carcerária nos estabelecimentos penais de Juiz de Fora.
- Repudiamos as autoridades policiais que impediram a entrada da Irmã Beth na cadeia de Leopoldina, onde, há mais de uma década, desenvolve trabalho de educação, assistência religiosa, jurídica e de saúde aos recuperandos daquela unidade prisional.
- Repudiamos a atitude da Secretária de Estado de Educação, Sra. Vanessa, que não tem interesse em implementar, na rede estadual, a Lei Federal nº 10.639, de 2003, que obriga as escolas a trabalharem com a intersetorialidade e a transversalidade da história da população afrodescendente, socialmente, de forma cidadã e com inclusão, visando eliminar os hiatos, o racismo e a violência.
- Solicitamos ao Presidente da ALMG que se manifeste, com urgência, sobre a questão de ordem formulada pelo Deputado Durval Ângelo, relativa à instalação de processo de responsabilização do Secretário de Estado de Defesa Social.
- Repudiamos a baixa execução orçamentária do governo do Estado, com relação a ações de proteção a adolescentes ameaçados de morte.
- Manifestamos nosso apoio à professora Maria da Glória Costa Reis, que foi condenada a prisão por fazer um editorial no jornal "Recomeço" questionando às autoridades pelo fato de todos os presos da cadeia de Leopoldina estarem, há nove meses, no Regime Disciplinar Diferenciado.
- Solicitamos ação da Assembléia Legislativa junto ao MEC para que este promova mudanças não só na legislação da educação nacional, como também nas práticas pedagógicas das escolas, de modo a construir a escola ativa, que elimina o tédio e assegura ao aluno a condição de ator, de construtor de seus conhecimentos, buscando a colaboração de instituições educacionais que já adotam práticas ousadas, dinâmicas, inovadoras e responsáveis que têm garantido a interação escola/aluno/professor e construído um novo modelo de ensino, um cenário animador voltado para a construção de uma sociedade mais equânime.

— Repúdio à não-adesão do governo do Estado de Minas Gerais ao Plano de Ações Integradas para o Combate à Tortura.

— Incentivo à construção e implantação de Agendas 21 locais através dos conselhos municipais.

— Moção de repúdio à intervenção federal nas Fábricas Cipla e Interfibra:

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

Senhores Ministros

A 3ª Conferência dos Direitos Humanos de Minas Gerais, realizada em Belo Horizonte, em 11 e 12 de setembro, decide solicitar ao Presidente e aos Ministros que intercedam favoravelmente aos trabalhadores das Fábricas Cipla e Interfibra, na cidade de Joinville, Santa Catarina, pondo fim à intervenção federal decretada em maio de 2007. Que seja afastando o interventor, Sr. Rainoldo Uessler, e que a produção e a administração das fábricas voltem para as mãos de seus trabalhadores.

A 3ª Conferência dos Direitos Humanos considera que um governo democrático e popular deve, em primeiro lugar, zelar pelos direitos dos trabalhadores, pois entende que não pode haver desenvolvimento sem garantias aos trabalhadores. Não pode haver desenvolvimento sem respeito aos direitos daqueles que produzem toda a riqueza da Nação.

Pela imediata anulação e suspensão da intervenção na Cipla e na Interfibra.

Senhor Presidente, solicite ao Ministro ao qual compete que receba com urgência representantes do Movimento de Fábricas Ocupadas. Que se busque uma via negociada possível para o pagamento das dívidas junto ao INSS e que, como sinalização positiva desse compromisso honroso, devolvam imediatamente as fábricas aos trabalhadores, para que estes, em livre e soberana assembléia, decidam seu futuro e retomem a produção sob controle operário.

Em defesa dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento:

A CIPLA E A INTERFIBRA DEVEM SER DEVOLVIDAS AOS TRABALHADORES!

Belo Horizonte, 11 e 12 de setembro de 2008

3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos.

Moções a serem encaminhadas ao gabinete do prefeito, à Urbel e à Sudecap (3):

— Nós, reunidos na 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, manifestamos nosso repúdio e indignação frente às remoções forçadas de famílias pobres das áreas mais valorizadas da cidade, a exemplo do que vem ocorrendo no âmbito do Programa Vila Viva, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em desrespeito à dignidade da pessoa humana e sem garantia de indenização justa ou de moradia adequada e bem localizada. Em especial, destacamos a injusta remoção da Sra. Diná Freitas Borges, participante desta Conferência e militante do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, da humilde casa que habita há mais de 20 (vinte) anos, em virtude da construção do Centro Administrativo do Governo do Estado de Minas Gerais.

— Nós, reunidos na 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, manifestamos nosso repúdio e indignação contra o despejo da Escola de Samba Cidade Jardim de sua quadra localizada na Vila Santa Maria, por entender que essa ação arbitrária, impetrada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte com uso de força policial e contrariando acordo anterior firmado com a Escola, representa uma agressão inaceitável ao patrimônio cultural da cidade e aos direitos humanos, sendo urgente a sua revogação.

— Nós, reunidos na 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, manifestamos nosso repúdio e indignação diante da ordem judicial de despejo das famílias que vivem na Ocupação Navantino Alves, localizada na região central de Belo Horizonte, e na Ocupação Camilo Torres, localizada na região do Barreiro, em frontal agressão ao princípio da dignidade da pessoa humana, ao direito constitucional à moradia e à função social da propriedade, considerando que centenas de homens, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência estão sob ameaça de serem lançados no meio urbano sem nenhuma previsão de absorção digna e compatível com a promoção dos direitos humanos.

— Moção de apoio, a ser encaminhada aos Excelentíssimos Senhores Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, Tarso Fernando Herz Genro, Ministro de Estado da Justiça, e Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro de Estado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, à atitude dos Ministros Tarso Genro e Paulo de Tarso Vannuchi, que defenderam a abertura dos arquivos da ditadura militar, com o objetivo de punir torturadores que praticaram crimes contra a humanidade e os direitos humanos no período do regime militar, entre 1964 e 1985, pois a Lei da Anistia não encerrou tudo.

— Moção de repúdio à não-adesão do Governo do Estado e do Secretário de Defesa Social ao Plano de Ações Integradas para o Combate à Tortura:

O Estado de Minas Gerais negou-se a assinar a adesão ao plano de ações integradas para combate à tortura, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. O Ministério Público, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a ALMG, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Defensoria Pública e o Movimento Nacional dos Direitos Humanos já haviam confirmado a adesão ao Plano. O governo do Estado, que iria subscrever o termo de adesão, ontem, às 15 horas, no Palácio da Liberdade, recuou sob a influência do Secretário de Defesa Social, Maurício Campos.

— Moção pelo pagamento de indenizações:

Que o Estado proceda ao pagamento imediato das indenizações às vítimas de tortura praticada por agentes do Estado, cujos processos foram aprovados pelo Conedh há mais de um ano, uma vez que lei estadual definiu o prazo de 30 dias para que se efetue o referido pagamento.

Que seja aberto pelo Estado novo prazo para encaminhamento de requerimento de indenização por muitos cidadãos vítimas de tortura que, por não terem tido acesso a informação sobre o período fixado pelo Estado, perderam o prazo para requerer a indenização a que têm direito.

— Moção de repúdio à aprovação de emenda ao Projeto de Lei nº 6.222/05, a ser encaminhada aos Deputados Federais:

Nós, presentes à 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais, que acontece nos dias 11 e 12 de setembro de 2008, em Belo Horizonte, vimos manifestar aos Srs. e Sras. Deputados e Deputadas Federais nossa insatisfação com a aprovação da emenda ao Projeto de Lei nº 6.222/05, que retira a possibilidade de casais homossexuais adotarem crianças oficialmente. Tal postura só demonstra o caráter conservador e homofóbico da maioria dos Deputados, que não conseguem legislar para o interesse público.

É comprovado cientificamente que não há impedimento para casais homossexuais adotarem uma criança. Há estudos sociais, jurídicos e psicológicos que apontam como positiva a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. Recentemente, o Conselho Federal de Psicologia lançou uma publicação com o título "Adoção: um direito de todos e de todas", que debate vários aspectos da adoção por homossexuais.

A Câmara dos Deputados cometeu mais uma injustiça para com os milhares de homossexuais brasileiros. Não reconhecer o direito à adoção é colocar os LGBTs na condição de subcidadania e violar os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade garantidos na Constituição Federal de 1988.

— Moção de repúdio:

Nós, delegados da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais, repudiamos a tortura praticada contra o cidadão Paulo César da Silva, da cidade de Pains, Minas Gerais, e exigimos que a Corregedoria-Geral da Polícia Civil de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais investiguem a fundo o ocorrido, tomando as providências para a punição dos envolvidos, e prestem contas à sociedade.

— Considerando que o aborto é uma questão de saúde pública, e não de direito penal, os delegados da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais repudiam as ações judiciais movidas em diversos Estados brasileiros contra as mulheres vítimas de aborto,

criminalizando-as e aprofundando sua condição de vulnerabilidade.

— Moção contra os militares golpistas:

No dia 7 de agosto do presente ano, uma platéia de 600 pessoas se reuniu no Salão Nobre do Clube Militar do Rio de Janeiro.

O palestrante principal do indigesto evento foi o general Gilberto Barbosa Figueiredo, presidente do Clube Militar. O centro dos debates no evento? Protestar e mobilizar contra a possibilidade de que a Lei de Anistia sofra contestação e contra a abertura dos processos dirigidos contra os repressores da ditadura.

Dentre outras coisas, os reacionários senhores lançaram acusações contra o governo, afirmando que este tem relações com o ETA, o IRA e as Farcs. Ameaçaram o ministro Tarso Genro de "apeá-lo do cavalo" e gritaram "Fora com os golpistas...", como se o governo Lula isso fosse.

Nós, reunidos da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais, defendemos o mandato do presidente Lula contra qualquer insinuação de ameaças golpistas.

Declaramos que combateremos nas ruas as conquistas democráticas e que, se necessário for, mobilizaremos o país contra a direita fascista.

— Moção de repúdio:

Nós, participantes da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais, realizada em Belo Horizonte em 11 e 12 de setembro, manifestamos nosso repúdio à falta de divulgação, nos meios de comunicação, das olimpíadas das pessoas com deficiência – para-olimpíadas.

A prática do esporte vem empoderando as pessoas desse segmento e possibilitando sua participação e inclusão social. Diante disso, pedimos apoio e tratamento equânime na divulgação das para-olimpíadas, tal como ocorre com as olimpíadas das pessoas sem deficiência.

Trata-se de um incentivo de esporte e cidadania. Por políticas públicas de esporte e lazer para as pessoas com deficiência em nosso país.

— Moção de repúdio à atitude do Exército Brasileiro:

Nós, presentes à 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais, que acontece em Belo Horizonte, nos dias em 11 e 12 de setembro, vimos manifestar nosso repúdio ao Exército Brasileiro pelo ocorrido com o sargento Laci Marinho de Araújo, que foi preso em São Paulo, com esquema de segurança desnecessário, depois de assumir publicamente a sua relação com o sargento Fernando Alcântara de Figueiredo.

O sargento Laci ficou preso por dois meses. Enquanto esteve preso, sofreu violências físicas e verbais e lhe foi negado atendimento médico. Foi solto a partir de um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, mas sua punição foi enquadrada na punição mais grave do Exército.

A prisão do sargento Laci só demonstra a homofobia institucionalizada das Forças Armadas Brasileiras e a prática de violação dos direitos humanos dos homossexuais. Não é possível que militares homossexuais sofram preconceito, perseguição e tenham seus direitos violados na instituição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 47ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/9/2008

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Eleição dos delegados - Homenagem póstuma - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Ademir Lucas - Antônio Genaro - João Leite.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ademir Lucas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Márcia Martini, Superintendente de Integração de Política de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, e manifesta as boas-vindas às alunas e aos alunos da 7ª série do Colégio Loyola que estão acompanhando a reunião plenária final desta 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se a reunião à realização da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, com o objetivo de realizar a plenária final com a eleição e apresentação das delegadas e delegados à Conferência Nacional de Direitos Humanos.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência lembra que a delegação de Minas Gerais à 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos terá 65 delegados ou delegadas com a seguinte composição: 21 membros da área pública, indicados por órgãos públicos do Estado, sendo 6 do Poder Executivo, 2 do Poder Legislativo, 2 do Poder Judiciário, 2 do Poder Executivo Municipal, 2 do Poder Legislativo Municipal e 3 do Conedh (inciso I do art. 39, seção II, Capítulo VIII, do Regimento); 44 delegados ou delegadas representantes da sociedade civil eleitos na 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos (inciso II do art. 39 do nosso Regimento). As delegadas ou delegados do poder público estadual serão escolhidos pelos responsáveis dos respectivos poderes entre os participantes da 3ª Conferência (§ 1º, art. 39, seção 2, Capítulo VIII do Regimento). As delegadas ou delegados do poder público municipal, Executivo e Legislativo, serão escolhidos por eleição direta entre os participantes de cada um dos Poderes presentes na 3ª Conferência que se inscreverem para concorrer às vagas na delegação de Minas à conferência nacional (inciso I do art. 39, seção II, Capítulo VIII do Regimento).

No momento da eleição das delegadas ou dos delegados da sociedade civil, os representantes da área pública não poderão participar da votação. O processo de votação da sociedade civil será por segmento. Os três candidatos mais votados serão as delegadas ou os delegados eleitos. Os demais serão suplentes, seguindo a ordem de votação.

As atas desta Conferência serão publicadas no jornal "Minas Gerais", "Diário do Legislativo", na edição do dia 27/9/2008. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do seminário esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão porque haverá reprise do evento pela TV Assembleia nos seguintes dias: 27 de setembro, sábado, às 8h30min, primeira parte, reprise do dia 11 de setembro, manhã; 28 de setembro, domingo, às 8h30min, segunda parte, reprise do dia 12 de setembro, manhã; e 29 de setembro, 9h10min, terceira parte, reprise do dia 12 de setembro, parte da tarde.

Eleição dos Delegados

O Sr. Presidente - Passaremos, agora, à eleição dos delegados.

- Procede-se à eleição dos delegados, que são os seguintes:

I – Formação para a cidadania e direito à educação e à cultura

1º - Rogério Soares de Sena - Fórum Mineiro de Saúde Mental; 2º - Antônia Dalva de Santana - Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; 3º - Sandra Maria da Silva - Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais; 4º - Gildário Alves dos Santos - Pastoral de Direitos Humanos de Contagem - Suplente.

II – Gênero-mulher

1º - Elza Caetana do Nascimento dos Santos - Lar dos Idosos Padre Melquíades; 2º - Makota Heloisa - Associação Cultural e Religiosa de Matriz Africana - Manzo Ngunzo Kaiango; 3º - Luciane Cláudia Moreira - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ribeirão das Neves; 4º - Margarida Trindade Carvalho - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ouro Branco - Suplente.

III – Grupos etno-raciais

1º - Edson Silva Cacique Carcará-Uru - Associação Indígena de Araxá; 2º - Makota Kisandembu Kiamaza - Movimento Nacional Nação Bantu; 3º - Tatá Kambono Kadiambelê - Associação Cultural e Religiosa de Matriz Africana - Manzo Ngunzo Kaiango; 4º - Ademilson Calisto de Moura - Associação Beneficente e Promocional dos Moradores de Cantagalo - Suplente.

IV – Pessoas com deficiência ou com necessidades especiais

1º - Maurício Alves Peçanha - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 2º - Jerônimo Valderino dos Santos - Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Uberlândia; 3º - Margarida Maria Duarte Soares - Associação dos Deficientes de Timóteo; 4º - Ângela Olívia Pereira de Loreto - Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais - Suplente.

V – Diversidade sexual

1º - Kota Mafugeme - Movimento Nacional Nação Bantu; 2º - Dalcira Ferrão - Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais; 3º - Fausto Rangel Gontijo - Movimento Gay de Divinópolis; 4º - Priscila Garcia Silva - Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual – Cellos - Suplente.

VI – Pessoa idosa

1º - Evaristo Garcia de Mattos - Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; 2º - Maderlene Cezar Rodrigues de Jesus - Associação dos Moradores de Aluguel Bairro Santa Cruz; 3º - Maria Aparecida Fadel - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos de Santos Dumont; 4º - Maria Vicentina da Silva - Conselho do Idoso de Contagem - Suplente.

VII – Criança e adolescente

1º - Ana Lúcia Pereira dos Santos - Conselho Regional Especializado de Assistência Social; 2º - Rogério de Souza - Centro de Assistência Social de Janaúba; 3º - Regina Helena Cunha Mendes - Assprom; 4º - Lucimary Medina Coimbra - Associação Desportiva Internacional de Carlos Chagas - Suplente.

VIII – Questão prisional

1º - Maria Tereza dos Santos - Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; 2º - Valtecir Roberto de Carvalho - Fórum Mineiro de Saúde Mental; 3º - Isabel Cristina Almeida Braga - Comissão de Assuntos Penitenciários; 4º - Mônica Felícia Peixoto - Convenção Batista Mineira - Suplente.

IX – Violência e atuação policial

1º - Walter Agostinho da Silva - Movimento Nacional de População de Rua; 2º - Fernanda Vieira Oliveira - Grupo de Pesquisa Ação, Violência, Criminalidade e Direitos Humanos; 3º - Dos Anjos Pereira Brandão - Associação dos Profissionais do Sexo de BH; 4º - Manoel Paixão dos Santos - Pastoral Carcerária da Zona da Mata - Suplente.

X – Direito a memória e a verdade, anistiados e combate à tortura

1º - Heloisa Bizoca Greco - Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania; 2º - José Barbosa Andrade - Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; 3º - Nizam Alves Ferreira - OAB-MG; 4º - Paulo José de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saúde de Formiga - Suplente.

XI – Direito à saúde física e mental

1º - Frei Helton Barbosa Damiani - Associação Mineira de Hipertensão Pulmonar; 2º - Maria do Rosário Lopes - Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais; 3º - Dinacarla Gonzaga Piermartei - Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais; 4º - Adolpho Von Randow Neto - Transplante Pela Vida em Minas Gerais - Suplente.

XII – Questão habitacional, fundiária e agrária

1º - Joviano Gabriel Maia Mayer - Brigadas Populares; 2º - Adimilson Alcântara Gonçalves - Centro de Referência da Cultura Afro-indígena de Araçuaí; 3º - Francisco Carvalho Félix - União de Moradia Popular; 4º - Maria das Graças de Souza Ferreira - Associação dos Moradores de Aluguel do Bairro Santa Cruz - Suplente.

XIII – Meio ambiente e demais direitos difusos

1º - Raimundo Machado Táta Kisaba - Bakise Bantu Kasange; 2º - Makota Djanganga - Bakise Bantu Kasange; 3º - Lúcio Mendonça da Fonseca - Fórum Mineiro de Direitos Humanos; 4º - Gislene Gonçalves dos Reis - Associação dos Usuários do Transporte Coletivo de Belo Horizonte e RMBH - Suplente.

XIV – Trabalho e geração de renda

1º - Carlúcia Maria Silva - IDH-Promoção, Pesquisa e Intervenção em DH e Cidadania; 2º - Rodrigo Cassimiro de Freitas - Diretório Acadêmico Administração Juscelino Kubistchek; 3º - Andréia Gonçalves dos Reis - Associação Comunitária e Habitacional dos Bairros Rio Branco e Piratininga.

(Não houve suplente)

XV – Outros segmentos

1º - Frederico Mendes de Carvalho - Conselho Tutelar Norte Contagem; 2º - Flávia Ferreira Ribeiro - Brigadas Populares; 3º - Manuel Fernando - Centro de Defesa dos Direitos Humanos dos Refugiados - Suplente.

O Sr. Virgílio de Mattos - É mais do que justa essa alegria de todos, que aqui construíram com sucesso esta 3ª Conferência de Direitos Humanos. Gostaria de parabenizar os atores que construíram essa mobilização social dos movimentos sociais, que se prepararam durante meses, que fizeram infinitas reuniões, que perderam dias de serviço, como disse a D. Teresa. Conseguimos construir, com sucesso, uma representatividade excelente, como há muito tempo não se via.

Quero lhes dizer que neste momento falta um companheiro que participou dessa luta desde o início, que participou da resistência contra a ditadura militar, para um Brasil melhor. Estou-me referindo ao companheiro Délio Rocha, que no curso da construção desta conferência nos deixou. Lembrando novamente Guimarães Rosa, "ele saiu desta para virar uma estrela". Quero dedicar este momento de comemoração a ele. Os companheiros vão fazer uma oração em sua intenção. Parabéns a todos.

Homenagem Póstuma

O Sr. Marcos Arabomi - Na tradição dos nossos ancestrais, acreditamos que, quando alguém parte deste mundo, torna-se um encantado, encanta-se na natureza. Os homens de bem tornam-se estrelas na Constelação de Inganazâmbi. O nosso companheiro, Délio Rocha, é mais uma estrela. Pelo dia de hoje, o Dia de Lembá, o Senhor da Paz, também conhecido como Oxalá, é que tiro esse canto.

O Sr. Presidente - A Presidência atende à solicitação do Sr. Marcos Arabomi.

- Procede-se à homenagem póstuma.

O Sr. Edson Silva Cacique Carcará-Uru - Havia solicitado a palavra mais cedo à Mesa, mas, devido à quantidade de trabalho, não foi possível. Solicito à plenária, que é soberana, autorização para falar por 1 minuto.

Represento um povo que foi massacrado, pisoteado e escravizado, que passou por todo tipo de sofrimento que se possa imaginar. Se na época houvesse máquina fotográfica e filmadora, veríamos que foi muito pior que os massacres na Alemanha, que todos consideram absurdos.

Sou descendente do povo catú-awa-arachás, por incrível que pareça, considerado extinto em Minas Gerais. Somos descendentes diretos da raiz tupi e sobraram pouquíssimas pessoas. Através de meus ancestrais, nossas tradições e cultura foram guardadas em segredo, escondidas, porque não se podia manifestar, não se podia falar a língua, não se podia fazer os cultos, não se podia usar os medicamentos da mãe terra.

Este momento é de crescimento, em que todos vocês estão dando sua energia para que possamos construir um país melhor. A nossa querida Pindoretama, hoje chamada Brasil, foi pisada e massacrada sem dó nem piedade, assim como os povos nativos que aqui viviam, meus ancestrais.

Agradeço, de coração, a todos os senhores a votação expressiva que tive em nome do meu povo. Agradeço aquela que me permitiu estar aqui, nossa irmã e coordenadora Cristina Abreu, pois eu não tinha dinheiro para a passagem e vim de carona com o pessoal dos sindicatos dos trabalhadores e familiares, para participar de um evento no Inkra. Por isso, peço desculpas por haver me ausentado deste evento ontem, pois estava lá, batalhando para conseguir um pedacinho de terra para as poucas pessoas que sobraram dos massacres na minha região de Araxá. Todos caçavam e viviam alegres e satisfeitos com suas famílias nas terras que foram do meu povo, e hoje temos de lutar para conseguir um pedaço de terra para ter nosso sustento e gerar renda, cuidando da mãe terra, que nos dá tudo.

Essa energia que permeia tudo está presente aqui, com todos os senhores, e juntos poderemos fazer uma nação que servirá de exemplo para o mundo, onde as leis partem de baixo para cima, onde as propostas surgem do povo, das pessoas das mais diferentes etnias.

Somos um País poliétnico, composto por vários povos. Podemos sentir o que emana aqui, com todo tipo de povo: todos somos irmãos perante Ianderu e Tupã. Temos de nos dar as mãos para construir uma nação melhor para nossos filhos e netos; temos de proteger e ajudar a mãe natureza, para que nossos descendentes encontrem um mundo melhor e mais humano, em que possa haver a fraternidade universal, a fraternidade entre todos os povos, não importando sua maneira de ser, os costumes ou as tradições religiosas, porque somos todos irmãos.

Em nome dos meus ancestrais, dos mais velhos, daqueles que sabem - eu não sei uma vírgula do que sabem -; em nome do meu povo; em nome do Cacique Henrique Gamarra, do povo terena, na região de Ituiutaba, que me deu a honra de representá-lo hoje; em nome da Cacique Kaum Cotia Guarani (...), que também me deu a honra de representá-la; e em nome do povo catu-awa-arachás, ao qual pertenço, agradeço a todos, especialmente à Comunidade Afro-Brasileira e a todos as comunidades presentes que nos recebem com carinho no coração e de braços abertos.

Para que tenham noção, preciso voltar para Araxá e não tenho dinheiro para a passagem, que está a R\$75,00. Vim de carona e agora preciso que alguns de vocês me ajudem para que eu possa voltar.

Sem prolongar muito, gostaria de falar sobre uma das proposições que fiz, mas que não tive oportunidade de expor, porque já estávamos na hora do almoço, e que passei para a mesa do Sr. Raimundo Machado: propus que, na Proposta 158, entre as coisas que merecem preservação, como as fazendas de senhores de escravos, igrejas abandonadas, trechos perdidos na história, enfim, tudo o que é memória viva, sejam incluídas antigas aldeias e cemitérios indígenas. Se nós, indígenas, mexermos em uma cova de um desses cemitérios, podemos ser presos, mas os fazendeiros destroem os cemitérios do meu povo, porque eles podem ir lá e passar o trator em cima, desrespeitando os nossos ancestrais; quebram, destroem e plantam em cima. Então, queremos a preservação dos cemitérios e das antigas aldeias como patrimônio do Estado de Minas Gerais, e pedimos que vocês nos ajudem nisso; também queremos ter lugares para viver com o nosso povo e defender as nossas tradições. Que Tupã e Ianderu nos abençoem.

A Sra. Márcia Martini - Serei bem rápida em minha conclusão, até porque estamos todos exaustos. Mas não posso deixar de dizer que é um prazer renovado encontrá-los todos juntos - sei que nos encontramos no dia-a-dia, mas, ao nos reunirmos, e principalmente em uma conferência, aí é realmente a festa da democracia.

Também me emociono muito e quero agradecer cada minuto do trabalho de todos vocês. Agradeço àqueles que nos acompanharam na comissão organizadora, nas CPIs, nos encontros regionais e aqui, nestes dois dias. Agradeço especialmente a alguns ninjas, que fizeram tudo isso, acompanhando absolutamente tudo; às equipes da Sedese e da Assembléia, e ao pessoal dos bastidores, que possibilitou a realização deste evento.

Por fim, quero deixar uma informação que talvez seja do interesse de alguém, ainda que não tenham sido escolhidos como delegados. De qualquer maneira, haverá o aluguel de dois ônibus para Brasília, porque são 65 pessoas da delegação mineira.

Então, eventualmente, aqueles que quiserem ir como observadores podem ir até o limite desses dois ônibus, desde que tenham condição de ficar em Brasília, porque é o governo federal que dará a estada lá. Se conseguirem inscrever-se como observadores e tiverem onde ficar em Brasília, pelo menos o transporte de ida e volta pode ser garantido pela Sedese. Muito obrigada a todos, vemo-nos em Brasília. Um abraço.

O Sr. Maurício Alves Peçanha - Companheiros, companheiras, Presidente Deputado João Leite, Márcia, tenho a dizer que este está sendo um ano marcante para nós, pessoas, cidadãos com deficiência. Um ano em que conseguimos ratificar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a convenção da ONU, e aprovar a questão da célula-tronco em Brasília. E está sendo um ano em que nós, pessoas com deficiência, principalmente o movimento de Minas Gerais, estamos avançando. E avançando muito, com uma Constituição que se chama direito de cidadania.

Posso falar com muita franqueza que o governo de Minas está avançando, porque hoje existe um diálogo de respeito e de compreensão. Não adianta a todo momento falarmos que somos pessoas com deficiência. Pelo contrário, somos pessoas com muita eficiência. Por isso estamos construindo uma nação digna, uma nação de verdade, sem omissão. Uma nação em que todos terão direito, onde sempre citamos a nossa frase: chega de sermos colocados, queremos ser incluídos. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 16/9/2008.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 19/5/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Corporação Municipal Lira Espírito Santo, tendo como objeto a doação de um microcomputador, inservível para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Holdline Tecnologia e Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de instalação e manutenção de software de espera telefônica personalizada – parecer favorável à contratação, resultante do Pregão Eletrônico nº 15/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Cerimonial e Relações Públicas, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Maxsys Brasil Comércio e Serviços Ltda., tendo como objeto a locação de duas copiadoras impressoras a laser, incluída a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de insumos e peças de reposição – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches para prestadores de serviços terceirizados e servidores da gráfica e xerox – parecer favorável à ampliação quantitativa do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Máxima Net Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de instalação, desativação e mudança de trinta pontos mensais (quantitativo estimado da rede corporativa da contratante), sem fornecimento de materiais – parecer favorável à ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembléia Legislativa e o Banco do Brasil S.A., tendo como objeto a cooperação técnica que tem por finalidade o uso do sistema informatizado desenvolvido pelo Banco, denominado "Licitações" – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 26 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 26/5/2008

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.418/2008, altera o "caput" do art. 10 da Deliberação da Mesa nº 1.562, de 5 de agosto de 1998, que regulamenta o Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa de Minas Gerais – Fundhab – e consolida as normas de seu funcionamento. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.419/2008, a Mesa dá nova redação ao art. 14 da Deliberação da Mesa nº 2.349, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material considerado genericamente inservível no âmbito da Secretaria da Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches aos alunos que visitam esta Casa – parecer favorável à contratação, resultante do Processo Licitatório nº 020/2008, Pregão Eletrônico nº 017/2008, autorizando a despesa, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa HS Jardinagem Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de jardinagem e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica para o sistema de irrigação automatizada para as áreas verdes do entorno do Palácio da Inconfidência – parecer favorável à prorrogação por três meses ou até o término do procedimento licitatório em andamento, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 2/5/2008, Maria Aparecida Monteiro Machado, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio à Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, com proventos a serem taxados no cargo em comissão que ocupa; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 28/4/2008, a servidora Ordália da Conceição Pires de Araújo, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 29 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 29 de maio de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 29/5/2008

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembléia Legislativa referente ao mês de abril de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de abril de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 30/4/2008, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, o processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Pantáculo

Comunicação e Marketing Ltda – Homo Sapiens, tendo como objeto o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na área de planejamento e gestão de eventos institucionais – parecer pela contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 2 de junho e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 2 de junho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.621/2008

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o Projeto de Lei nº 2.621/2008 institui a Avaliação Ambiental Estratégica como instrumento de Gestão das Políticas Públicas no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com o Substitutivo nº 1, que apresentou.

A proposição vem, agora, a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art.102, VIII, combinado com o art.188 do Regimento Interno.

Fundamentação

A Avaliação Ambiental Estratégica - AAE - é um conceito que vem evoluindo a partir da década de 90, do século passado, e, cada vez mais, vem sendo incorporado ao processo de planejamento governamental em vários países. Esse tipo de avaliação é uma metodologia de estudos que tem como principal objetivo identificar as conseqüências ambientais de políticas, planos ou programas governamentais e assegurar que sejam devidamente consideradas no processo de tomada de decisão, juntamente com outros aspectos de ordem econômica e social.

O foco da proposição em análise é instituir a Avaliação Ambiental Estratégica como instrumento de apoio aos processos de formulação e gestão de políticas públicas conduzidos pelo Executivo mineiro. Para tanto, estabelece que o órgão estadual competente terá as atribuições de coordenar a elaboração da AAE e de promover a gestão ambiental integrada dos planos, programas e projetos desenvolvidos pelos demais órgãos do Estado. A proposição também define os seguintes objetivos a serem alcançados pela Avaliação Ambiental Estratégica: identificar, em relação aos projetos governamentais, as áreas passíveis de serem mais intensamente afetadas, os prováveis efeitos no meio ambiente, as alternativas para reduzir os impactos ambientais negativos e as ações que poderão ser desenvolvidas conjuntamente pelos órgãos do Estado; garantir que os aspectos ambientais sejam considerados na elaboração de políticas setoriais; avaliar continuamente os resultados alcançados em cada âmbito de atuação.

A Comissão de Constituição e Justiça - CCJ - entendeu que a Avaliação Ambiental Estratégica já se encontra incorporada no ordenamento jurídico mineiro por meio do Decreto nº 43.372, de 2003, que cria Núcleos de Gestão Ambiental nas secretarias de Estado com assento no Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam. Uma das atribuições desses núcleos, explicitadas no decreto, é justamente elaborar a Avaliação Ambiental Estratégica de planos, programas e projetos governamentais. Ou seja, a proposição em tela pretende estabelecer em lei uma medida já regulada por ato normativo do Executivo. Não vislumbrando óbices a tal objetivo, a CCJ apresentou o Substitutivo nº 1 com o intuito de incluir a Avaliação Ambiental Estratégica na Lei nº 7.772, de 1980, que dispõe sobre a política estadual de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

O País já conta com algumas experiências de Avaliação Ambiental Estratégica em programas de empresas e órgãos federais que atuam nos setores petrolífero, de geração de energia, de turismo e de transportes. Em Minas Gerais, a partir da edição do mencionado Decreto nº 43.372, de 2003, esse trabalho vem sendo estruturado sob a coordenação das Secretarias de Estado de Meio Ambiente - Semad - e de Planejamento e Gestão - Seplag. Cada Secretaria de Estado com assento no Copam, a partir de um Termo de Referência, irá contratar a elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica dos setores relacionados às suas respectivas áreas de atuação. A Semad indicou, para avaliações-piloto, os setores de mineração, geração de energia, agronegócio e saneamento.

Como se vê, o Estado já dispõe de mecanismo legal para que o processo de Avaliação Ambiental Estratégica torne-se um instrumento rotineiramente utilizado no planejamento e implementação de políticas públicas. Conforme observado anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, também entendemos que o objetivo da proposição em tela é tão-somente transformar em lei ordinária uma medida prevista em decreto.

No encaminhamento dessa matéria, a CCJ propôs, no Substitutivo nº 1, que apresentou, uma alteração na citada Lei nº 7.772, de 1980. Considerada de importância histórica por estabelecer uma política mais ampla de preservação ambiental, essa lei, que antecede a própria lei federal sobre o assunto, deveria conter a Avaliação Ambiental Estratégica como um de seus instrumentos. Entretanto, é importante esclarecer que, ao longo desses 28 anos de vigência, teve várias alterações sem a correspondente atualização do texto de alguns de seus dispositivos. Como a uniformização necessária requer um estudo mais detalhado, não iremos, neste momento, aprofundar o debate sobre a atualização dessa legislação, deixando-o para outra ocasião mais oportuna.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.621/2008, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2008.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 25/9/2008, as seguintes comunicações:

Do Deputado João Leite notificando sua ausência do País no período de 9 a 27/10/2008. (- Ciente. Publique-se.)

Do Deputado Zezé Perrella notificando o falecimento da Sra. Maria José de Carvalho Araújo, ocorrido em 22/9/2008, em Belo Horizonte. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Zezé Perrella notificando o falecimento do Sr. Edson Potsh Magalhães, ocorrido em 19/9/2008, em Viçosa. (- Ciente. Oficie-se.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 25/9/2008, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. José Antônio Muniz Lopes, Presidente da Eletrobrás, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.729/2008, do Deputado Almir Paraca.

Do Sr. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Agricultura, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.902/2007, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.902/2007.)

Do Sr. Paulo Eduardo Rocha Brant, Secretário de Cultura, agradecendo voto de congratulações, formulado por esta Casa em atenção a requerimento do Deputado Leonardo Moreira, por sua posse no referido cargo.

Do Sr. Paulo Eduardo Rocha Brant, Secretário de Cultura, acusando o recebimento de convite para audiência pública da Comissão de Cultura e indicando seu representante no evento. (- À Comissão de Cultura.)

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, encaminhando relatório relativo aos investimentos do Estado em obras no período de janeiro a julho de 2008. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Fazenda, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.618/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.618/2008.)

Do Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.023/2008, do Deputado Vanderlei Miranda. (- Anexe-se ao Requerimento nº 2.023/2008.)

Dos Srs. Cezar Britto, Presidente do Conselho Federal da OAB, e Paulo Bonavides, Presidente da Comissão de Apoio à Emenda Constitucional de Iniciativa Popular, encaminhando anteprojeto de proposta de emenda à Constituição Federal que prevê a possibilidade de esta ser emendada a partir de iniciativa popular e solicitando a adesão desta Casa, a fim de que a proposta tramite no Congresso Nacional. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Sr. João Pereira Brum, Presidente da Câmara Municipal de Espera Feliz, declarando o apoio dessa Casa Legislativa à emenda apresentada pelo Deputado Fábio Avelar ao Projeto de Lei nº 637/2007, em tramitação nesta Assembléia. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 637/2007.)

Do Sr. Rogério Geraldo Teixeira dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de São José da Lapa, encaminhando abaixo-assinado dos habitantes dos Municípios de São José da Lapa e de Vespasiano, em protesto contra a recente remarcação dos limites entre essas cidades, na região do Bairro Jardim Encantado, sem prévia realização de plebiscito. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Antônio Achilis Alves da Silva, Presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.813/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.768/ 2008, do Deputado Almir Paraca.

Do Sr. José Élcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 129/2007, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.765/2008, da Comissão de Direitos Humanos, e 2.776/2008, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Janete Gomes Barreto Paiva, Reitora da UEMG, solicitando seja apresentada por esta Casa emenda ao Orçamento do Estado, relativo ao exercício de 2009, com vistas à destinação de recursos a essa Universidade para os fins que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Simão Pedro Toledo, Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado, comunicando a decisão proferida por essa Corte nos

Autos nºs 101199, 104824, 665378 e 661711, em sessão de 22/11/2001. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Fernando Miranda, Diretor Regional dos Correios em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.667/2008, do Deputado Doutor Viana.

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.324/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projetos de Lei nº 2.324/2008.)

Do Cel. Alexandre Salles Cordeiro, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.060/2008, do Deputado Carlin Moura.

Da Sra. Fabíola Almeida Monteiro de Paula, Diretora de Auditoria Assistencial da Secretaria de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.727/2008, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Luiz do Couto Neto, Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central, prestando informações relativas ao convite encaminhado por meio do Ofício nº 1.946/2008/SGM, em atenção a requerimento da Comissão de Defesa do Consumidor. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Luís Carlos Loureiro Filho, Presidente da Associação Brasileira do Alumínio, encaminhando exemplar de "A Contribuição da Indústria Brasileira do Alumínio para um Desenvolvimento Sustentável". (- À Comissão de Turismo.)

De funcionários da Escola Estadual Cel. Antônio Domingos Ribeiro, de Bom Jesus da Penha, e do Centro Estadual de Educação Continuada Sebastião Gonçalves da Silva, de Piumhi, solicitando os benefícios que mencionam para a classe dos Assistentes Técnicos da Educação Básica. (- À Comissão de Educação.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sr. Sérgio Antônio de Resende por sua posse como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado (Requerimento nº 2.875/2008, do Deputado Wander Borges);

de aplauso ao Ipsemg pelos 96 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.887/2008, do Deputado Doutor Viana).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/9/2008

O Deputado Inácio Franco* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, alunos de Ribeirão das Neves, boa-tarde. Ocupo esta tribuna para homenagear o Município de Pará de Minas, que, no dia 20 de setembro, completou 149 anos de emancipação político-administrativa. Apresento saudações oficiais da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aos habitantes desse Município da região Centro-Oeste, um povo digno, que tenho a honra de representar nesta Casa e que me elegeu Prefeito por duas vezes consecutivas.

O surgimento do Município remonta ao final do século XVII, quando as expedições bandeirantes em busca do ouro e das pedras das minas de Pitangui atraíram grande fluxo de pessoas para o local compreendido entre os Rios Paraopeba, Pará e São João. Na intensa movimentação das Bandeiras, muitos migrantes acabaram lá se fixando. Entre os que se deixaram ficar estava o português Manoel Batista. O mercador, segundo a tradição, foi alcunhado de "Pato Fofo", em virtude de seu peso excessivo e de sua baixa estatura. Seu apelido acabou dando origem à denominação do local como Arraial do Patafufo, o embrião dessa progressista cidade.

Atualmente, com cerca de 85 mil habitantes e distante da Capital 89km, Pará de Minas é sinônimo de qualidade de vida e desenvolvimento. Tendo na avicultura, na suinocultura, nas indústrias têxtil e siderúrgica suas principais forças econômicas, o Município é pólo da região Centro-Oeste de Minas.

Desde seus primórdios, a história do Município evoca o trabalho: primeiro, dos antigos moradores, que vislumbraram as grandes potencialidades do lugar. Na atualidade, de todos os seus habitantes, que constroem o desenvolvimento da cidade a cada dia.

O símbolo oficial da terra, a nossa bandeira, celebrizou essa vocação do povo pará-minense e sob o lema "Na fé e no trabalho" vem, ao longo de nossa história, inspirando-nos a ser perseverantes nos valores do labor. Como bem canta seu hino, "Pará de Minas é uma terra nimbada de glórias do passado. Seus filhos cantam vitória. Trabalham e lutam com ardor varonil".

Na condição de Deputado majoritário do Município, compartilho com a população o momento especial pela comemoração de mais um aniversário da cidade. Um momento que nos deixa orgulhosos e esperançosos por um futuro a cada dia melhor. Administrada pelo Prefeito Zezé Porfírio, Pará de Minas vive um momento de franco desenvolvimento, um crescimento planejado que apresenta sincronia entre os avanços econômicos e as conquistas sociais alcançadas pela população.

Recentemente, o Município foi coroado com o Prêmio Ennio Leão, concedido pelo governo do Estado em razão do 1º lugar na redução das mortalidades infantil e materna.

Há algumas semanas, o jornal "O Estado de Minas" divulgou pesquisa que classificou Pará de Minas como a 8ª cidade do Estado que mais gera empregos com carteira assinada.

A população assiste à realização de grandes obras necessárias à consolidação do desenvolvimento alcançado pelo Município nos últimos anos, como a construção da unidade do Corpo de Bombeiros, aterro sanitário, escolas, centros de saúde e investimentos gerais nas infra-estruturas urbana e rural.

Esse contexto comprova: Pará de Minas está no caminho certo, o caminho do desenvolvimento sustentável e da justiça social. Temos orgulho de participar desse momento de expansão ordenada do Município. Cabe ressaltar que, em pouco mais de um ano em atividade parlamentar, viabilizamos investimentos da ordem de mais de R\$2.000.000,00 no Município, concretizados pela construção de quadras esportivas, pavimentações urbana e rural, doação de veículos para a área da saúde e reformas de escolas, além de ações em prol da cultura, do esporte, do lazer e de projetos sociais.

Nesta data é também oportuno manifestarmos nossa disposição de continuar trabalhando com empenho em favor de Pará de Minas, garantindo melhoras progressivas na qualidade de vida de seus habitantes. Neste momento em que a comunidade revive o orgulho por suas tradições, riquezas e glórias, estamos a seu lado, comemorando cada vitória.

Uma importante conquista que coroa os 149 anos da cidade é a assinatura do contrato para a duplicação da BR-262, uma obra pela qual sempre trabalhamos. Orçado em R\$375.000.000,00, o investimento vai possibilitar a execução dos serviços de adequação de capacidade, duplicação, melhoramentos e restauração da rodovia no trecho que vai de Betim a Nova Serrana. De fundamental importância para o desenvolvimento econômico do Estado, a BR-262 é um corredor estruturante de transportes do País, através do qual circula grande parte das riquezas nacionais. Pará de Minas tem posição privilegiada em relação a essa grande rodovia e aguarda com expectativa o início das obras. A duplicação abrirá as portas do Município para a instalação de empresas e a geração de renda, impulsionando nossa economia. Essa é mais uma vitória que divido com os pará-minenses, um povo que tenho a honra de representar aqui na Assembléia Legislativa e com o qual teremos muito mais a festejar.

Parabéns, Pará de Minas, pelos 149 anos de abençoada história! Parabéns, pará-minenses, pela construção de uma cidade cada dia melhor de se viver! Viver e ser feliz. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, público que nos acompanha das galerias e pela TV Assembléia. Meu objetivo principal, ao fazer uso desta tribuna para este pronunciamento, se posso chamá-lo assim, é chamar a atenção dos telespectadores, sobretudo dos que nos acompanham do interior do Estado, para a medida provisória do governo federal, transformada em lei esta semana com a publicação, sobre um assunto que discutimos por várias vezes nos Plenarinhos e algumas vezes aqui, neste Plenário: a renegociação da dívida rural, das dívidas da agricultura familiar, a reforma agrária e o crédito fundiário. A pessoa do campo endividada não tem como obter mais crédito, mais recursos. Então, além da dívida e dos juros, ela fica incapaz de fazer novos investimentos e obter renda tanto para sua sobrevivência e manutenção como para quitar o que deve. Essa iniciativa do governo federal vem em hora certa, mas o prazo é de fundamental importância. A maioria que busca a renegociação da dívida tem que procurar o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste até dia 30 de setembro, senão depois dependerá de uma nova lei ou de medida provisória, o que pode demorar até décadas. O governo federal fez a sua parte, e estamos fazendo a nossa, divulgando, mas cada agricultor ou agricultora endividada tem que procurar a agência em que fez o empréstimo, seja do Pronaf, seja da reforma agrária, seja do crédito fundiário. O Deputado Antônio Carlos Arantes, que também está no Plenário, foi um grande batalhador, cobrando isso. Várias vezes este Plenário ficou superlotado de agricultores de todo o Estado. Deputado Antônio Carlos Arantes, o prazo do agricultor é até 30 de setembro. Então, um apelo aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, de produtores e às cooperativas, para criarmos uma força-tarefa nesta semana que nos resta para levar os agricultores a procurarem os bancos. Há várias situações, permitam-me recorrer ao papel: dívida ativa da União, contemplada no art. 8º da Medida Provisória nº 432, trata de operações mais antigas do Pronaf A, A/C, B ou Procera, inadimplentes, isto é, vencidas e não pagas, incluídas em dívida ativa da União até novembro de 2008. Qual a possibilidade de renegociação? Liquidação em 2008, com descontos que variam de 40% a 75%. Prorrogação por mais cinco anos, com descontos para pagamento das parcelas que variam de 35% a 70%, conforme porte da dívida. Na região da Adene há mais 10% de desconto. Deputados Carlos Pimenta e Paulo Guedes, na região da Adene os que estão endividados, seja do Pronaf A, A/C, B ou Procera, terão ainda 10% a mais, ou seja, pode chegar de 50% a 85%.

Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária - Procera -, contemplado no art. 23 da Medida Provisória nº 432: há possibilidade de renegociação de todas as operações.

Adimplentes ou que renegociaram e ficaram adimplentes: concessão de descontos de 90% para liquidação ainda em 2008, de 85% em 2009 e de 80% em 2010. Só que têm de procurar o banco até o dia 30 deste mês. Inadimplentes: paga 1% da dívida, com encargos de normalidade, e redistribuição do restante da dívida entre as prestações a vencer.

Outro grupo também com possibilidade da renegociação é do Pronaf - Individualização, contemplado na Medida Provisória nº 432, art. 21 - Operações individuais com avalistas, grupais ou coletivas dos Grupos A, AC ou B, contratadas até 30/6/2006. Possibilidade de renegociação - Permissão para individualização das operações, inclusive retirada do aval de operações individuais. Uma vez individualizadas, as operações poderão ser renegociadas pelas condições mais vantajosas da Medida Provisória nº 432. O que quer dizer essa individualização das dívidas? A dívida foi feita com um grupo, às vezes, de 30, 50; até então, se um ficar inadimplente, compromete todo o grupo. A medida provisória possibilita a individualização. Aquele que não levar a sério essa renegociação ficará prejudicado sozinho, ou seja, não comprometerá o grupo no todo. Portanto essa é uma grande conquista. Não somente essa abertura para a renegociação, mas também essa individualização é uma outra forma que favorece muito.

Pronaf - Custeio Grupos A ou AC. Estão também incluídos nos arts. 18 e 22 da Medida Provisória nº 432. Operações contratadas antes do dia 1º/7/2006 - aliás, as com taxas de juros variáveis -; e operações não amparadas pelo Proagro e Proagro Mais, da safra 2007-2008. A concessão de desconto para esse grupo é de 40% em substituição ao bônus de adimplência, caso de liquidação em 2008. Se buscar essa negociação e liquidar ainda em 2008, o perdão da dívida é de 40% para esse Grupo A ou AC. Porém o prazo de inscrição para aderirem à renegociação também é até o dia 30 deste mês.

Havia dito Pronaf - Custeio do Grupo A. Agora é Pronaf - Investimento Grupo A - Operações inadimplentes em 30/4/2008, que continuam ou não inadimplentes, contratadas com taxas de juros fixas ou variáveis. Se contratadas antes do dia 1º/1/2004, será concedido desconto de 60% - operações com juros fixos - ou 65% - operações com juros variáveis -, em caso de liquidação em 2008. É importante verificar, porque, às vezes, são contratos desde 2004.

Pronaf, Grupo B, se contratadas antes de 1º/1/2006, concessão de desconto adicional de mais 10% para liquidação em 2008. Pronaf, Grupos C, D e E, custeio de safras, concessão de descontos para liquidação em 2008 que variam de 15% a 35%. Geralmente esses grupos são os que financiam valores mais altos, significativos. O que está variando para o grupo é o desconto concedido, a data permanece a mesma para procurarem a agência bancária, dia 30 deste mês. Dívidas contraídas em 2003-2004, 2004-2005 e 2005-2006 todas também estão incluídas na Medida Provisória nº 432. Investimento é também a mesma coisa, seja dos Grupos C, D ou E. Estão todos incluídos nessa possibilidade, variando também o desconto de até 30%, desde que seja quitado em 2008.

Esta é uma tabela grande, pois está incluído também o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, operações da modalidade compra antecipada efetuadas entre 2003 e 2004. Os descontos podem chegar a até 50% para liquidação até 2010. Crédito fundiário - os remanescentes do Banco da Terra têm mais tempo. O grande problema é que são milhares de agricultores nessa situação. Então, esta é a hora. Até o dia 30 devem procurar o banco para inscrever-se e, assim, iniciar o processo de renegociação da dívida.

Sr. Presidente, esta é uma matéria muito complexa. Estivemos aqui inúmeras vezes, os agricultores também vieram. A minha preocupação é que a data da medida provisória foi muito curta, vencerá no dia 30, e a informação que temos é que a procura está sendo pouca. Às vezes o perdão da dívida chega a 75%, e chance como essa será difícil, pois não é simplesmente uma decisão do Executivo, envolve também o Banco Central e vários órgãos do governo, como os Ministérios da Fazenda, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Essa não é uma decisão de apenas um Ministério. Para se chegar a essa possibilidade, exigiu-se muito esforço, aliás desta Casa também. Às vezes não se está valorizando o momento. Então, deixo o nosso apelo aos sindicatos, às cooperativas, que possibilitem aos agricultores a renegociação da dívida; sobretudo aos gerentes dos Bancos do Brasil e do Nordeste, que sejam facilitadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público e telespectadores da TV Assembléia, venho dar seqüência a um assunto que apresentei nesta tribuna na semana passada, o qual não pude abordar completamente. Falava da importância de uma conquista que estamos prestes a efetivar para a agropecuária mineira e para todos os que atuam no meio rural, de modo especial para o produtor de gado de corte, que vinha sendo vítima de uma injustiça que ocorria em mais de 230 Municípios mineiros, especialmente no Centro-Oeste, no Campo das Vertentes, no Sudoeste mineiro. Boa parte de Minas Gerais vinha sendo discriminada injustamente por causa de um critério que estabelecia que essa região composta por mais de 230 Municípios, chamando-a de zona-tampão ou zona que não estava livre de aftosa. Ora, se isso fosse verdade, tal atitude seria justificável, porque saúde pública e saúde animal são assuntos extremamente sérios.

Eu, como médico veterinário e produtor rural, entendo que esse assunto deve ser tratado com todo rigor. Porém, essa região a que me refiro, com duzentos e trinta e poucos Municípios, não tem nem sequer um caso de suspeita de aftosa. Essa região tem tratamento de vacinação e condições sanitárias idênticos aos das outras regiões de Minas Gerais e estava sendo discriminada.

O que isso representava na vida do produtor rural, daquele que cria o animal para que a carne seja exportada ou servida no dia-a-dia dos brasileiros? A realidade é que o animal criado nessas fazendas ficava depreciado. Na hora de vender, a arroba do boi criado em Divinópolis, Formiga, Abaeté, Oliveira, na região de São João del-Rei, na de Passos, enfim, numa região muito ampla de Minas Gerais, chegava a valer 10%, 12% e até 15% menos do que a do boi vendido no Triângulo Mineiro ou no Norte de Minas. Isso ocorria sob que alegação? A alegação de que esse animal não servia para ser exportado. Trata-se de um animal idêntico, da mesma raça. Por exemplo, o boi nelore com 18 arrobas, que teve um custo de produção semelhante ao animal criado no Triângulo Mineiro ou no Norte de Minas, na hora de ser vendido, custa 10% menos. Exatamente o valor que daria condição ao produtor de cobrir os custos e ter alguma possibilidade de crescimento.

Há muitos anos luto para que essa barreira protecionista, ou pior, que promovia essa injustiça, fosse removida. Desde o início tivemos - neste pronunciamento quero fazer justiça - o apoio do Presidente do IMA, Dr. Altino, grande companheiro, meu colega médico veterinário. Desde o primeiro momento ele foi solidário conosco. Há três anos participou aqui de uma audiência pública. No ano passado, novamente veio aqui para participar de audiência pública convocada por mim. Enviamos ofício ao Ministro da Agricultura, tanto no primeiro governo do Presidente Lula quanto no segundo, e a resposta foi que a Comunidade Econômica Européia, aqueles que vinham ao Brasil visitar nosso rebanho, nem sequer aceitavam discutir o assunto, numa clara demonstração de barreira sanitária. Ou seja, queriam manter uma dificuldade para o Brasil em matéria de exportação, mesmo ficando claro que tal atitude era injusta, mas não desistimos da luta.

Aí tivemos a felicidade de ver assumir como Secretário de Agricultura, em Minas, o nosso companheiro ruralista, também produtor rural, ex-Presidente do sindicato, de quem fui companheiro na diretoria da Faeng - fui Presidente do Sindicato Rural também -, Gilman, que compreendeu a importância disso. Ao lado do Altino e com o apoio de outros colegas Deputados, essa luta foi ganhando corpo. Na última visita da Missão Européia, com a interveniência do governo de Minas, com a ação do Secretário Gilman, com o nosso apelo permanente - algumas vezes, até em tom mais exaltado; às vezes com algumas correspondências mais duras que fiz, inclusive para os representantes da Comunidade Econômica Européia -, felizmente comprovaram o óbvio. Vieram verificar e observaram que não há nenhuma diferença nas condições sanitárias desses Municípios, portanto das fazendas e dos animais que estão nesses Municípios, em relação àqueles que estão em outras partes de Minas Gerais ou em outros Estados. Desta forma já foi comunicado oficialmente para o governo brasileiro, para o governo de Minas - apenas se aguarda uma publicação para o próximo dia 1º de outubro, para que se formalize, para que essa famigerada zona tampão ou essa discriminação com o criador do gado de corte aqui, em Minas Gerais, deixe de existir. Aí, poderemos competir em igualdade de condições, e aquele produtor de Divinópolis, Abaeté, Formiga, Bom Despacho - não vou elencar os duzentos e tantos Municípios - terá um preço justo. Sei o que o produtor vem passando com isso. Hoje a arroba de boi deve estar na casa dos R\$85,00, R\$83,00. Agora, já com o anúncio, começa a diminuir a dificuldade. Mas, sem esse anúncio, seria o equivalente a dizer que um produtor, nessas mesmas cidades, não obteria muito mais do que R\$70,00, R\$72,00 por uma arroba de boi. Isso significa que, em um animal de 18 arrobas, o prejuízo poderia chegar a R\$200,00; significa que, na venda de um caminhão de bois, o que normalmente são 20 animais, seriam R\$4.000,00. Então a atividade ficava inviável. Isso faz falta na vida de trabalhadores rurais também, que passam a ser mal remunerados ou não ter condição digna de vida, pois é uma cadeia produtiva, se você promove um achatamento no preço final de venda. E o duro é pensar que, se isso pelo menos fizesse com que a carne do açougue em Belo Horizonte, que está no centro desses duzentos e tantos Municípios, fosse mais barata do que no açougue de Uberaba, do Rio de Janeiro ou de São Paulo, poderíamos até dizer: "Olhe, o consumidor pelo menos está tendo benefício"; mas não. Essa atitude injusta, por muitos anos veio prejudicando o produtor rural sem que o consumidor se beneficiasse dela.

Então, quero registrar que vale a pena lutar por algo em que acreditamos. Às vezes é penoso, porque se demora a chegar a um resultado. Recebi o telefonema em primeiríssima mão, e ele fez questão de me dizer: "Domingos, estou ligando para você porque você nunca deixou de acreditar e nunca parou de brigar contra isso". E é justamente assim que conseguimos sensibilizar aqueles que não querem enxergar o óbvio. O Secretário Gilman me ligou, pessoalmente; o Dr. Altino, Presidente do IMA, ligou-me. Quero aqui dizer que fiz o meu papel, como parlamentar, de cobrar, mas, se não tivéssemos um Secretário de Agricultura firme, corajoso e que briga pelos interesses de Minas, do povo mineiro e do produtor, e, obviamente, um profissional tão sério no IMA, com todos os seus colegas veterinários, isso não ocorreria. Aliás, isso só foi possível porque o IMA também faz um trabalho respeitado em todo o Estado. Trata-se de um instituto sério, que não faz vista grossa. Fiscaliza, e tem de fiscalizar mesmo, para que todo o Estado de Minas Gerais seja livre de aftosa.

Então o Instituto Mineiro de Agropecuária, órgão do governo do Estado que fiscaliza a vacinação, e os meus colegas veterinários e os técnicos agrícolas que ali estão têm um papel essencial nisso. Nada adiantaria minha luta para que, em Minas Gerais, fosse extinta a aberração dessa zona tampão, se estivessem ocorrendo casos de aftosa aqui e ali. Se assim fosse, eu não teria a coragem de pedir que nosso Estado fosse considerado livre para a exportação. E não pediria por me preocupar não somente com o animal, mas especialmente com o ser humano, pois essa febre está entre as zoonoses, ou seja, entre as doenças que podem ser transmitidas para seres humanos.

Em Minas Gerais, o IMA tem um trabalho sério, e não temos casos de aftosa. Então, se não os temos, a discriminação não seria justa.

O Deputado Eros Biondini, meu colega veterinário, assim que chegou a esta Casa, foi um parceiro fundamental na tentativa e na luta para corrigir essa grave injustiça.

Sr. Presidente, feitas essas observações que afetam, de forma muito direta, a atividade do pecuarista de gado de corte, gostaria de me referir a um outro tipo de produtor rural. Já atuei muito nessa área como produtor, como veterinário, mas hoje dedico todo o meu tempo à minha atividade como representante público. Por muito tempo, também tive um pequeno rebanho de gado leiteiro. De certa forma, parei de ser um sofredor da pecuária do leite, mas nunca deixei de acompanhar a luta desse produtor.

A situação do produtor de leite é a do indivíduo que, quando a situação fica ruim, não tem como mudar de ramo. Um boi de corte é abatido quando chega no ponto, mas, se a situação estiver muito ruim, o produtor pode optar por parar, durante algum tempo, de investir na atividade. Mas, para a formação de um rebanho leiteiro, a demora é de décadas. É todo um processo de melhoramento genético. Depois que entra na fase de produção do animal, ainda há todo um processo de fazer crescer essa fase produtiva. A estrutura para operar um rebanho leiteiro é complexa - currais, ordenhadeiras, sistema de resfriamento de leite, volume de pessoal, gasto com alimentação desses animais. As pessoas que vivem nas cidades não fazem idéia do que é produzir o litro de leite que se pega com tanta facilidade na padaria ou no supermercado; não fazem idéia do que é alimentar um animal com todo o cuidado em relação à questão sanitária.

Além de tudo isso, esse produtor de leite é vítima de uma exploração de grandes grupos, muitas vezes multinacionais, que fazem acordos criminosos para abaixar o preço do leite. Isso está ocorrendo, e quero fazer esta denúncia. O que estão fazendo é uma covardia, porque ainda estamos no período de entressafra. Só agora estamos entrando no período das chuvas. Todos os que produzem leite, mesmo os que têm uma propriedade mais extensa, estão colocando o leite produzido na boca da vaca. É preciso dar uma alimentação especial para manter o animal produzindo o leite. Essa alimentação está caríssima, todos os insumos estão caríssimos, pois o preço subiu, e muito. Diante dessa situação, as empresas se uniram e abaixaram o preço do leite. Em muitos lugares, o leite que chegou a ser comprado do produtor a R\$0,90 já está sendo comprado a menos de R\$0,60 o litro. Imagine se você chegar no seu emprego e, de um dia para o outro, alguém disser que o seu salário, a partir de agora, será reduzido em 50%, não importando quanto você gasta em casa, quanto tem de despesa. O produtor de leite está vivendo isso. Melhora um pouco, sobe o custo da produção. Depois as empresas se reúnem e decidem que já não vão pagar R\$0,90, mas apenas R\$0,60. Alguém pode pensar que o produtor deveria parar de entregar o leite, mas não tem como fazer isso, pois o produto é perecível, ele tem de ser retirado e entregue imediatamente. Além disso o produtor não tem como mudar de atividade de uma hora para a outra.

Então é preciso que haja, por parte dos governos, uma política de defesa do produtor de leite. E como fazer isso? É necessário fiscalizar esses grandes grupos que usam de mecanismos os mais escusos, os mais mesquinhos, para abaixar o preço.

O que é um mecanismo? Por que estão abaixando o preço? Estão, na verdade, importando leite, quando o Brasil é capaz de exportar. Importam leite em pó, reidratam-no e o põem na caixinha. No entanto, o consumidor não consegue perceber que se trata de leite reidratado. O Brasil precisa criar mecanismos para proteger o nosso produtor. Se temos produção suficiente, não permitam essa importação criminosa, que acaba com o nosso produtor. Além disso, é preciso ter o cuidado de controlar o custo do insumo. O adubo, por exemplo, teve uma alta muito elevada e, conseqüentemente, houve elevação do preço da soja, do milho e assim por diante.

Então, Sr. Presidente, fica aqui o nosso alerta em defesa dos produtores de leite e dos produtores rurais de modo geral, que não têm sido beneficiados com uma política agrícola que os proteja. Infelizmente, não há como o sindicato do produtor lutar defendê-los. É preciso que seja o governo, sim, o Ministro da Agricultura, bem como o do Fazenda, a fazê-lo, pois são macropolíticas que envolvem mecanismos de controle nessa importação de um produto que temos no Brasil, mas que é importado para achatar o preço de quem está produzindo aqui. Sabemos que é isso que está sendo feito. O governo tem mecanismo para impedir essa prática, mas, obviamente, é o governo federal que tem de fazê-lo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha neste momento. Quero abordar um tema que me é muito caro e tem um sentido especial para mim. Refiro-me aos 200 anos do Banco do Brasil. Sou funcionário dessa instituição há 30 anos. Além de ter sido a empresa que nos acolheu desde o primeiro momento, ainda como "office boy", no mercado de trabalho, foi lá que aprendi as primeiras lições de cidadania. Trata-se de um banco estatal que tem a sua história de 200 anos confundida com a história do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Durante muitos e muitos anos, os funcionários do Banco do Brasil, nas localidades em que se situavam as agências, eram lideranças importantes na comunidade. Sempre se destacavam e desempenhavam muitas outras ações de natureza profissional, social, comunitária, além das atividades exclusivas da profissão de bancário. Apesar de, ao longo dos anos, os bancários, não só os do Banco do Brasil, mas os demais de maneira geral, terem perdido "status", a instituição continua sendo uma referência importante, principalmente nas pequenas comunidades do interior do Brasil. Falar do Banco do Brasil, como já dissemos, é falar do Brasil, do desenvolvimento da Nação, do esforço de regulação, de controle, de promoção e de apoio às atividades produtivas, bem como de atividades que a instituição realizou ao longo de toda a sua história em nosso país. A história do Banco do Brasil, de fato, começa em 1808, com a chegada da Família Real. Uma vez decidida a permanência da Família Real no Brasil, uma das primeiras medidas foi exatamente constituir uma instituição que atuasse regulamentando e operando o sistema financeiro nascente em nosso país. O Banco do Brasil se torna, então, a quarta instituição emissora de moeda no mundo, depois de países como a Suécia, a Inglaterra e a França. Esse pioneirismo e essa capacidade demonstrada pelo Banco do Brasil vêm-se mantendo ao longo do tempo. O Banco do Brasil sofreu, na sua trajetória, muitos reveses. Esteve, no século XVIII, ameaçado de fechamento e de extinção, tendo sido recuperado por ação incisiva e meritória do Barão de Mauá. Foram recuperados, gradativamente, sua importância e seu papel como um banco de fomento, um banco de desenvolvimento.

Lembro-me muito bem, nos idos de 1978, quando ingressei no Banco do Brasil como funcionário, ou melhor, menor aprendiz, terminologia da nossa função àquela época, do papel extremamente interessante do Banco do Brasil. Nas pequenas cidades do interior do País o Banco apoiava profundamente, intensamente a pequena produção e a agricultura familiar. Várias operações eram realizadas na agência de Paracatu nessa época. Havia o financiamento de um hectare de lavoura de arroz ou de feijão ou de uma ou duas matrizes para os pequenos produtores. Muitas e muitas foram as vezes em que, passado algum tempo, os pequenos agricultores, os pequenos produtores, com toda a simplicidade do sertanejo, chegaram à agência trazendo um presentinho para o funcionário do Banco, como uma galinha amarrada pelo pé, uma dúzia de ovos ou um queijo. Agradecemos muito os presentes, que não podíamos receber. Essa era uma evidência, uma demonstração da parceria entre o Banco do Brasil e as pequenas comunidades do interior de nosso país. O Banco do Brasil, após todos os problemas, depois de passar pelas crises econômicas e financeiras que se abateram sobre o País nas últimas décadas, deixou de ser o banco próximo, o parceiro, o amigo do pequeno produtor, para ser um banco que se caracteriza por uma relação de estranheza e de distanciamento. E esse distanciamento foi-se estabelecendo até chegar ao ponto de os pequenos produtores terem medo. Há até a expressão por eles usada: "Tenho até medo de passar na porta da agência do Banco do Brasil". Diziam isso referindo-se, na verdade, a todo sistema financeiro, porque o Banco do Brasil foi, durante muito tempo, em muitas comunidades, a única instituição financeira presente. Portanto, hoje, quando assistimos a ações do governo federal, do governo Lula, as quais ampliam sistematicamente, safra após safra, a disponibilidade de créditos, seja para a pequena produção, para a agricultura familiar, seja para o agronegócio, para a microfinança, para o microcrédito ou para outras modalidades de financiamento, a fim de atender aos empreendedores urbanos, percebemos a recuperação desse espaço de promoção de fomento para o desenvolvimento, que se constitui o Banco do Brasil. O Banco do Brasil construiu uma marca extremamente sólida e respeitada nesses 200 anos. Ele é um entre as poucas grandes empresas mundiais que tem a marca de 200 anos de existência. Esse Banco, que possui um diferencial em nosso país, já foi alvo de pretensões administrativas e políticas na linha das privatizações, quando daquela sanha de privatizar do governo Fernando Henrique. Houve uma resistência legítima de seus servidores, bem como de muitos setores da sociedade brasileira, que sabiam - e ainda sabem - da necessidade e da importância de possuírmos, no Brasil, país de dimensões continentais, instituições como o Banco do Brasil, que marca presença em todo o território nacional. Precisamos de instituições com capacidade de pôr em prática orientações, determinações governamentais, como também aplicar e desenvolver políticas públicas, fazendo com que essas ações cheguem a todo o território nacional.

Hoje assistimos à retomada do desenvolvimento do País. Refiro-me a um desenvolvimento sustentável, equilibrado, fruto da gestão do governo

Lula. Sabemos que uma parcela significativa dos resultados desse crescimento se deve à expansão do crédito e, portanto, à atuação do Banco do Brasil. Basta lembrar o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - Pronaf -, cujo principal operador é o Banco do Brasil. É fundamental que instituições estatais, públicas, a exemplo do Banco do Brasil, continuem existindo e desempenhando um papel fundamental na promoção do desenvolvimento do País. Esse diferencial destaca o Banco do Brasil como a maior instituição financeira da América Latina. É preciso preservar sua natureza estatal, pública. Desse modo, se o País, em algum momento, necessitar de intervenções no mercado financeiro para regular, controlar ou aplicar uma orientação de natureza administrativa e econômica, disporá de uma empresa sólida, confiável e presente em todo o território nacional. Portanto, nos 200 anos do Banco do Brasil, defendemos sua continuidade como uma instituição pública, estatal.

Quero citar, ainda, uma recente medida do Banco do Brasil: a criação da Diretoria de Menor Renda. O objetivo é agregar alguns produtos, ações e estratégias negociais da instituição para ampliar a atuação e alcançar o público de baixa renda. Faço referência às microfinanças, às pequenas operações de crédito para iniciativas empreendedoras de pequeno porte. Lembramos, aqui, o grande Yunus, na Índia, que popularizou ações dessa natureza. A microfinança está na pauta mundial. Discutir a democratização do crédito, o apoio, a dignidade, a cidadania, a emancipação dos pequenos empreendedores é, portanto, falar de microfinanças, tema importante no mundo inteiro. No Brasil, a situação não é diferente. Hoje o mercado de microcrédito, em todo o mundo, é de US\$17.000.000.000,00. Esse valor está muito abaixo da demanda calculada, que é de US\$300.000.000.000,00. No Brasil são destinados, no Orçamento, R\$2.200.000.000,00 para o microcrédito, mas apenas R\$1.000.000.000,00 tem sido utilizado. Desse valor, R\$600.000.000,00 são aplicados pelo Banco do Brasil. Como se vê, a Diretoria de Menor Renda é muito importante para o Banco do Brasil, bem como para o nosso país.

É importante dizer que a estratégia de desenvolvimento regional sustentável que foi incorporada, aglutinada nessa Diretoria de Menor Renda, é uma estratégia muito importante que alinha o Banco do Brasil com essa visão da sustentabilidade, do apoio ao desenvolvimento comunitário e local, que promove o adensamento de cadeias produtivas, a organização dos arranjos produtivos locais e impulsiona a economia local através da capacitação dos seus gestores e dos seus agentes do desenvolvimento, da capacidade administrativa de planejamento. E promove, acima de tudo, a orquestração dos agentes locais, sejam eles públicos, sejam da iniciativa privada ou sejam das organizações sociais e comunitárias do nosso país.

O programa Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS -, do Banco do Brasil, é uma iniciativa que precisa ser não só conhecida, mas também divulgada e ampliada porque vai na linha do verdadeiro desenvolvimento nacional, o apoio ao desenvolvimento social e o apoio ao desenvolvimento das pequenas localidades, das pequenas comunidades do nosso Brasil.

Finalizando, Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Dalmo Ribeiro pelo requerimento de realização da reunião especial, que ocorrerá neste Plenário no dia 9 de outubro, em homenagem aos 200 anos do Banco do Brasil. Eu, como funcionário do Banco do Brasil, fico honrado com a iniciativa do Deputado. Esperamos que o Banco do Brasil continue a ser esse banco que é motivo de orgulho para o povo brasileiro. Esperamos que ele continue a ser um banco público, estatal, que, além de servir o povo brasileiro, consiga também prestar bons serviços, de qualidade e ganhar, cada vez mais, capilaridade, ter presença em todo o território nacional e continuar sendo instrumento de promoção do desenvolvimento nacional. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Assembléia, amigos que nos acompanham nas galerias, que nos alegram e nos orgulham com a presença, amigos que nos vêem pela querida TV Assembléia, que a cada dia se espalha pelos rincões mineiros, atingindo os mais longínquos sertões do Norte de Minas e pegando também o Sul, o Triângulo, o Centro-Oeste e o Vale do Jequitinhonha. Está de parabéns essa TV, que amplia a voz dos representantes do povo mineiro e acaba sendo essa extensão para que todos possam acompanhar o que estão fazendo aqueles que eles colocaram nesta Casa.

Sr. Presidente, antes de abordar o tema que me traz a esta tribuna, gostaria de comentar um outro assunto que nos últimos dias nos preocupou e a toda a população da Grande Belo Horizonte de maneira especial e de muitas cidades de Minas Gerais. Estou falando das chuvas, dos vendavais, das tempestades que caíram sobre as nossas cidades.

No último dia 17, eu estava em Betim, quando ocorreu aquela terrível chuva de granizo que destelhou, só na Grande BH, mais de 700 casas, trazendo a centenas de famílias uma condição de calamidade. Percebemos que realmente muitos Municípios haviam sido afetados. Quero solidarizar-me com as famílias atingidas. Várias associações e entidades voluntariamente estão socorrendo as cidades mais afetadas. O Governador Aécio Neves já disponibilizou recursos para socorrer as cidades mais afetadas. Essas entidades e associações já têm recolhido alimentos, donativos, roupas, agasalhos, juntamente com a Defesa Civil, com o Corpo de Bombeiros e com a Polícia Militar.

Nada mais justo que estendermos as mãos neste momento para pedir e para ajudar as regiões do Jaraguá, do Aeroporto, de Venda Nova, afetadas pela chuva de granizo que pegou as cidades de surpresa, danificou milhares de carros e prejudicou a vida das pessoas. Como parlamentares da base do governo, e por intermédio do Deputado Domingos Sávio, Líder do Governo, estamos nos mobilizando para contribuir e fazer com que o governo apóie as cidades mais afetadas.

No balanço da chuva em cidades tão queridas de Minas Gerais, as que decretaram situação de emergência são: Bela Vista de Minas, Itapeverica, Campo Belo, Taquaraçu de Minas, Visconde do Rio Branco, Conceição do Rio Verde, Carandaí - uma das mais atingidas, recebemos vários "e-mails" de pessoas pedindo socorro -, Santos Dumont, Esmeraldas, Congonhas, João Monlevade, Campos Gerais, Itamarati de Minas, Sem-Peixe, Itaguara, Contagem, Crucilândia, Bambuí e Presidente Bernardes. Outras dez cidades comunicaram danos e prejuízos decorrentes de chuvas e vendavais: Cláudio, Fervedouro, Ponte Nova, Araponga, Itabira, Goianá, Ewbank da Câmara, Santa Luzia, Belo Horizonte e Betim, onde estive, vi a situação de algumas famílias e soube da ocorrência de dois óbitos, infelizmente. D. Marlene dos Santos, do Bairro Guanabara, comunicou-nos pessoalmente que sua casa foi destelhada. A cidade de Ribeirão das Neves também foi atingida e, apesar de não ter declarado estado de emergência, sofreu inúmeros danos.

Sr. Presidente, estamos não apenas solidários, mas buscando mobilizar-nos, como parlamentares, para minimizar o sofrimento e as consequências dessa tragédia que atingiu sobretudo as famílias mais pobres que nem sequer têm condições de repor o telhado de suas casas, construir um novo muro e comprar móveis e eletrodomésticos - os que tinham se perderam na correnteza. Queremos enfatizar a necessidade de as Secretarias de Estado e os Municípios não medirem esforços para socorrer as vítimas das chuvas e dos vendavais. Com a solidariedade do povo mineiro, tenho certeza de que teremos ajuda. Todos os que desejarem podem dirigir-se ao Corpo de Bombeiros e à Defesa Civil para levar alimentos, cobertores, agasalhos, roupas, colchões e até mesmo telhas para as famílias dessas inúmeras cidades aqui citadas. Esperamos que o mais rapidamente possível, com a divulgação nos meios de comunicação e pelo Sistema Canção Nova de Comunicação, além da TV Assembléia, possamos dar as mãos e usar todos os meios possíveis para ajudar as famílias neste momento em que mais precisam.

Sr. Presidente, gostaria de abordar outro assunto. Juntamente com os Deputados Sargento Rodrigues e Weliton Prado, temos tramitando nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 7/2007, que está na Comissão Especial aguardando parecer. O relator é o Deputado Fahim Sawan, o Presidente é o Deputado Luiz Tadeu Leite, e o Vice-Presidente da Comissão Especial é o Deputado André Quintão, meu colega da Comissão de Participação Popular.

Sobre essa proposta de emenda à Constituição, amigos que nos acompanham nas galerias, vocês vão perceber a importância dela. Há muitos

anos, muito antes de pensar em política, percorro não só Minas Gerais mas também o Brasil e o exterior, levantando essa bandeira da recuperação de dependentes químicos, um quadro, muitas vezes, com prognóstico desfavorável, já que existem muitas pessoas desenganadas de cura. Há médicos que dizem que o vício das drogas é uma doença incurável, mas existem aqueles que se dispõem e decidem recuperar-se e resgatar-se desse mal, sob uma vigilância "ad aeternum", em todos os dias de suas vidas. O meu testemunho é o de que há, sim, recuperação. Conheço centenas de jovens e pais de família que se dispuseram a fazer um tratamento e se submeterem a uma comunidade terapêutica, como é o caso da querida Fazenda da Esperança, do nosso querido Frei Hans. Uma fazenda tão conhecida no Brasil e fora do Brasil. São mais de 40 unidades da Fazenda da Esperança, que recupera e resgata pessoas, sobretudo jovens, reintegrando-os à sociedade, devolvendo-lhes não só a vida mas também a dignidade de terem um emprego e tudo aquilo que perderam vendendo seus bens ou furtando os bens de seus próprios pais, para comprar drogas.

Essa emenda à Constituição acrescenta o § 4º ao art. 222 da Constituição Estadual, que trata das ações de prevenção e resistência às drogas e à violência no Estado de Minas Gerais. O parágrafo que estamos acrescentando dispõe que o Estado, por meio da Polícia Militar, realizará ações educacionais nos estabelecimentos de ensino, visando prevenir o uso de drogas e combater a violência entre os jovens, podendo celebrar convênio com os Municípios.

Sr. Presidente, gostaríamos de pedir a V. Exa. e ao nosso querido Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho que, na medida do possível, dessem celeridade à tramitação desse projeto, dessa proposta de emenda à Constituição, porque, com certeza, isso vai ajudar na prevenção do uso de drogas por parte de centenas e até milhares de jovens em área ou em situação de risco.

Tenho um grande amigo, chamado Ricardo Ribeirinha, que se recuperou das drogas. Ele era um grande consumidor de drogas e se recuperou e escreveu um livro chamado "Viver de Cara Limpa". Trata-se de um livro de prevenção. Hoje estamos fazendo, no Brasil todo, uma campanha para que os Estados adotem esse livro nas escolas. O Estado do Tocantins, por exemplo, adquiriu exemplares desse livro e o está distribuindo em todas as escolas estaduais. Outros Estados também estão seguindo esse exemplo. Temos solicitado uma audiência com o nosso Governador para que, junto ao Frei Hans, também consigamos implantar essa proposta em Minas Gerais. Esse livro, "Viver de Cara Limpa", do meu amigo Ricardo Ribeirinha, vem ao encontro da proposta de emenda à Constituição, de minha autoria, com os Deputados Weliton Prado e Sargento Rodrigues, em que propomos a realização de ações educacionais nos estabelecimentos de ensino, visando prevenir os jovens contra o uso das drogas.

Concluo agradecendo a V. Exa. a oportunidade e dizendo às famílias mineiras que há, sim, esperança para os jovens. Fazemos parte desse movimento que deseja resgatar a dignidade dos nossos jovens e de todo o nosso povo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 22/9/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando, a partir de 29/9/08, Júlio César Reis do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Júlio César Reis para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Hubert Brant Moraes para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas.

Gabinete da Deputada Gláucia Brandão

nomeando Mariana Silveira Paiva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

exonerando Lindomaura Alves da Silva do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Ana Cláudia Rodrigues Batista para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Rinaldo

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 19/9/08, que nomeou Vulmar Josafá Barroso para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Cássia Rodrigues dos Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Geraldo Hélio Lara para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, observado o disposto nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, e 16.833, de 20/7/07, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 27/6/08, a servidora Maria das Graças de Paiva Oliveira, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

(*) Republicado em virtude de incorreção verificada na edição de 26/9/08.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III

e IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, observado o disposto nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, e 16.833, de 20/7/07, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 18/8/08, a servidora Fausta de Miranda Moreira, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, em 13/10/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de aparelhos de televisão.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 18/9/2008, na pág. 33, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Getúlio Neiva", onde se lê:

"Olimpio Lodono de Souza Colen", leia-se:

"Olimpio Lodonio de Souza Colen".

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.743/2008

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 26/9/2008, na pág. 82, col. 4, no título, onde se lê:

"PARA O 1º TURNO ", leia-se:

"PARA TURNO ÚNICO".